

Revista

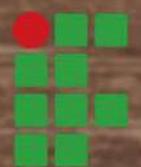
FONTES DOCUMENTAIS

v. 03 n. 01 - jan./abr. 2020

ISSN - 2595-9778



GEPHIBES The logo consists of the word "GEPHIBES" in a bold, serif font next to a stylized "X" shape composed of green and gold squares.



EXPEDIENTE

*Revista Fontes Documentais, Aracaju, SE, v. 3, n. 1, jan./abr., 2020.
Publicação quadrimestral organizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas
em História das Bibliotecas de Ensino Superior (GEPHIBES)
Instituto Federal de Sergipe (IFS)*

EQUIPE EDITORIAL

Editor-Chefe

Salim Silva Souza – Bibliotecário do Instituto Federal de Sergipe (IFS)

Editora da Seção Cultura, Memória e Identidade

Profa. Dra. Zeny Duarte de Miranda – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Conselho Editorial

Dr. Edilson Damasio - Universidade Estadual de Maringá (UEM);

Profa. Dra. Jussara Santos Pimenta – Universidade Federal de Rondônia (UNIR);

Prof. Dr. Lício Valério Lima Vieira – Instituto Federal de Sergipe (IFS);

Profa. Dra. Nídia Maria Lienert Lubisco – Universidade Federal da Bahia (UFBA);

Dr. Pablo Boaventura Sales Paixão – Instituto Federal de Sergipe (IFS);

Dr. Ronnie Fagundes de Brito - Tecnologista no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT);

Profa. Dra. Silvânia Santana Costa - Universidade Tiradentes (UNIT);

Comitê Avaliativo

Prof. Ma. Andreia Bispo dos Santos – Rede Estadual de Sergipe;

Profa. Dra. Bárbara Coelho Neves – Universidade Federal da Bahia (UFBA);

Ma. Jandira Reis Vasconcelos – Universidade Federal de Sergipe (UFS);

Profa. Dra. Márcia Ivo Braz - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);

Profa. Ma. Maristela do Nascimento Andrade – Universidade Paranaense (UNIPAR);

Profa. Dra. Niliane Cunha de Aguiar – Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Capa e Editoração

Gabriel Ferreira Souza

Comunicação

Ida Conceição Andrade de Melo

Normalização

Salim Silva Souza
Edite Santos de Araújo

Revisão de Texto

Jéssica Mirelle Lopes Matos;
Maria Monize Andrade de Paula
Cláudia Andrade;
Luana Carla de Andrade

Tradução

Luana Inês Alves Santos

Indexadores

Latindex;
Livre;
BRAPCI;
Diadorim;
Súmarios;
Google Acadêmico

Apoio**INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE**

Reitora: Ruth Sales Gama de Andrade

R454 Revista Fontes Documentais / Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior – GEPHIBES/IFS. v. 3, n. 1, 2020 – Aracaju: IFS, 2018-

Quadrimestral
e-ISSN 2595-9778 (publicação eletrônica)

Endereço eletrônico:
<https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/fontesdocumentais>

1. Ciência da Informação – Periódicos I. Brasil, Instituto Federal de Sergipe.

CDU 02(05)
CDD 020.5

A Revista Fontes Documentais está licenciada no Creative commons – atribuição não comercial 4.0 internacional.

EDITORIAL

Em tempos de quarentena, ficar em casa é ato de empatia, gesto de amor cidadão. Mas quem pode ficar em casa enfrenta também um dos maiores temores que o cotidiano traz: as quatro paredes, de casa e de si. O medo da solidão e da morte pousa constante como uma sombra sobre os nossos dias. E é na literatura que muitos de nós temos buscado consolo. Os livros podem ser bons companheiros, pois podem nos ensinar a difícil arte de criar um mundo particular. Através deles podemos iluminar o cotidiano, ressignificando nosso contato com as coisas.

Há pessoas que, mesmo antes dessa fase de isolamento social, adoeciam pelo medo da solidão ou já padecendo dela. E que, adoecidas, esqueceram de se comover. Comover-se é criar um laço amoroso com todas as coisas - até as mais ínfimas - e perceber a pulsação cósmica do cotidiano, orbitá-lo sem medo a ponto de transformá-lo em um mundo particular. Quem se comove com uma formiga que passa não está só; quem se comove com a chama da vela no escuro não está só; quem se comove com o cachorro que late ou com a luz de sábado entrando pela porta da cozinha não está só. Não há solidão para quem coloca sobre cada coisa um coração inteiro.

Por isso, durante tempos de isolamento, aprender esse pacto de pertencimento às coisas pode nos salvar da solidão. Um livro aberto é luz sobre o mundo. Ler é exercitar a nossa comoção diante das coisas ao nosso redor. É urgente comover-se até com as coisas invisíveis e com o mistério de não ver, apenas sentir. E sentir é a decantação do que chamam solidão transformada em vida interior.

É com essas belíssimas palavras da autora sergipana Taylane Cruz, que a Revista Fontes Documentais, organizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior – GEPHIBES/IFS, vem anunciar sua quinta edição, que compreende aos meses de janeiro a abril de 2020, trazendo a produção acadêmica de pesquisadores de diversas regiões do Brasil nas áreas da Ciência da Informação, Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia, Museologia, História e Educação, deixando sua quarentena mais informativa e inspiradora.

Começando esta edição, temos o artigo da professora do Departamento de Letras Vernáculas, dos Programas de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS/UFS) e em Ciência da Informação (PPGCI/UFS), **Renata Ferreira Costa**, em parceria com o mestrando do PPGCI/UFS, **Marcos Breno Andrade Leal**, intitulado **Relações entre a Linguística e a Ciência da Informação: um estudo exploratório nos fundos pessoais**

do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), onde nos conduzirá nas respostas a questões como: Qual a importância da pesquisa historiográfica e o uso de fontes de informação? Como o uso de arquivos pessoais podem contribuir para a investigação linguística? e Como o IHGSE supre a necessidade informacional do seu pesquisador?

Em seguida o artigo intitulado **Regime de informação e práticas documentais: os atores sociais e o trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV)**, do professor dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) e de Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), **Valdir Jose Morigi** e da professora e bibliotecária **Ana Maria Giovanoni** nos traz um estudo sobre a identificação dos atores sociais que fizeram parte da composição, a metodologia e as práticas documentais adotadas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) que apura a documentação do período da Ditadura civil-militar no Brasil.

Em que dimensão os documentos do arquivo permanente influenciam a tomada de decisão das causas judiciais na atualidade? Essa questão será respondida no artigo intitulado **A dimensão probatória do documento de terceira idade: uma análise do arquivo permanente do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão - 16ª Região (TRT/MA)**, produzido pela bibliotecária **Thamiris Iara Sousa Silva** e pela professora **Dirlene Santos Barros**, do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O quarto artigo, é de autoria da bibliotecária formada pela UFS, **Ida Conceição Andrade de Melo** em parceria com a Profa. **Valéria Aparecida Bari**, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e do Departamento de Ciência da Informação ambas da UFS, e que nos traz um estudo sobre um tema que cada vez mais tem se propagado no meio da Ciência da Informação, como o próprio título deste trabalho destaca: **Levantamento bibliométrico da produção sobre histórias em quadrinhos dos pesquisadores brasileiros da Ciência da Informação**.

Na seção Informação, Cultura e Patrimônio, vamos apreciar dois artigos, o primeiro tem como título: **Memória da Medicina Tropical no Brasil: informações bibliométricas sobre instituições e pesquisadores brasileiros na Web of Science**, de autoria dos professores da Universidade Federal da Bahia (UFBA), **Natanael Vitor Sobral, Zeny Duarte de Miranda e Ronaldo Ribeiro Jacobina**, que tem como objetivo apresentar atores e instituições notáveis da Medicina Tropical no Brasil, numa perspectiva

histórica, enfatizando a Escola Tropicalista Baiana de Medicina e os médicos que sucederam essa fase.

O estudo de cartas no campo da Ciência da Informação tem sido recente e ainda pouco explorado. Visando explanar mais sobre este assunto, o segundo artigo da seção Informação, Cultura e Patrimônio, intitulado **Escrita de si e o relacionamento conjugal** de autoria do arquivista **Edny Anderson Bezerra Coutinho** e da professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), **Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira**, analisa o conjunto de quinze cartas manuscritas em papel, datadas entre 1945 e 1946, extraídas do arquivo da família Bezerra, a fim de compreender as relações amorosas levando-se em conta o período histórico nelas retratadas.

Esse número apresenta seis trabalhos de excelente qualidade.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Taylane Cruz
Escritora e Assessora de Comunicação da
Mostra de Cinema Negro de Sergipe - EGBÉ e do
Festival Sergipe de Audiovisual - Sercine

Salim Silva Souza
Editor-chefe

SUMÁRIO

EDITORIAL _____ **03**

❖ ARTIGOS

RELAÇÕES ENTRE A LINGUÍSTICA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NOS FUNDOS PESSOAIS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE (IHGSE)

(Marcos Breno Andrade Leal e Renata Ferreira Costa) _____ **06**

REGIME DE INFORMAÇÃO E PRÁTICAS DOCUMENTAIS: OS ATORES SOCIAIS E O TRABALHO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV)

(Valdir Jose Morigi e Ana Maria Giovanoni Fornos) _____ **23**

A DIMENSÃO PROBATÓRIA DO DOCUMENTO DE TERCEIRA IDADE: UMA ANÁLISE DO ARQUIVO PERMANENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO MARANHÃO - 16ª REGIÃO (TRT/MA)

(Thamiris Iara Sousa Silva e Dirlene Santos Barros) _____ **44**

LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO DA PRODUÇÃO SOBRE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS DOS PESQUISADORES BRASILEIROS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

(Ida Conceição Andrade de Melo e Valéria Aparecida Bari) _____ **61**

❖ INFORMAÇÃO, CULTURA E PATRIMÔNIO

MEMÓRIA DA MEDICINA TROPICAL NO BRASIL: INFORMAÇÕES BIBLIOMÉTRICAS SOBRE INSTITUIÇÕES E PESQUISADORES BRASILEIROS NA WEB OF SCIENCE

(Natanael Vitor Sobral, Zeny Duarte de Miranda e Ronaldo Ribeiro Jacobina) _____ **87**

ESCRITA DE SI E O RELACIONAMENTO CONJUGAL

(Edny Anderson Bezerra Coutinho e Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira) _____ **109**

RELAÇÕES ENTRE A LINGUÍSTICA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NOS FUNDOS PESSOAIS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE (IHGSE)

RELATIONSHIP BETWEEN LANGUAGE AND INFORMATION SCIENCE: AN EXPLORATORY STUDY IN THE PERSONAL FUNDS OF HISTORICAL AND GEOGRAPHICAL INSTITUTE OF SERGIPE (IHGSE)

Marcos Breno Andrade Leal

Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Sergipe. Graduado em Licenciatura em História e Bacharelado em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Estudos Filológicos em Sergipe - GEFES/CNPq-UFS. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4983-1203>. E-mail: mbmbal7@gmail.com

Renata Ferreira Costa

Professora do Departamento de Letras Vernáculas, do Mestrado Profissional em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduada em Letras Português/ Espanhol, mestre e doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Líder do Grupo de Estudos Filológicos em Sergipe - GEFES/CNPq-UFS. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4263-4955>. E-mail: renataferreiracosta@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo é fruto das primeiras investigações da dissertação do Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe, com o título “Catálogo de fontes metalingüísticas: um estudo exploratório nos fundos pessoais do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)”. O objetivo deste trabalho é investigar como os arquivos pessoais do IHGSE podem proporcionar informações, de natureza metalingüística para os pesquisadores, com os contributos da organização informacional da Ciência da Informação. Para tal, tenta-se compreender a importância da pesquisa historiográfica e o uso de fontes de informação, verificar como o uso de arquivos pessoais podem contribuir para a investigação linguística e por fim, analisar como o IHGSE supre a necessidade informacional do pesquisador, através de seus catálogos. Através de uma revisão de

literatura de autores como Cavaliere (2013), Swiggers (2019), Schellenberg (2006) e Belloto (2006), é analisado a catalogação dos treze catálogos dos fundos pessoais do IHGSE, principalmente no âmbito da Linguística. É perceptível a existência de deficiências quanto a descrição segundo normas arquivísticas, assim como da ausência de elementos metalingüísticos nos dados representados nos fundos pessoais do IHGSE. A ausência de um catálogo seletivo pode ser justificada pelo alto volume documental, assim como as atividades organizacionais desenvolvidas em cada gestão. Deste modo, o produto final da dissertação do mestrado é elaborar um catálogo seletivo com informações metalingüísticas, segundo os princípios arquivísticos.

Palavras-Chave: Arquivos Pessoais. Catálogo. Fontes de Informação. Historiografia Linguística.

ABSTRACT

This article is the result of the first investigations of the Master's dissertation in Information Science at the Federal University of Sergipe, with the title "Catalog of metalinguistic sources: an exploratory study in the personal funds of the Historical and Geographic Institute of Sergipe (IHGSE)". The objective of this work is to investigate how the IHGSE personal archives can provide information, of a metalinguistic nature for researchers, with the contributions of the informational organization of Information Science. To this end, an attempt is made to understand the importance of historiographical research and the use of information sources, to verify how the use of personal files can contribute to linguistic research and, finally, to analyze how the IHGSE meets the researcher's informational need, through their catalogs.

Through a literature review by authors such as Cavaliere (2013), Swiggers (2019), Schellenberg (2006) and Belloto (2006), the cataloging of the 12 catalogs of IHGSE personal funds is analyzed, mainly in the context of Linguistics. It is noticeable that there are deficiencies in the description according to archival standards, as well as the absence of metalinguistic elements in the data represented in the IHGSE personal funds. The absence of a selective catalog can be justified by the high volume of documents, as well as the organizational activities developed in each management. Thus, the final product of the master's thesis is to create a selective catalog with metalinguistic information, according to archival principles.

Keywords: Personal files. Catalog. Information sources. Linguistic historiography.

1 INTRODUÇÃO

O fluxo informacional constitui como uma peça vital para o desenvolvimento e relacionamento da sociedade. Com a informação, o ser humano pode se comunicar, construir conhecimento, além de torná-la uma atividade de lazer e outros aspectos. É após a II Guerra Mundial que o crescente volume de produção informacional impacta na formação da Ciência da Informação, no intuito de contribuir para a organização e gestão da informação. Além disso, influenciada pela fragmentação do conhecimento, Mendonça (2000) destaca que a Linguística surge na década de 1960, influenciada por Noam Chomsky e se torna uma aliada da Ciência da Informação, uma vez que a documentação se torna uma das ferramentas de fonte de estudo desta área.

Para se compreender aspectos do passado, principalmente no ramo da Linguística, a Historiografia Linguística surge com a necessidade de conhecer como o saber linguístico foi produzido e propagado, mediante ao seu contexto histórico. Para que essa atividade histórica seja concretizada, o uso de fontes de informação é essencial para que o pesquisador construa o conhecimento, e que pode ser auxiliada por instrumentos de pesquisa, nas unidades de informação, contribuindo para o andamento das atividades do pesquisador.

Partindo-se do papel crucial da disponibilização de uma informação para o pesquisador, a construção de catálogos, guias e inventários, associados a automatização de sistemas informacionais e a catalogação e indexação de dados, o indivíduo pode obter informações de forma mais precisa e rápida, principalmente em unidades de informação como os arquivos, que armazenam um elevado volume informacional e consequentemente necessitam de um tratamento informacional adequado.

Pensando nisso, este artigo é fruto das primeiras investigações da dissertação do Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe, com o título “Catálogo de fontes metalinguísticas: um estudo exploratório nos fundos pessoais do IHGSE”, cujo problema norteador é baseado no questionamento de: Como o Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) é depositário de uma série de acervos de intelectuais polígrafos, especialmente da primeira metade do século XX, cujas produções remontam às mais diversas áreas do conhecimento, inclusive à descrição linguística. As fontes que constam dos acervos do IHGSE, com destaque para as de natureza metalinguística, estão todas catalogadas? Em caso positivo, essa catalogação registra de maneira precisa todas as informações dos documentos?

A produção deste trabalho é justificada pela interdisciplinaridade que os campos da História, Linguística, Biblioteconomia e a Ciência da Informação podem fornecer para os estudiosos que desejam realizar trabalhos historiográficos de aspectos linguísticos de nossos antepassados. Esse trabalho pode ser facilitado com a união dos campos da Biblioteconomia e Ciência da Informação ao disponibilizar fontes de informação que envolvam elementos de descrição e recuperação informacional, auxiliando ao atendimento da necessidade de informação dos pesquisadores.

Além disso, o IHGSE é uma instituição promovedora da cultura, história e produção científica da história de Sergipe. Depositária de uma variedade de fontes de informação, há mais de cem anos, ela é uma unidade de informação potencial para os pesquisadores. Entre o seu acervo, a composição de fundos pessoais de personalidades da sociedade sergipana molda o arquivo do Instituto e dispõe de informações que possibilitam a construção do conhecimento em diversos ramos do saber, proporcionando a construção da memória.

Para que o Instituto possa atender o seu pesquisador, de forma mais eficiente, a existência de catálogos especializados em um ramo do conhecimento, como a linguística, torna o desenvolvimento das pesquisas de forma mais viável. Sendo assim, este artigo possui como objetivo geral investigar como os fundos pessoais do IHGSE podem

proporcionar informações, de natureza metalinguística para os pesquisadores, com os contributos da organização informacional da Ciência da Informação. Tal estudo se complementa com os objetivos específicos, que visa compreender a importância da pesquisa historiográfica e o uso de fontes de informação, verificar como o uso de arquivos pessoais podem contribuir para a investigação linguística e por fim, analisar como o IHGSE supre a necessidade informacional do pesquisador, através de seus catálogos.

2 METODOLOGIA

A compreensão de aspectos da Linguística e Ciência da Informação requer instrumentos metodológicos. Para tal, a revisão de literatura sobre Historiografia Linguística, fontes de informação e arquivos pessoais abrangeu autores como Cavaliere (2013), Swiggers (2019), Schellenberg (2006) e Belloto (2006), através de livros e artigos em banco de dados da Scielo, Google Acadêmico e Brapci entre os anos de 2000 a 2019.

Além disso, por se tratar de um estudo descritivo-exploratório com investigação no arquivo do IHGSE, foi investigado treze catálogos dos fundos pessoais do IHGSE, que remetem a produção e acumulação de documentos produzidos por intelectualidades sergipanas. A partir dos catálogos, foi analisado a maneira pela qual se constitui o processo de descrição de dados presente no instrumento de pesquisa e como são apresentados os aspectos metalinguísticos do mesmo.

3 A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

A reconstrução do passado, através da interpretação e reflexão dos fatos é definido como a historiografia. Para Martins (2009), o discurso historiográfico é formado pelo questionamento, coleta de dados e construção de respostas que o pesquisado levanta através do contexto histórico e cultural do passado a ser analisado. Através do tempo, a reflexão histórica ganhou novas perspectivas e direções para a produção do conhecimento sobre os antepassados, entre elas, a Escola de *Annalles* que foi responsável por uma mudança do olhar do uso de fontes de informação.

Se no Positivismo a história deveria ser contada de forma neutra pelo autor, é na Escola de *Annalles* que se molda o estudo de pequenas minorias através da micro-história, abrindo também ao diálogo com novas fontes informacionais e áreas do conhecimento. Tal abrangência possibilitou a consolidação da Historiografia Linguística, uma vez que

ela proporcionou o questionamento da fonte. Logo, o documento se torna objeto de investigação, análise e crítica da Historiografia Linguística, cabendo não somente ao pesquisador conhecer teorias e métodos da Linguística, mas incorporar o conhecimento histórico relacionado aos vários campos do conhecimento, criando uma conexão entre o passado e o presente.

Sendo assim, a Historiografia Linguística se institucionaliza como ciência na década de 1970 e pode ser descrita como um processo investigativo consciente, metodologicamente e epistemologicamente, da escrita da História, com o objetivo de descrever e explicar o saber linguístico produzido, adquirido e desenvolvido em um determinado contexto histórico (KOERNER, 2014).

Neste trabalho, a atividade do pesquisador se adequa três princípios delimitados por Koerner (2014): a contextualização, imanência e adequação teórica. A contextualização envolve o clima de opinião da época delimitada, ou seja, qual e como o contexto histórico, social, econômico, político, cultural ou religioso se associa à ideia linguística. Deste modo, se tem a compreensão histórica, crítica e filológica do texto linguístico no processo de iminência, adequando posteriormente a teoria o vocabulário para o leitor contemporâneo. A partir destes aspectos, o pesquisador pode investigar:

- (a) Que tipos de (partes de) conhecimento linguístico foram elaborados no passado? (b) Por quais processos o conhecimento linguístico foi produzido, difundido e “recebido”? (c) Como esse conhecimento linguístico foi enquadrado? (d) Em que (tipos de) contextos o conhecimento linguístico foi produzido, transmitido “recebido”? (SWIGGERS, 2019, p. 49-51).

Claro que para responder esses questionamentos, o pesquisador necessita de fontes de informação disponíveis em bibliotecas, arquivos, museus e qualquer espaço que supra a necessidade informacional do pesquisador. A investigação da Historiografia Linguística possibilita o conhecimento de aspectos metalinguístico, que são descritos por Miller (2003, p. 1) como “a capacidade de falar sobre a linguagem, descrevê-la e analisá-la como objeto de estudo” e que podem abranger fontes canônicas como gramáticas, dicionários, ensaios, entre outras, como também fontes não canônicas que podem ser encontradas, principalmente, nos arquivos.

4 OS ARQUIVOS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO

Para que o pesquisador desenvolva suas atividades, o uso de fontes de informação é essencial para a construção do seu conhecimento, para formulação e discussão de teorias. As fontes de informação podem ser definidas como “documentos que fornecem respostas específicas e, entre suas várias espécies, encontram-se: enciclopédias, dicionários, fontes biográficas, fontes estatísticas, índices, tratados e manuais específicos” (CUNHA, CAVALCATI 2008, p. 172), ao mesmo tempo que o Manual de Ciencias de la Información y Documentación (2011, p. 245), amplia esse conceito ao incorporar as instituições como fontes de informação, uma vez que elas “proporcionam, elaboram, administram e/ou transmitem informação”.

Para Cunha (2001) as fontes de informação podem ser caracterizadas em primárias, secundárias e terciárias. Se as fontes primárias possuem como informações novas ou originais que seu acesso é facilitado através da organização de fontes secundárias, além de serem guiados pelas fontes terciárias:

Quadro 1 – Tipologia de fontes de informação

TIPO	CARACTERÍSTICA	EXEMPLOS
Fonte primária	Contêm informações originais ou, pelo menos, novas interpretações de fatos ou ideias já conhecidas	Congressos e conferências; Legislação; Nomes e marcas comerciais; Normas técnicas; Patentes; Periódicos; Projetos e pesquisas em andamento; Relatórios técnicos; Teses e dissertações; Traduções.
Fonte secundária	Têm a função de facilitar o uso do conhecimento disperso nas fontes primárias	Bases de dados e bancos de dados; Bibliografias e índices; Biografias; Catálogos de bibliotecas; Centros de pesquisa e laboratórios; Dicionários e enciclopédias; Dicionários bilíngues e multilíngues; Feiras e exposições; Filmes e vídeos; Fontes históricas; Livros; Manuais; Internet; Museus, herbários, arquivos e coleções científicas; Prêmios e honrarias; Redação técnica e metodologia científica; Siglas e abreviaturas; Tabelas, unidades, medidas e estatística.

Fonte terciária	Têm a função de guiar o usuário da informação para as fontes primárias e secundárias	Bibliografias de bibliografias; Bibliotecas e centros de informação; Financiamento e fomento à pesquisa; Guias bibliográficos; Revisões da literatura.
-----------------	--	--

Fonte: Adaptado de Dias e Pires (2004, p. 22), Cunha (2001, p. v-vi).

No IHGSE, o pesquisador se depara em um rico espaço de concentração de fontes de informação, uma vez que ele apresenta biblioteca, museu, arquivo, hemeroteca e pinacoteca, que armazenam informações de diversas áreas do conhecimento, mas em especial produções sergipanas.

Ressaltando o papel dos arquivos, destaca-se que esse espaço é constituído por “documentos de qualquer instituição pública ou privada sido [sic] considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que haja sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente” (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

A documentação presente nos arquivos serve para provar direitos, seja no âmbito de aquisição ou destruição, lembrar do que foi feito e da experiência adquirida para agir, conhecer para entender aquilo que os outros fizeram ou descobriram, e identificar para existir e promover as relações sociais (DELMAS, 2010). A depender da especialização do arquivo, o pesquisador se depara com variadas fontes de informação, presentes em arquivos dos poderes executivo, legislativo e judiciário, até arquivos eclesiásticos, cartoriais e privados.

Para um pesquisador da área da linguística, tanto no arquivo, quanto em outra unidade de informação, Cavaliere (2013) destaca que o pesquisador se depara com a existência de fontes canônicas como gramáticas, dicionários, ensaios, resenhas críticas e fontes não canônicas: cartas particulares, os diários, os bilhetes familiares e tantas outras congêneres.

Para que o acesso às informações seja efetuado com maior praticidade, a existência de instrumentos de pesquisas auxilia no processo de busca e recuperação da informação, permitindo a “identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 108). Sendo assim, os instrumentos de pesquisa podem ser classificados como catálogo, guia e inventário, e são definidos pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) da seguinte forma:

Quadro 2 – Instrumentos de pesquisa

Instrumentos de pesquisa	Definição
Catálogo	Instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou topográficos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica.
Guia	Instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos.
Inventário	Instrumento de pesquisa que descreve, sumaria ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos.

Fonte: Adaptado de Arquivo Nacional (2005, p. 45, 102, 109).

A percepção dos arquivos como fontes de informação no âmbito da pesquisa linguística é moldada pelo uso de documentos como cartas, diários e documentos pessoais que possibilitem o estudo de aspectos da metalinguística. Tais documentos constituem a documentação presente em arquivos pessoais e IHGSE possui um acervo potencial para essa investigação, cabe a seguir verificar como esse arquivo é moldado e se as informações presentes podem suprir os pesquisadores da área da linguística.

5 UMA ANÁLISE DO ARQUIVO PESSOAL DO IHGSE

Os arquivos pessoais são espaços que armazenam informações “produzidas e recebidas por entidades ou pessoas físicas de direito privado [...] que apresentem interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu” (BELLOTO, 2006, p. 207), possibilitando o conhecimento da interação dos indivíduos com o contexto histórico que vivencia. A constituição de seu acervo pode abranger “esboços, minutas, rascunhos, originais, matrizes, negativos etc” (CAMARGO, 2009, p. 29) como fontes de estudo.

No IHGSE, além da custódia do arquivo pessoal do Instituto, observa-se a presença dos fundos documentais de intelectuais sergipanos que atuaram em diversos campos da política, economia, saúde e militar. Sendo eles: João Dantas Martins dos Reis

(1830-1890), Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924), Manoel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1939), Ivo do Prado Montes Pires França (1860-1924), General José Joaquim Pereira Lobo (1864-1933), Epifânio da Fonseca Dória (1884-1976), Urbano de Oliveira Lima Neto (1905-1990), Fernando Figueiredo Porto (1911-2005), Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida (1911-1999), Lauro de Britto Porto (1911-2010), José Calasans Brandão da Silva (1915-2001), Maria Thetis Nunes (1923-2009) e Djaldino Mota Moreno (1948-).

Em um levantamento inicial da constituição do acervo do IHGSE, Santana (2014) traz dados levantados por Freitas (2009) no Guia do Arquivo do IHGSE, apresentando os fundos, número de caixas, quantitativo de documentos, recorte de tempo e os instrumentos de pesquisa. Com o passar do tempo, essas informações foram se aperfeiçoando, uma vez que as gestões de Ibarê Dantas (2003-2010), Samuel Alburqueque (2010-2018) e Agláe Fontes (2019-) possibilitaram em um maior tratamento da documentação no Instituto:

Quadro 3 – Síntese de dados do arquivo do IHGSE

Fundos	Quantidade de caixas	Quantidade de documentos	Limite temporal	Instrumento de pesquisa de referência
Armindo Guaraná – AG	19 Caixas (De 192-210)	475 documentos	1864-1964	Catálogo do Fundo Armindo Guaraná
Epifânio Dória – ED	95 Caixas (Caixas 311-313, 315, 318, 347, 348, 420, 432-519)	28.500 documentos	1815-1984	Inventário Sumário Fundo Epifânio Dória
Fernando Porto – FP	12 Caixas (163-174, mais duas caixas de madeira)	Aprox. 10 mil documentos	1823-1997	Catálogo Fundo Fernando Porto
Fundo General Lobo – GL	102 Caixas (201-205, 230-279, 280-288, 290, 294, 299-306, 308-309, 313)	70 mil documentos	1832-1985	Catálogo Fundo General Lobo
Fundo IHGSE	256 caixas (1-19, 22-26, 28-35, 37-152, 155-158, 161-	140 mil documentos	1640-2004	Catálogo Fundo IHGSE

	162, 309-310, 316-317, 319- 346, 349-366, 372-405, 407- 415, 422-424)			
Fundo Ivo do Prado – FIP	Caixa 419	80 documentos	1818-1958	Catálogo Fundo Ivo do Prado
Fundo João Reis – FJR	4 caixas (27, 416-418)	150 documentos	1818-1958	Catálogo Fundo João Reis
Fundo José Calazans – FJC	5 caixas (20, 21, 159-160, 259)	608 documentos	1825-1988	Catálogo Fundo José Calazans
Fundo Oliveira Telles – FOT	6 caixas (186-191)	30 documentos (inclui alguns livros)	1885-1930	Catálogo Fundo Oliveira Telles
Fundo Padre Aurélio – FPA	6 caixas (175-179, 496)	Aprox. 1 mil documentos (inclui alguns livros)	1672-1990	Catálogo Fundo Padre Aurélio
Fundo Urbano Neto – FUN	4 caixas (36-37, 153-154)	320 documentos	1936-1988	Catálogo Fundo Urbano Neto
Fundo Lauro Porto – FLP	4 caixas (181-185, 367-368)	Aprox. 5 mil documentos	1912-2010	Descrição sumária da documentação de Lauro Porto
Fundo Djaldino Moreno – FDM	3 caixas (156, 180, 203)	980 documentos	1954-1972	Descrição sumária da documentação de Djaldino Moreno
Total de Caixas	519			

Fonte: Adaptado de Freitas (2009), Campello (2015), dados da pesquisa (2020).

Através dos fundos pessoais, o pesquisador do IHGSE pode ter acesso a fontes de informação como correspondências, anotações pessoais, desenhos, recortes de jornais, escritos, documentos judiciais, textos impressos, listas, recortes de revistas, folhetos, fichamentos bibliográficos, ofício, inventários, relatórios, entre outros, e cujas informações podem ser correlacionadas tanto na área da linguística, como nos mais variados campos do conhecimento. Para que essas informações possam ser acessadas, o uso de guias e catálogos auxiliam no processo de recuperação da informação e a depender

do nível de catalogação e indexação de dados, o pesquisador pode encontrar a informação de forma rápida e precisa. Sendo assim, cabe analisar como o arquivo do IHGSE disponibiliza as informações para os pesquisadores da área da linguística, se ela registra de maneira precisa e como a Ciência da Informação pode colaborar com esta temática.

No IHGSE, os fundos pessoais são consultados através de instrumentos de pesquisa denominados de catálogo, inventário ou descrição sumária da documentação presente no acervo. Localizadas em uma mesa juntamente com os catálogos de jornais e da documentação da biblioteca, apenas o fundo de Lauro Porto não possui um instrumento físico disponível para os pesquisadores. Os demais instrumentos do arquivo possuem níveis de catalogação diferenciados, sendo título, localização e ano de produção como elementos semelhantes.

Observa-se que no fundo de Padre Aurélio (Figura 1), que o catálogo é constituído por número do documento, número de chamada, tipologia documental, remetente e receptor, data e local de produção e um breve resumo do conteúdo. As informações contidas podem contribuir para que o pesquisador relate se aqueles dados são úteis para o desenvolvimento de sua pesquisa, mas a partir do momento que elas se tornam escassas de conteúdo, requer do pesquisador mais tempo para busca e análise de documentos que supram sua necessidade informacional:

Figura 1 – Fundo Padre Aurélio

Número	Catálogo	Tipologia	Dé	Para	Local/ Data	Resumo	Motivo
623							
624	PA, S4, Cx 175, Doc 624	Ofício	Presidente de Sergipe	Z. (Não identificado)	São Cristóvão-SE, 12/02/1827	Fala de questão dos habitantes da Vila e Termo de Itabaiana.	
625	PA, S4, Cx 175, Doc 625	Ofício	Presidente de Sergipe	Ministro da Fazenda	São Cristóvão-SE	Fala sobre a demissão de empregados.	
626	PA, S4, Cx 175, Doc 626	Ofício	Presidente de Sergipe	Ministro dos Negócios	São Cristóvão-SE, 12/02/1827	Envia, incluso Requerimento.	
627	PA, S4, Cx 175, Doc 627	Ofício	Presidente de Sergipe	Ministro da Fazenda	São Cristóvão-SE, 13/02/1827	Fala de diversos ofícios.	

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (s.d)

Se no fundo de Padre Aurélio possui uma variedade de descritores de informação, no fundo de João Martins dos Reis (Figura 2), se restringe a catalogação de dados pelo título, ano e número de chamada do documento. Caso o pesquisador necessite conhecer

alguma informação mais precisa, ele será obrigado a buscar o documento, ler e verificar se o mesmo pode atender, ou não, a sua necessidade de informação:

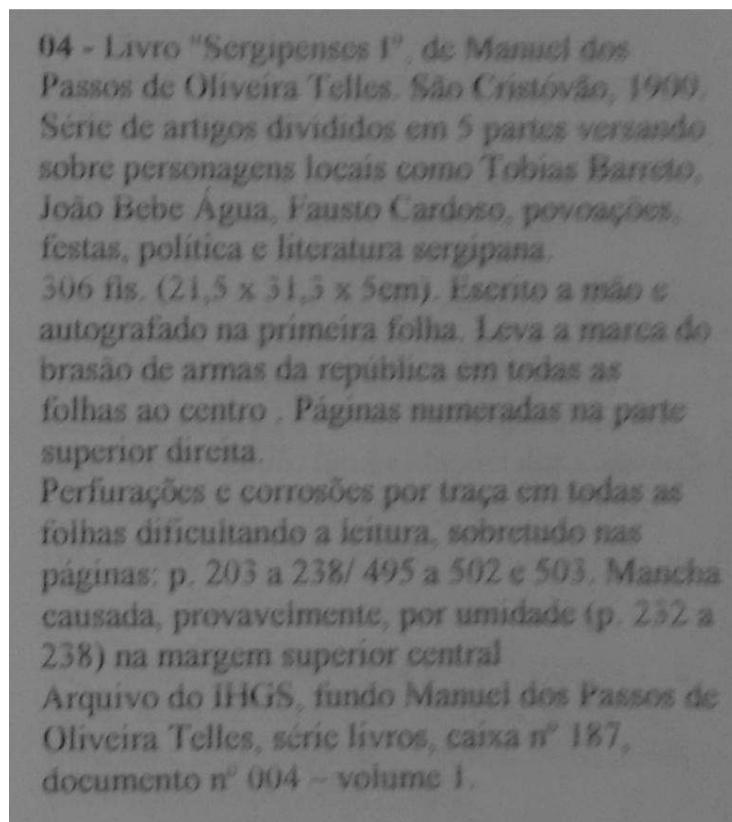
Figura 2 – Fundo de João Dantas dos Reis

Título	Ano	Catálogo
Artigo "O direito e o fórum-juízo criminal".	1932	Cx 27-041
Artigo "Requerimento em que D. Maria Xavier Leite, solicitando a entrega dos títulos na dívida de Jadiel Benevides e Jadiel & Cia, a seu falecido marido José Alcides Leite".	1932	Cx 27-042.
Artigo "Reclamação sobre registro de imóvel".	1932	Cx 27-043
Artigo "Reclamação sobre registro de imóvel".	1932	Cx 27-044
Artigo "Registro Geral de imóveis".	1932	Cx 27-045
Artigo "Sustentação".	1932	Cx 27-046

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (s.d, p. 6)

Observa-se que um pesquisador da área da linguística, ou de outra área de conhecimento pode ter seu tempo de pesquisa afetado, a depender do nível de descrição das informações presentes. No caso do Linguística, podemos verificar como o manuscrito da obra de Oliveira Telles, Sergipenses I, é descrito no catálogo de seu fundo, conforme Figura 3:

Figura 3 – Fundo de Oliveira Telles



Fonte: Chizolini (2005, p. 3)

Escrito em 1900, a obra *Sergipenses I* de Oliveira Telles é um conjunto de artigos sobre a história, geografia, política e literatura de Sergipe. Pela descrição da obra no catálogo elaborado pela Chizolini (2005), observa-se que não fica explícito a presença de elementos metalingüísticos que um pesquisador do campo da Linguística pode encontrar, sendo possível encontrar estudos de nomenclatura de rios de Sergipe. Tais descrições também ocorrem em cadernos pessoais e jornais compilados pelo autor e que não apresentam uma descrição mais detalhada da documentação presente, conforme Figura 4:

Figura 4 – Fundo Oliveira Telles

13 - Caderneta de anotações, de Manuel dos Passos de Oliveira Telles, s.d.t., 1893/1927. Trata da vida profissional e pessoal de Oliveira Telles.
 47 fls. (12 x 21,1 cm). Escrito à mão e autografado nas páginas 39, 73 e 77. Páginas numeradas na parte superior direita. Junto ao documento encontra-se um cartão de Fausto Cardoso com o timbre do estado de Sergipe; faltando as páginas 49, 50, 56, 61, 62, 63 e 64. Corroso nas bordas. Manchas por umidade (p. 73 e 74) e por tinta (p. 95). Rasgaduras nas duas primeiras folhas – partes superior, central direita – e dobradura na parte superior direita (p. 87, 89 e 91).
 Arquivo do IHGS, fundo Manuel dos Passos de Oliveira Telles, série cadernetas, caixa nº 189, documento nº 008 – volume 1.

Fonte: Chizolini (2005, p. 5)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de uma pesquisa historiográfica não é uma tarefa fácil para o pesquisador. Se na Historiografia Linguística ele necessita do conhecimento da Linguística e da História para compreender aspectos passados de seu objeto de estudo, o pesquisador necessita de fontes de informação que consigam suprir as suas respostas e necessidade informacional.

A presença de catálogos, inventários e guias é de suma importância para que a unidade de informação tenha uma dimensão do seu acervo, características e até mesmo que tipo de informações pode ser útil para o indivíduo. Da mesma forma que uma boa catalogação e indexação de dados possibilita uma maior recuperação informacional a depender dos termos de busca a serem utilizados pelo pesquisador.

No caso dos arquivos, é essencial que a construção de um catálogo seja moldada em princípios que garantam uma padronização informacional, segundo a sua área do conhecimento, e que no caso do arquivo, a criação de um catálogo através da Norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE), a Norma geral internacional de descrição arquivística (ISAD) permitem uma eficiência na descrição de um documento.

No caso do IHGSE, observa-se que seus catálogos há uma deficiência quanto a descrição do acervo dos arquivos pessoais, seja em descritores ou resumos que

representem melhor o documento, mais a criação de informações que possam atrair pesquisadores dos mais variados campos do conhecimento. Provavelmente o grande volume informacional, mudanças de gestão, funcionários constituídos por voluntariado e a escassez de estagiários, afetam na qualidade de descrição das informações dos arquivos no IHGSE, tornando a solidificação de um arquivo com descrições bem definidas como uma atividade lenta, mas gradual.

Pensando no campo da Linguística e de como o Instituto poderia atrair pesquisadores que se interessam nesta área, assim como aperfeiçoar os instrumentos de pesquisa presentes, foi pensado na elaboração de um trabalho de dissertação no Mestrado em Ciência da Informação na Universidade Federal de Sergipe, através da formação de um catálogo de fontes metalinguísticas, utilizando os fundos pessoais do arquivo do IHGSE.

É através da identificação de elementos metalinguísticos que será moldado um catálogo de fontes metalinguísticas, segundo os princípios arquivísticos. Tal trabalho visa colaborar para o estudo de pesquisadores da Linguística, mas também investigadores da História, Antropologia, Sociologia, Educação, Psicologia, Biblioteconomia e tantas outras áreas do conhecimento. Além disso, pretende-se demonstrar que não só a união entre a Linguística e a Ciência da Informação, em um arquivo, pode atrair mais usuários, mas a ideia de que a criação de um catálogo seletivo pode proporcionar uma análise mais profunda e específica de um arquivo, possibilitando ser aplicado a qualquer área do conhecimento.

AGRADECIMENTO

Agradecemos à Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC), pelo apoio no desenvolvimento deste trabalho, fruto do Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. **O Legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CAVALIERE, Ricardo. As fontes orais e sua relevância nos estudos linguístico-historiográfico. **Revista Delta**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 363-377, 2013.

CHIZOLINI, Isabela Costa. **Catálogo do fundo Manuel dos Passos de Oliveira Telles**. Aracaju: IHGSE, 2005.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Usos e usuários da informação**. São Carlos: edUFScar, 2004.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FREITAS, Itamar. **Guia do Arquivo do IHGSE**. Aracaju: IHGSE, 2009.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. **Catálogo Fundo João Reis**. Aracaju: IHGSE, [s.d].

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. **Catálogo Fundo Padre Aurélio**. Aracaju: IHGSE, [s.d].

KOENER, Ernst Frideryk Konrad. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014

MANUAL de Ciencias de la Informacion y Documentacion. Madrid: Piramide Ediciones Sa, 2011.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. Historiografia: o sentido da escrita e a escrita do sentido. **História & Perspectivas**, n. 40, p. 55-80, jan./jun. 2009.

MENDONÇA, Ercilia Severina. A Lingüística e a Ciência da Informação: estudos de uma interseção. **Ci. Inf., Brasília**, v. 29, n. 3, p. 50-70, set./dez. 2000.

MILLER, Stela. O trabalho epilinguístico na produção textual escrita. In: Reunião Anual da ANPED, Novo Governo, 26., 2003, Poços de Caldas. **Anais** [...]. Poço de Caldas: ANPED, p. 1-15, 2003.

SANTANA, Sayonara Rodrigues do Nascimento. Preciosidades da Casa de Sergipe: a trajetória dos acervos da biblioteca, da hemeroteca e do arquivo do IHGSE (1912-2012). In: ALBURQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros; SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ana Luíse Silva Mecenas (Org.). **História, memória e comemorações na Casa de Sergipe**. Aracaju: IHGSE, 2014.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

SWIGGERS, Pierre. Historiografia da linguística: princípios, perspectivas e problemas. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (Org.). **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 45-80.

Recebido/ Received: 15/04/2020

Aceito/ Accepted: 02/05/2020

Publicado/ Published: 27/05/2020



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0)

REGIME DE INFORMAÇÃO E PRÁTICAS DOCUMENTAIS: OS ATORES SOCIAIS E O TRABALHO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV)

INFORMATION REGIME AND DOCUMENTAL PRACTICES: SOCIAL ACTORS AND THE WORK OF THE NATIONAL TRUTH COMMISSION (CNV)

Valdir Jose Morigi

Professor do Departamento de Ciências da Informação e dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) e de Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutor em Memória social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2304-399X>. E-mail: valdir.morigi@gmail.com

Ana Maria Giovanoni Fornos

Professora aposentada da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em Educação Física pelo Centro Universitário Metodista – IPA. E-mail: anagiovanonifornos@gmail.com

Resumo

Objetiva compreender o regime de informação a partir da produção dos documentos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Toma como objeto os documentos produzidos pela CNV e a institucionalização dessas informações no Relatório Final. Estudo de natureza qualitativa adota pesquisa bibliográfica, documental e análise textual discursiva proposta por Moraes (1999; 2003). Identifica os atores sociais que fizeram parte da composição, metodologia e as práticas documentais adotadas pela CNV. Examina a relevância da produção, composta de redes transversais de diferentes atores sociais, artefatos informacionais e a importância da disseminação desses relatos para a construção da cidadania. Conclui-se que as práticas documentais, dispositivos de informação e as ações da CNV foram importantes para de ressignificação da memória. Além disso, reforça o papel estratégico da Ciência da Informação na formulação de políticas de informação e de memória.

Palavras-chave: Regimes de informação. Comissão Nacional da Verdade. Práticas documentais.

Abstracts

This article aims to understand the information regime from the production of documents by the National Truth Commission (CNV). It takes as its object the documents produced by CNV and the institutionalization of information in the Final Report. Using a qualitative style research, adopting bibliographic, documentary and discursive textual analysis as proposed by Moraes (1999; 2003). It identifies the social actors that were part of the composition, methodology and documentary practices adopted by CNV. Also, an examination of the relevance of production, made up of transversal networks of different social actors, informational artifacts and the importance of disseminating these reports for the construction of citizenship. It is concluded that the documentary practices, information devices and the actions of the CNV were important for the reframing of memory. It reinforces the strategic role of Information Science in the formulation of information and memory policies.

Keywords: Information regimes. National Truth Commission. Documentary practices.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o golpe de 1964 deflagrou um regime de repressão e supressão dos direitos humanos que trouxe consequências discursivas, políticas, psicológicas e sociais dramáticas não só aos indivíduos em particular, mas aos grupos sociais organizados e à sociedade brasileira como um todo, que foi impactada em diversos aspectos.

O mecanismo repressor no período da ditadura civil-militar foi estruturado e sustentado por um sistema de informação complexo que controlava os distintos modos de produzir, processar, selecionar e distribuir as informações e determinavam os limites do que dizer e do quê registrar nos documentos. Ao fazer uso da informação como uma forma de manter o controle e o poder a partir das práticas documentais, a ditadura civil-militar brasileira construiu uma “memória oficial”.

Na transição democrática, essa “memória oficial” foi sustentada por uma “anistia negociada” caracterizando uma política de silenciamento legitimada pela Lei da Anistia de 1979. Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, com a instituição de um novo regime de informação, se abrem os caminhos para o favorecimento de mecanismos de justiça transicional¹ no Brasil. Porém, no campo governamental, as primeiras iniciativas oficiais só se deram a partir da metade dos anos de 1990 e no início dos anos 2000, embora investigações paralelas acontecessem desde a metade dos anos de 1970. Primeiramente preponderaram as políticas reparatórias a partir da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e da Comissão de Anistia e, após, institutos subsidiários das políticas de memória como o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, os projetos de memória da Comissão de Anistia, a Lei de Acesso à Informação e a Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Contudo, entre as iniciativas oficiais nenhuma foi tão profunda quanto à CNV, cuja criação foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2011, não sem disputas de memórias e confrontos de regimes de informação. O debate travado no legislativo demonstrou uma tensão político-ideológica nos modos de produção da informação na reescrita do período da ditadura civil-militar. Por um lado, as forças do poder legislativo contrárias a criação da CNV argumentavam que se remexeria em feridas já cicatrizadas e seria reaberto um conflito já apaziguado na sociedade, reforçando o discurso construído na transição democrática com a Lei da Anistia. Por outro, as forças que se mostraram preocupadas com o futuro da memória a partir de uma escrita do passado que ressignificasse a

¹ A justiça de transição é um mecanismo adotado em países submetidos, em larga escala, por graves violações dos direitos humanos e seu objetivo amplo é assegurar a prestação de contas, a justiça e a reconciliação. As iniciativas de justiça de transição objetivam reconhecer o direito das vítimas, viabilizar a reconciliação, promover a paz e fortalecer a democracia (TEITEL, 2011).

memória oficial, enfrentando desde o presente o legado autoritário ainda existente na vida cotidiana dos brasileiros (BAUER, 2017). Nessa tensão, percebemos os diversos sentidos da memória e os confrontos entre diferentes regimes de informação, onde os atores sociais se posicionam em dimensões divergentes na construção dos dispositivos e artefatos de informação em relação às violações de direitos humanos cometidos durante a ditadura.

A CNV, dentro de um contexto de justiça de transição, foi implantada em maio de 2012 com a indicação pela presidente Dilma Rousseff de sete comissionados que se organizaram em temáticas e constituíram grupos de trabalho, com a indicação de investigar as graves violações dos direitos humanos de 1946 a 1988². As ações de informação e as práticas documentais da CNV, dadas pela pesquisa e pela tomada de depoimentos e testemunhos, envolveram diversos grupos sociais e comissões da verdade espalhadas por todo o país. Esses sujeitos, artefatos e dispositivos informacionais compuseram uma rede transversal de produção, organização, comunicação e transferência de informações que foram materializadas e institucionalizadas pela CNV, cujo produto final é seu relatório que legitima as representações da memória e da história recente do país e se constitui um subsídio para as políticas de informação e de memória.

O estudo objetiva compreender o regime de informação a partir da produção dos documentos pela CNV, tomando por objeto os documentos por ela sistematizados e produzidos e a institucionalização das informações no seu Relatório Final. É uma pesquisa bibliográfica, documental e adota a análise textual discursiva proposta por Moraes (1999; 2003), em sua vertente qualitativa. Tem por objetivo identificar os atores sociais que fizeram parte da composição, a metodologia de trabalho e as práticas documentais adotadas pela CNV. É examinada a relevância da sua produção, composta de redes transversais de diferentes atores sociais, artefatos informacionais e a importância da disseminação desses relatos para a construção da cidadania.

2 REGIMES DE INFORMAÇÃO E PRÁTICAS DOCUMENTAIS

Nesta subseção vamos refletir sobre o documento enquanto um produto das práticas sociais e em que medida sua institucionalização lhe confere valor social, além de discorrer

² A Lei n.º 12.528/2011 estabeleceu o período a ser investigado pela CNV entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, datas de promulgação de duas constituições democráticas, ou seja, remeteu ao período estabelecido pela Assembleia Nacional Constituinte para autorizar a concessão de anistia aos que foram atingidos em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares. Embora ao longo do seu Relatório haja referências em consonância com este período, a CNV concentrou seus esforços para o esclarecimento de graves violações de direitos humanos no período de 1964 a 1985, por haver identificado uma prática disseminada em larga escala nesse sentido pelo regime militar. (BRASIL, 2014, p. 41).

sobre o conceito de regime de informação proposto por Frohmann e revisitado por González de Gómez.

Frohmann (2012), percorrendo um caminho análogo ao trilhado por Wittgenstein em seus questionamentos filosóficos ao significado, definindo-o pelo uso pragmático da linguagem, sugere que a informação é um efeito das práticas documentais, uma vez que a informatividade depende de certos tipos de práticas a que o documento é sujeitado, afastando-se das teorias da informação e indo em direção as descrições de tais práticas.

Nesse cenário, Frohmann (2008) argumenta que o conceito “mentalista” de informação suprime a dimensão social, configura normas universais e privilegia os estudos centrados no indivíduo como agentes primários nas reflexões sobre informação em seus aspectos sociais, públicos, econômicos e culturais; consequentemente limita as análises dos efeitos dos regimes de informação. Ao problematizar os estudos da informação partindo de um conceito “mentalista”, o autor propõe a atenção à materialidade como forma de trazer o caráter público e social da informação e as considerações culturais, políticas e éticas para o campo. O autor apresenta quatro propriedades na descrição das práticas documentárias: sua materialidade; seus lugares institucionais; os modos como são socialmente disciplinadas; e sua contingência histórica.

A primeira categoria apresentada por Frohmann (2008) define o caráter material da informação que se constitui através dos registros e dos documentos produzidos institucionalmente. A segunda categoria das práticas documentais apontada por Frohmann (2008; 2012) se refere a incorporação dessas práticas por meio da institucionalização, ou seja, “[...] o quanto profundamente incorporadas elas estão nas instituições. Muito da autoridade da informatividade dos documentos depende dos locais institucionais de sua produção” (FROHMANN, 2012, p. 237). As outras duas propriedades destacadas por Frohmann (2008) estão relacionadas à disciplina social e à historicidade. A primeira refere-se como as práticas documentárias exigem treinamento, ensino, correção e outras medidas, e a segunda, como essas práticas surgem, desenvolvem-se, entram em declínio e desaparecem, sob circunstâncias históricas específicas. Logo, o documento deve ser pensado também como efeito político da relação poder-saber e não só em seu valor epistêmico, uma vez que entra em jogo o poder do sujeito com autoridade na validação da informação posta no documento (RABELLO, 2018).

A partir dessas considerações, compreendemos que os aspectos políticos, econômicos e éticos implicados nas práticas documentais podem ser examinados em termos de regimes de informação. A caracterização de uma política de informação passa necessariamente pela

compreensão das configurações de um regime de informação, ou seja, como os regimes de informação “[...] se originam e se estabilizam; como eles determinam as relações sociais e como formas específicas de poder são exercidas nelas e através delas”³ (FROHMANN, 1995, p. 5, *tradução nossa*).

Desse modo, para descrever um regime de informação há que conformar os processos permanentes de conflitos e consensos, que produzem redes estáveis e provisórias entre grupos sociais, interesses, discursos e artefatos científicos e tecnológicos. Portanto, um regime de informação é “[...] qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flua através de canais determináveis de produtores específicos, através de estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos [...]”⁴ (FROHMANN, 1995, p. 5, *tradução nossa*).

Alargando os estudos de Frohmann, González de Gómez, em artigo publicado em 2002, ao discutir os novos cenários políticos para a informação, designa que regime de informação é

[...] um modo de produção informacional dominante em uma formação social conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

Como consequência desses elementos “a cada nova configuração de um regime de informação resulta de e condiciona diferentes modos de configuração de uma ordem sociocultural e política” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 43).

Entendemos que os regimes de informação podem ser apreendidos em diferentes tempos-espacos de relações socioculturais, políticas, econômicas e subjetivas entre atores, tecnologias, representações, normas e regulamentos que se correlacionam através de ações de informação e formam uma rede regular, atravessada pelas relações de poder. À vista disso, nos regimes de informação se entrecruzam relações intersociais, interorganizacionais e intermediáticas, sendo que podem ser considerados diferentes elementos – tecnológicos, organizacionais, econômicos, culturais, que são definidos só por meio de sua operacionalização (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002).

³ “[...] how they originate and stabilize; how they determine social relations, and how specific forms of power are exercised in and through them.”

⁴ “[...] any more-or- less stable system or network in which information flows through determinable channels from specific producers, via specific organizational structures, to specific consumers or users [...]”

Desse modo, o regime de informação pode ser analisado em diferentes aplicações dentro da Ciência da Informação, que, ao mesmo tempo, contribuem para a permanente construção e reconstrução do conceito. É nesse movimento dialético de teoria-prática-teoria “[...] que se podem perceber as características e as peculiaridades dos espaços e ambientes sociais, cada qual em seu contexto, e as adaptações estratégicas a partir dos fundamentos teórico-conceituais em constante construção” (BEZERRA *et al.*, 2016, p. 71).

Magnani e Pinheiro (2011), em seu estudo analisam, no contexto de uso, os elementos presentes em três pesquisas⁵ que utilizaram a abordagem do regime de informação e que são oportunas para ilustrarem diferentes aplicações desse conceito. Estas três pesquisas apresentam diferentes configurações dos elementos constituintes de um regime de informação – atores sociais, artefatos e dispositivos em relação às ações de informação, sejam dando ênfase maior aos atores, às características e às diferentes maneiras de interação entre eles, ou ênfase aos atores e aos dispositivos para compreender as lógicas de poder presentes nas relações entre eles, ou ainda a identificação dos componentes de um regime de informação dentro de uma instituição de pesquisa. Assim:

O conceito de regime de informação em suas aplicações permite a análise transversal das relações entre atores, sistemas e redes de informação, políticas e normas estabelecidas e as práticas de informação adotadas, sem se restringir a uma única entidade, a tipos determinados de artefatos de informação, a uma única prática ou ação de informação, permitindo várias possibilidades de recorte de acordo com o contexto informacional (MAGNANI; PINHEIRO, 2011, p. 607).

Os regimes de informação, entre outras indicações, nos evidenciam as tensões entre as estruturas de poder e as disposições socioculturais na construção da cidadania e nos indicam como as ações de informação e as práticas documentais reproduzem e representam as memórias sociais.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa do tema, sendo um estudo bibliográfico e documental. O *corpus* de análise está composto pela legislação relativa à justiça de

⁵ As pesquisas analisadas são: **Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão:** o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais, dissertação de Shirlene Linny da Silva, 2007; **Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos:** à luz do regime de informação, dissertação de Cláudia Regina Delaia, 2008; **Conformação de um Regime de Informação:** a experiência do arranjo produtivo local de eletrônica de Santa Rita do Sapucaí – Minas Gerais, tese de Adriane Maria Arantes de Carvalho, 2009.

transição e pelo Relatório Final da CNV.

Da busca bibliográfica foram selecionados os estudos mais relevantes e afinados com o tema a ser investigado. Após a leitura seletiva definimos as abordagens teóricas e os principais autores que se debruçam sobre os estudos do conceito de regime de informação e práticas documentais, assim foram utilizados especialmente os trabalhos desenvolvidos por Bernd Frohmann e Maria Nélida González de Gómez.

Os procedimentos de escolha dos documentos tomaram como base a leitura exploratória do Relatório Final da CNV que é composto de três volumes, publicado na página inicial do Portal da CNV⁶. Assim, selecionamos os documentos principais de análise e os dividimos em duas categorias, conforme segue:

a) Leis e Resoluções pertinentes à Comissão Nacional da Verdade: *i*) Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011; *ii*) Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; *iii*) Resolução nº 1, de 2 de julho de 2012 *iv*) Resolução nº 2, de 20 de agosto de 2012; *v*) Resolução nº 4, de 17 de setembro de 2012;

b) Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade: *i*) volume I parte I: A Comissão Nacional da Verdade; capítulo 1: A criação da Comissão Nacional da Verdade: A) Antecedentes históricos, B) Comissões da verdade: a experiência internacional, C) O mandato legal da Comissão Nacional da Verdade.

Quanto aos procedimentos técnicos, nos ancoramos na metodologia de análise proposta por Moraes (1999; 2003), análise textual discursiva, constituída de cinco etapas: “1 - Preparação das informações; 2 - Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; 3 - Categorização ou classificação das unidades em categorias; 4 - Descrição; 5 - Interpretação” (MORAES, 1999, p. 4). Segundo Moraes (2003, p. 192, *grifo no original*), a análise textual discursiva

[...] pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução dos textos do *corpus*, a *unitarização*; estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar do novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada.

A fase de preparação do material de análise se constituiu em baixar do Portal da CNV o Relatório Final e as legislações e resoluções disponíveis. A etapa da unitarização implicou em examinar os documentos do *corpus* em seus detalhes, fragmentando-os em três unidades de

⁶ Com o encerramento dos trabalhos da Comissão após a entrega do Relatório Final, a cópia do Portal da CNV é mantida pelo Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional, criado pela Portaria nº 204, de 13 de maio de 2009.

análise: atores sociais, artefatos de informação e dispositivos informacionais.

A terceira etapa é a da categorização, que segundo Moraes (1999, p. 6) “[...] é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles. [...] As categorias representam o resultado de um esforço de síntese de uma comunicação, destacando nesse processo seus aspectos mais importantes.” Assim, através da comparação constante entre as unidades definidas no processo inicial da análise (atores sociais, artefatos de informação e dispositivos informacionais), levantamos agrupamentos de elementos semelhantes. Na etapa da descrição, a abordagem de análise empregada foi essencialmente indutivo-construtiva (CAMPOS, 2004), ou seja, com base nas informações contidas no *corpus*. Por um processo de comparação e confrontação constantes entre as unidades de análise, organizamos conjuntos de elementos semelhantes.

A última etapa, da interpretação, foi realizada através da exploração dos significados expressos nas categorias de análise, cotejando com a fundamentação teórica apresentada.

4 A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E O REGIME DE INFORMAÇÃO: ATORES SOCIAIS, METODOLOGIA DE TRABALHO E PRÁTICAS DOCUMENTAIS

Para fins deste artigo, identificamos os atores sociais que fizeram parte da composição da CNV e analisamos a metodologia de trabalho e as práticas documentais da CNV.

O marco normativo para os trabalhos da CNV foi assegurado pela Lei n.º 12.528/2011, concretizando o debate iniciado durante a XI Conferência Nacional dos Direitos Humanos, em 2008. A referida Lei circunscreveu o desenvolvimento das atividades de investigação da CNV em termos material, espacial e temporal. Assim, a Lei determinou como marco material a apuração e esclarecimento das graves violações de direitos humanos, tendo como marco temporal o intervalo compreendido entre as datas de promulgação de duas constituições democráticas brasileiras - entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 e como marco espacial as graves violações dos direitos humanos sofridas em território nacional e também ocorridas no exterior (BRASIL, 2014).

A composição da Comissão foi determinada pelo artigo 2º da Lei n.º 12.528/2011, estabelecendo que devesse ser “[...] integrada por sete brasileiros, de idoneidade reconhecida, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos, designados pela Presidente da República”, fixando um prazo de dois anos, contados de sua instalação, para que se apresentasse a conclusão dos trabalhos, (BRASIL, 2011), porém esse prazo foi estendido por sete meses (BRASIL, 2014). Houve críticas à

composição, pelo fato de ser formada em sua maioria por juristas, não se mostrando tão plural em sua constituição. “Esta composição causou apreensão a certos setores da sociedade no que diz respeito ao resultado final da atuação da Comissão, uma vez que esta não iria realizar julgamentos” (BRITO; FERREIRA, 2014, p. 46).

Durante seu funcionamento a Comissão definiu por meio de Resoluções a forma de atuação, sendo que na primeira, em julho de 2012, aprovou o Regimento Interno, onde estabeleceu a estrutura e planejamento, o funcionamento, as atribuições dos membros, as atividades de apoio e dispôs que “caberá à Comissão organizar, arquivar e manter o conjunto de requerimentos e documentos nela protocolizados, e preservar aqueles por ela produzidos, criando um acervo em homenagem à memória e à verdade histórica” (BRASIL, 2012b, Art. 24). Em relação à estrutura e funcionamento interno, a CNV foi organizada no modelo de colegiado. Destacamos o artigo 10 da referida Resolução onde afirma que a CNV poderá “[...] estabelecer parcerias ou colaboração com órgãos e entidades, públicos, privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos” (BRASIL (2012b, Art. 10).

O começo dos trabalhos da CNV foi seguido pela constituição de comissões da verdade em todo o país, que pode ser destacado como uma novidade em comparação a constituição de outras comissões da verdade instauradas em outros países. Assim, a fim de evitar a sobreposição de trabalho e legitimar os atos dessas comissões a CNV editou a Resolução nº 4, de 17 de setembro de 2012, por meio da qual se estabeleceu que, “[...] em princípio, não duplicaria procedimentos abertos e em curso no âmbito das comissões estaduais da verdade, ou de quaisquer outras comissões de similar natureza [...]” (BRASIL, 2012d, Art. 1º, Parágrafo único). Oliveira (2017, p. 189), com respeito a essa interlocução, destaca que a cooperação e o diálogo entre as diferentes comissões da verdade “[...] dotou a CNV de forte capilaridade, característica imprescindível em um país de dimensão continental como o Brasil.”

Através da Resolução nº 2, de 20 de agosto de 2012, a Comissão definiu sua atuação, estabelecendo peremptoriamente que as graves violações de Direitos Humanos examinadas e esclarecidas pela Comissão seriam aquelas praticadas por “[...] agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado” e que não reexaminaria as decisões tomadas com base nas Leis nº 10.559/2002 e nº 9.140/ 199525 (BRASIL, 2012c, Art. 1º e Art. 2º).

Além do mais, a CNV construiu um Plano de Trabalho (BRASIL, 2012a) onde definiu três subcomissões temáticas: subcomissão de “pesquisa, geração e sistematização de informações” (dividida em grupos de trabalho temáticos); subcomissão de “relações com a sociedade civil e instituições”; e subcomissão de “comunicação externa”. Ainda no seu primeiro ano de trabalho, a

CNV emitiu outras Resoluções normativas, denotando uma fase inicial que compreendeu a “[...] estruturação administrativa, o planejamento dos trabalhos de pesquisa, os contatos com os familiares das vítimas e a definição dos temas que seriam objeto de investigação” (ELIAS, 2017, p. 102).

Identificamos que a CNV, por meio das normas por ela definidas, estabeleceu um regime de informação, determinando um conjunto de práticas documentais na esfera de sua atuação, numa relação própria de gestão-informação-poder, considerando uma correspondência complexa entre sujeitos, dispositivos, artefatos, ações, regras, entre outros. Após esta fase, iniciou-se um trabalho relacional da CNV com diversos grupos e entidades da sociedade civil e órgãos da administração pública, configurando-se um novo regime de informação, a partir de ações de informação e práticas documentais realizadas por atores sociais, onde os sujeitos, dispositivos e artefatos que o compõe se apresentam dentro de uma rede de produção, organização, comunicação e transferência de informações. Essa configuração em rede se dá em um espaço social, a partir de normas éticas, práticas culturais, leis e regulamentações próprias.

A Comissão utilizou-se de duas metodologias de levantamento de informações: a pesquisa documental e a tomada de depoimentos e testemunhos, por meio de realização de audiências públicas e de entrevistas. Segundo a Comissão, foram os documentos de arquivo, junto com os testemunhos, que serviram para dar credibilidade e legitimidade ao que foi afirmado no Relatório Final. No Relatório Final da CNV é reconhecida a importância da parceria do Arquivo Nacional quanto à logística do trabalho e ao acervo documental (BRASIL, 2014, p. 58-59).

O Relatório Final, dividido em três volumes, foi entregue à Presidenta Dilma Rousseff em 10 de dezembro de 2014. O trabalho permitiu à CNV concluir que as graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado, especialmente nos 21 anos da ditadura civil-militar (1964-1985)⁷, foram resultado de uma ação generalizada e sistemática do Estado, configurando crimes contra a humanidade (BRASIL, 2014). Bauer (2017, p. 173), ao analisar o relatório da CNV, comprehende-o como “um artefato de memória” que

[...] instrumentaliza e confere determinado sentido ao passado, elaborando determinada narrativa histórica sobre o período abarcado pelas investigações [...] mais especificamente a narrativa sobre a ditadura civil-militar, permite evidenciar como determinadas representações que foram construídas a partir de experiências e memórias, mas também através do ensino da história e da historiografia, dos meios de comunicação e dos debates públicos, estão presentes na narrativa sobre o período (BAUER, 2017, p. 175).

⁷ Ainda que a CNV tenha privilegiado o esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticadas após o golpe militar de 1964, ao longo do seu Relatório há referências, em consonância com o mandato legal, ao período democrático inaugurado com a Constituição de 1946. Porém, a CNV concentrou seus esforços para o esclarecimento de graves violações de direitos humanos no período de 1964 a 1985 (BRASIL, 2014, p. 41).

Nesse sentido, a autora coloca que a capacidade da CNV de levantar novos dados ou completar aqueles já existentes e “[...] a possibilidade de elaborar uma nova narrativa sobre a ditadura civil-militar foi limitada” (BAUER, 2017, p. 178) e que esse limite não se deu somente devido às continências da legislação, como o prazo reduzido para o seu trabalho e o amplo período investigado, mas às opções do quê investigar e a escrita do resultado final no Relatório. Segundo Gallagher (2017) determinadas escolhas da Comissão conformaram quais sujeitos históricos foram vinculados a conceitos universalistas dos direitos humanos, uma vez que as questões de gênero e sexualidade e questões étnico-raciais foram tratadas em textos temáticos, não estando postas no relato principal.

O acervo documental e de multimídia resultante das atividades da CNV foi recolhido, em 24 de julho de 2015, para guarda permanente no Arquivo Nacional. Uma parcela dos documentos da CNV se encontra disponível na página <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>, que também faz parte do acervo da Comissão sob a guarda do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas. (BRASIL, 2014).

As ações da CNV foram publicizadas por diferentes mídias sociais e redes sociais digitais, constituindo-se um instrumento importante para a preservação da memória social sobre esse período da história brasileira. O Relatório Final, volume I, explicita esses números:

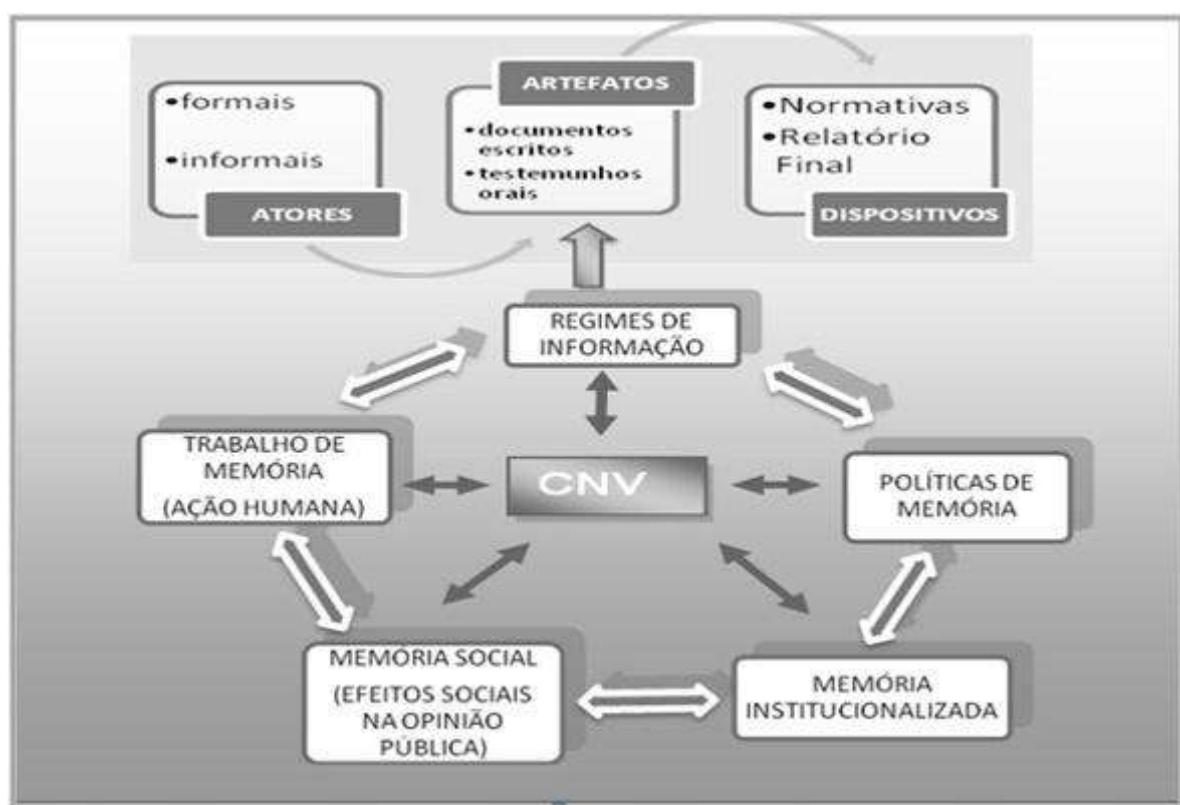
Os trabalhos da CNV foram também noticiados em canais de comunicação próprios: sítio institucional e canais no Twitter, Facebook e YouTube. A partir de 10 de maio de 2013, as audiências públicas realizadas pela CNV passaram a ser transmitidas em tempo real, pela internet e por meio de diferentes plataformas de transmissão (TwitCasting, YouTube e transmissões em alta definição especialmente contratadas). O alcance dessa divulgação pode ser medido pelos seguintes dados, contabilizados até outubro de 2014: a página do Facebook da CNV foi seguida por 165.067 pessoas; a CNV publicou 470 vídeos no YouTube, que foram acessados, ao todo, 258.287 vezes; o Twitter da CNV foi seguido por 10.784 pessoas; e, finalmente, o sítio da CNV foi acessado 1.305.403 vezes, entre fevereiro de 2013 e outubro de 2014 (BRASIL, 2014, p. 51-52).

As práticas documentárias empreendidas pela Comissão evidenciam a materialização e institucionalização da informação proveniente da conformação de um determinado regime de informação que por si só valida seu trabalho, formalizado a partir da entrega de seu Relatório Final. No entanto, o documento produzido pela CNV não deve ser visto como um instrumento que conclui o processo de reconstrução histórica, mas deve ser entendido como um projeto memorialístico que contribui para o fortalecimento do Estado democrático, uma vez que possibilitou a retomada do debate público sobre a ditadura civil-militar brasileira. Pelo contrário, o Relatório passa a vigorar como marco inicial reconstrutivo de uma memória testemunha contrária à memória oficial. Inaugura um campo de possibilidades memoriais reconstruíveis a partir de sua instauração

problemática, recortada, seletiva. Enfim, inaugura a possibilidade de tensionamento entre esta memória reconstruível e a memória oficial militar – até então o que existiam eram os Inquéritos Policiais Militares (IPM)⁸ fotocopiados pelo Brasil: Nunca Mais⁹, a gama rizomática dos arquivos espalhados pelo país.

Na figura abaixo podemos visualizar de modo resumido as conexões, o encadeamento e a dinâmica no processo do trabalho da CNV, ou seja, a relação dialética dos elementos presentes em sua construção:

Figura 1 – Relação dialética no processo da CNV



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da análise apresentada, podemos identificar um conjunto de elementos que reúne atores, artefatos e dispositivos no processo social no qual as ações de informação e práticas documentais da CNV legitimam políticas explícitas e implícitas que constroem representações acerca da memória e da história brasileira.

⁸ Os IPM foram instrumentos de investigação e perseguição utilizados por membros das forças armadas brasileiras como forma de orientar a repressão aos opositores da ditadura civil-militar.

⁹ O projeto Brasil: Nunca Mais foi desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo nos anos 1980, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns. É uma ampla pesquisa realizada pela sociedade civil sobre a tortura política no país no período da ditadura civil-militar e hoje se encontra digitalizado, disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

Os pressupostos mostrados por Frohmann (1995; 2008; 2012) e González de Gómez (2002; 2012) acerca das práticas documentais e o regime de informação nos convocam à análise de correlações éticas, políticas e culturais que fazem aparecer artefatos e dispositivos informacionais não apenas para consulta, mas como instrumentos de ressignificação da memória. Explorar o tema da memória dentro de um regime de informação não se trata de estudá-la sobre a sua dimensão cognitiva, mas como um exercício social orientador para a cidadania, onde as redes transversais constituídas entre atores, sistemas de informação, políticas, normas e práticas documentais sustentam os contextos sociais institucionalizados e auxiliam na construção da memória social.

Os modos de produção da informação constituem documentos (em sentido amplo como artefatos, imagens, fotografias, filmes, escrita, relatos, entre outros) não apenas como suportes para consulta e uso com a finalidade de apurar o passado, mas como efeito político da tensão constituinte do passado e do presente. O documento enquanto produto das práticas sociais conformadas nas relações socioculturais, políticas, econômicas e subjetivas em diferentes espaços-tempo alude as tensões em relação ao quê deve ser lembrado e ao quê deve ser esquecido e permite a pluralidade de memórias, narrativas e interpretações.

O trabalho documental da CNV se coloca como uma das possibilidades de enfrentamento às políticas de esquecimento, ocultamento e silenciamento impostas pelo regime de informação da ditadura civil-militar brasileira e inclusive a desmemória a qual o tema da ditadura foi reduzido desde a transição política.

Um exemplo desse processo pode ser observado pelo objeto dessa pesquisa que é o trabalho da CNV enquanto subsidiária de uma política de memória, considerada um dispositivo de ressignificação da memória histórica a fim de consolidar a democracia que está contaminada por abusos e violações de direitos. Desse modo, a CNV se instaura e se consolida em um regime de informação que objetiva construir um conteúdo informacional em um contexto específico e localizado, ou seja, no âmbito do processo de justiça de transição. Nesse contexto específico, ao analisarmos as ações empreendidas pela CNV identificamos os atores sociais, os artefatos e os dispositivos de informação presentes no trabalho da Comissão.

No que se refere aos atores sociais envolvidos no trabalho da Comissão podem ser identificados os conselheiros designados pela presidência da República para coordenarem o trabalho e um conjunto de assessores, consultores e pesquisadores. Essa equipe foi constituída por servidores públicos nomeados para a CNV ou cedidos de outros órgãos da administração

pública e por pesquisadores contratados por intermédio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹⁰.

As atividades de pesquisa da CNV, a partir de dezembro de 2012, passaram a ser desenvolvidas basicamente por meio de grupos de trabalho coordenados pelos membros do Colegiado, contando, cada um deles, com assessores, consultores ou pesquisadores. Dentre os grupos encontra-se àquele constituído para averiguar violações de direitos humanos relacionadas à luta pela terra e contra populações indígenas. Esses grupos de trabalho foram designados por resoluções próprias. Também houve a colaboração das comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais instaladas por todo o país, a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e a Comissão de Anistia, com as quais a CNV celebrou acordos de cooperação técnica.

Além disso, houve a interação de atores informais, como as pessoas que voluntariamente se apresentaram para prestar seus depoimentos e antropólogos, no caso das violações sofridas por etnias indígenas, que encaminharam seus materiais de pesquisa para subsidiar o trabalho da Comissão. Podemos ainda destacar o envolvimento dos comitês populares de memória, das Universidades, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Ministério Público Federal, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e das Assembleias Legislativas. No caso específico das investigações sobre os povos indígenas, membros do projeto Vídeo nas Aldeias, do Grupo Tortura Nunca Mais, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entre outros sujeitos.

As relações entre os atores sociais foram sendo construídas a partir de seus respectivos interesses, mas afirmaram acordos e legitimaram vínculos com o propósito comum de fortalecerem o trabalho da Comissão, estabelecendo parâmetros regulares de produção informacional (coleta de depoimentos, audiências públicas, visitações a locais e incursões a territórios indígenas, elaboração de relatórios preliminares, análise de relatórios e documentos oficiais, concessão de entrevistas, entre outros), onde para além da reciprocidade individual dos atores envolvidos, há, sobretudo, a intervenção dos atores coletivos. Os atores sociais coletivos oficializaram seus vínculos a fim de alcançarem um objetivo comum, ou seja, esclarecer as graves violações de direitos humanos a fim de efetivar uma política pública de memória e promover a reconciliação nacional.

¹⁰ Programa da ONU que atua para a eliminação da pobreza no mundo, além de promover a melhoria do desenvolvimento humano e a sustentabilidade. Oferece aos parceiros apoio técnico, operacional e gerencial, por meio de acesso a metodologias, conhecimentos, consultoria especializada e ampla rede de cooperação técnica internacional. Informações disponíveis em: <https://www.br.undp.org/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

Quanto aos artefatos de informação, a CNV utilizou-se dos documentos públicos recolhidos em 2005 ao Arquivo Nacional que estavam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), diversos documentos, artigos e notícias da época, fotos, laudos técnicos e depoimentos já registrados pela CEMDP e pela Comissão de Anistia. Também serviram como fonte de informação o relatório Direito à Memória e à Verdade da CEMDP, o livro *Habeas Corpus* da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o relatório Brasil: Nunca Mais, além de vários depoimentos e relatos de vítimas e de testemunhos de pessoas que presenciaram os fatos. Além disso, a Comissão estabeleceu acordos internacionais com diferentes países a fim de requisitar documentos referentes à Operação Condor¹¹. Quanto aos documentos relativos aos povos indígenas, destacamos o Relatório Figueiredo¹², a farta bibliografia historiográfica e antropológica, documentos filmográficos, documentos históricos e administrativos fornecidos por diferentes pesquisadores e organizações da sociedade civil vinculados ao movimento indígena e os depoimentos, entrevistas e testemunhos de indígenas de diferentes etnias, principalmente suas principais lideranças.

Por outro lado, a própria Comissão construiu outros artefatos informacionais, como atas, relatórios preliminares, vídeos, transcrições das audiências públicas, entre outras, que foram todos arquivados no fundo CNV do Arquivo Nacional e também espalhados na Web em portais dedicados à memória. Os artefatos de informação incluem arquivos disponibilizados em bases de dados, bibliotecas digitais, catálogos, portais da Web, além de documentos produzidos pelos relatos orais dos atores sociais envolvidos, constituindo-se uma rede de informação entrelaçada e complexa, onde as tecnologias da informação e as práticas documentais estão presentes nos modos de produção dos conteúdos informacionais da CNV.

O uso ou não dos artefatos informacionais disponibilizados à CNV seguramente passou por um conjunto de negociações com os diversos interesses dos atores sociais envolvidos no processo de ressignificação do passado. Essas negociações estabilizaram normas, regras e padrões cujos critérios se mostram no lugar desses interesses negociados, o que nos conduz aos dispositivos utilizados pela Comissão e que interferirão na produção de

¹¹ A Operação Condor foi criada no final do ano de 1975 por meio de uma operação internacional militar dirigida pela polícia secreta do Chile para incrementar a repressão à esquerda na América do Sul. A ação militar reunia os serviços de informações da Argentina, do Brasil, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai para exterminar ameaças políticas, munindo-se de informações (OLIVEIRA, 2017).

¹² O Relatório Figueiredo foi descoberto por parceiros da CNV, o qual contém informações sobre várias formas de violação de direitos indígenas. O relatório tinha sido dado como desaparecido por décadas. É um documento de sete mil páginas, produzido a partir de uma Comissão de Inquérito Administrativo do Ministério do Interior instalada em julho de 1967 (BRASIL, 2014).

novos documentos.

Identificamos como dispositivos informacionais: o regime internacional dos direitos humanos, a Constituição de 1988, o III Plano Nacional dos Direitos Humanos, a Lei de criação da CNV, a Lei de Acesso à Informação, o decreto que estruturou a CNV, as dezesseis Resoluções emitidas pela Comissão e o Regimento Interno. Esses dispositivos estabelecem a atuação da CNV, a cooperação e intercâmbio de informação com as comissões estaduais da verdade e outras de natureza semelhante e a constituição de grupos de trabalho com temáticas específicas, além da metodologia de trabalho e os padrões de pesquisa e produção de arquivos realizados com o Arquivo Nacional.

No quadro abaixo apresentamos um resumo dos elementos que compõem o regime de informação que identificamos no trabalho da CNV:

Quadro 1 – Elementos do regime de informação da CNV

ELEMENTOS	COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE
Atores sociais (individuais, coletivos, formais e informais)	Conselheiros; assessores; consultores; pesquisadores; antropólogos; depoentes; Comissões da Verdade Estaduais, Municipais e Setoriais; Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP); Comissão de Anistia; Comitês Populares de Memória; Universidades, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público Federal; Assembleias Legislativas; Projeto Vídeo nas Aldeias: Grupo Tortura Nunca Mais; Arquivo Nacional; Empresa Brasil de Comunicação (EBC).
Artefatos de informação	Documentos públicos do Arquivo Nacional; diversos documentos, artigos e notícias da época; fotos, laudos técnicos e depoimentos já registrados pela CEMDP e pela Comissão de Anistia; Relatório Direito à Memória e à Verdade; Livro <i>Habeas Corpus</i> ; Relatório Brasil: Nunca Mais; depoimentos e relatos de vítimas e de testemunhos de pessoas que presenciaram os fatos; documentos referentes a Operação Condor; Relatório Figueiredo; farta bibliografia historiográfica e antropológica; documentos filmográficos; documentos históricos e administrativos; depoimentos, entrevistas e testemunhos de indígenas de diferentes etnias; atas; relatórios preliminares; vídeos; transcrições das audiências públicas.
Dispositivos informacionais	Regime internacional dos direitos humanos; Constituição de 1988; III Plano Nacional dos Direitos Humanos; Lei de criação da CNV; Lei de Acesso à Informação; Decreto que estruturou a CNV; Resoluções CNV; Regimento Interno da CNV; Metodologia de trabalho; padrões de pesquisa e produção de arquivos realizados com o Arquivo Nacional.

Fonte: dados da pesquisa.

Esses conjuntos de elementos implicaram em ações de informações cujos resultados foram os relatórios preliminares, entrevistas dos comissionados, artigos produzidos pelos membros da Comissão e como produto terminante o Relatório Final da CNV. Pelas práticas documentais da CNV se fixam as relações dos elementos envolvidos, atores sociais, artefatos e dispositivos e é possível identificar a constituição de um regime de informação conforme as contingências que o conceito nos possibilita. Manifesta-se uma complexidade de elementos que nos permitem à análise de como apresentam-se artefatos e dispositivos informacionais não apenas para consulta, mas como instrumentos de criação de políticas de informação e de ressignificação da memória social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O documento final da CNV, enquanto produto das práticas sociais, composto a partir de circunstâncias históricas específicas e conformadas nas relações socioculturais, políticas, econômicas e subjetivas, se apresenta não apenas como uma fonte para a história, mas como um efeito da tensão entre passado e presente e a possibilidade de pensar o futuro. Na contradição entre o quê lembrar e o quê esquecer se conforma um regime de informação que legitima e publiciza as disputas de narrativas de um passado traumático.

Vimos pelas ações de informação da CNV, o efeito material da informação através da produção de documentos. Essas práticas documentais institucionalizadas e disciplinarizadas produzem um conteúdo contingente, na medida em que abrangem além do instituído, mas também abrem a possibilidade de uma agenda para a educação em direitos humanos. As práticas documentais empreendidas em um regime de informação pautado pelo exercício de memórias, até então subterrâneas, invadem o espaço público e convergem à promoção dos direitos humanos e à construção da cidadania. Assim, elas nos apontam três possibilidades capazes de contribuir à emancipação social e política: a) possibilitar processos de empoderamento pessoal, coletivo e político; b) reconstruir a experiência de si e do coletivo; c) caminhar para a “não-repetição” de todas as violências cometidas contra a dignidade da pessoa humana.

A CNV se funda em um regime de informação que pretende dar uma resposta aos legados de violência e censura deixados pela ditadura civil-militar no Brasil a fim de fortalecer o Estado democrático de direito a partir do reconhecimento público das violações

dos direitos humanos. Ao examinarmos os regimes de informação ajustados em práticas documentais e sustentados pela institucionalização da CNV, mostramos como o exercício social da memória se compõe a partir de redes transversais engendradas entre atores sociais, artefatos informacionais e dispositivos de informação, auxiliando na construção da cidadania.

A contribuição da Ciência da Informação são os estudos sobre os modos de produção da informação das redes organizacionais da sociedade civil criadas e recriadas a partir da CNV e os portais e repositórios organizados a partir do trabalho da CNV, como: “Armazém da Memória¹³” e “Memórias da Ditadura¹⁴”, entre outros; além das diversas comissões da verdade instituídas tanto no âmbito dos poderes Executivo e Legislativo (como foi o caso das comissões da verdade estaduais) quanto no âmbito das instituições públicas e privadas (universidades e entidades de classe).

Por outro lado, este estudo pode despertar o interesse de outros pesquisadores da área no sentido de dar continuidade ao tema, abordando questões relacionados à rede de atores sociais, artefatos e dispositivos de informação que interagiram, negociaram e disputaram espaços a fim de dar suporte aos trabalhos da Comissão. Além disso, podem identificar e analisar os diferentes regimes de informação e, como hoje, essa rede auxilia na construção de canais de resistência para a proteção social e a preservação de princípios e garantias fundamentais dos direitos humanos.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa obteve o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹³ Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

¹⁴ Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

REFERÊNCIAS

- BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?:** história, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. São Paulo: Paco Editorial, 2017.
- BEZERRA, Emy Pôrto *et al.* Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 60-86, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/57935>. Acesso em: 01 set. 2019.
- BRASIL. **Lei n.º 12.528, de 18 de novembro de 2011.** Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm. Acesso em: 5 abr. 2019
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade:** volume I. Brasília, DF: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/f>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Plano de Trabalho da Comissão Nacional da Verdade.** Brasília, DF: CNV, 2012a. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv/60-plano-de-trabalho>. Acesso em: 20 set. 2019.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Resolução n.º 1, de 2 de julho de 2012.** Aprova o Regimento Interno da Comissão Nacional da Verdade. Brasília, DF: CNV, 2012b. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/regimento_interno_cnv_130712.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Resolução n.º 2, de 20 de agosto de 2012.** Dispõe sobre a atuação da Comissão Nacional da Verdade. Brasília, DF: CNV, 2012c. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/resolucao_2_CNV_200812-2.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Resolução n.º 4, de 17 de setembro de 2012.** Dispõe sobre a articulação entre os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e demais comissões de natureza semelhante. Brasília, DF: CNV, 2012d. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/resolucao_4_CNV_170912-2.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.
- BRITO, Ana Paula Ferreira de; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. As reivindicações por memória e verdade e a Comissão Nacional da Verdade: construindo a memória social sobre o período militar no Brasil. In: MEYER, Emílio Peluso Neder; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de (orgs.). **Justiça de Transição nos 25 anos da Constituição de 1988.** Belo Horizonte: Initia Via, 2014. p. 35-59. *E-book*. Disponível em: <https://www.initiavia.com/product-page/justi%C3%A7a-de-transi%C3%A7%C3%A7%C3%A3o-nos-25-anos-da-constitui%C3%A7%C3%A7%C3%A3o-de-1988>. Acesso em: 20 maio 2019.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília (DF), v. 57, n. 5, p.611-614,

set./out., 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

ELIAS, Aluf Alba Vilar. Arquivo, verdade e o processo de transição democrática no Brasil: o legado da Comissão Nacional da Verdade para a ampliação da discussão epistemológica arquivística. 2017. 163 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação. Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: repositorio.unb.br/handle/10482/32024. Acesso em: 20 abr. 2019.

FROHMAN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariângela Spotti; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de. **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação.** São Paulo: Fundep, 2008. E-Book. p. 19-34. Disponível em: <https://bdpi.usp.br/item/001818946>. Acesso em: 12 abr. 2019.

FROHMAN, Bernd. Taking information policy beyond informacion science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23, 1995, Edmonton, Alberta. **Proceedings... [...].** Alberta, Canadá, 1995. Disponível em: <http://www.ualberta.ca/dept/slis/cais/frohmann.htm>. Acesso em: 23 abr. 2019.

FROHMAN, Bernd. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus – Revista Eletônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 227-249, mar., 2012.

GALLAGHER, Jennifer Dympna Lima. **De muitas verdades a uma:** histórias enredadas, memórias tuteladas e a Comissão Nacional da Verdade (1979-2014). 2017. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180890>. Acesso em: 15 jun. 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a04v31n1.pdf](https://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a04v31n1.pdf). Acesso em: 25 abr. 2019.

GONZALÉZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 30 abr. 2019.

MAGNANI, Maria Cristina Brasil; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. “Regime” e “informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 593-610, out. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/392>. Acesso em: 02 set. 2019.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciênc. educ.**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132003000200004&script=sci_abstract&tlang=pt. Acesso em: 20 maio 2019. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/12412>. Acesso em: 20 abr. 2019.

OLIVEIRA, Nildete Santana de. **Justiça de transição:** direito de acesso à informação, à verdade e à memória. 2017. 411 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito. Centro Universitário de Brasília, 2017.

RABELLO, Rodrigo. Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 23, n. 51, p. 138-156, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n51p138/35519>. Acesso em: 12 abr. 2019.

TEITEL, Ruti. Genealogia da justiça transicional. In: REÁTEGUI, Félix. (coord.). **Justiça de transição:** manual para a América Latina. Brasília, DF: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque, Estados Unidos: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p. 135-170. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/jt-manual-para-america-latina-portugues.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.

Recebido/ Received: 20/04/2020
Aceito/ Accepted: 11/05/2020
Publicado/ Published: 27/05/2020



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0)

A DIMENSÃO PROBATÓRIA DO DOCUMENTO DE TERCEIRA IDADE: UMA ANÁLISE DO ARQUIVO PERMANENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO MARANHÃO 16^a REGIÃO (TRT/MA)

THE PROBATORY DIMENSION OF THE THIRD AGE DOCUMENT: AN ANALYSIS OF THE PERMANENT ARCHIVE OF THE REGIONAL LABOR COURT OF MARANHÃO FROM THE 16th REGION (TRT/MA)

Thamiris Iara Sousa Silva

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Auxiliar administrativo do Conselho Regional de Biblioteconomia da 13^a Região - Maranhão (CRB13). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3964-8544>. E-mail: sousasilvathamirisiara@gmail.com.

Dirlene Santos Barros

Docente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do grupo de pesquisa Estado, Informação e Sociedade da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (FCI/UnB). Pesquisadora associada da Ancib e da ABECIN. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3285-9525>. E-mail: dirbsbarros@gmail.com.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a dimensão probatória do documento de terceira idade em âmbito judicial. Levantando a seguinte questão: em que dimensão os documentos do arquivo permanente influenciam a tomada de decisão das causas judiciais na atualidade? A metodologia adotada nesta pesquisa é de abordagem qualitativa, acompanhada de pesquisa bibliográfica e documental, tendo objetivos exploratórios e descritivos. A pesquisa de campo se desenvolveu no Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão 16^a Região.

Palavras-chave: Arquivo Permanente. Valor Probatório. Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão 16^a Região.

ABSTRACT

This work aims to analyze the probatory dimension of the third age document in the judicial scope. Raising the following question: to what extent do the documents in the permanent archive influence decision-making of legal causes today? The methodology adopted in this research has a qualitative approach, accompanied by bibliographic and documentary research, with exploratory and descriptive objectives. The field research was developed in the General Archive of the Regional Labor Court of Maranhão from the 16th Region.

Keywords: Permanent Archives. Probative Value. 16^o Region Regional Labor Court of Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre arquivos, seja na dimensão que for, é um trabalho desafiador, pois considera práticas e falas de uma instituição ou de um Estado, ou de um povo, que se desdobram no decorrer do tempo e das pessoas, cujos sentidos podem se manter (in) alterados.

Partindo dessa afirmação, questões de ordem teórica e prática do arquivo permanente na área jurídica suscitaram a seguinte pergunta norteadora: em que dimensão os documentos do arquivo permanente influenciam a tomada de decisão das causas judiciais na atualidade?

O valor probatório de documentos históricos no cumprimento da justiça é uma perspectiva pouco discutida na área da Arquivologia, conforme levantamentos bibliográficos feitos em algumas bases de dados científicas, entre elas: Scielo, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Repositórios da Universidade de Brasília (UnB), da UFMA e de São Paulo (USP), dentre outras. Percebe-se que o arquivo permanente é objeto de estudo de muitas pesquisas, entretanto, o destaque é para estudos ligados à organização, preservação e conservação.

Para responder à questão norteadora desta pesquisa, colocou-se como objetivo geral “analisar a dimensão probatória dos documentos de terceira idade na tomada de decisão em âmbito judicial”. Entende-se que esta pesquisa tem como foco a área da Arquivologia, porém, não deixa de contribuir para a Biblioteconomia e para a sua expansão, uma vez que essas áreas estão interligadas por meio do estudo da dinâmica da informação e das suas várias vertentes.

Em termos metodológicos, esta pesquisa configurou-se a partir de uma abordagem qualitativa, tendo a pesquisa bibliográfica fundamentada em autores como Bellotto (2007), Silva et al. (2002), Rousseau e Couture (1998), Ribeiro (2003), Schellenberg (1974) e Paes (2004). Já a pesquisa documental ocorreu por meio do estudo de legislações e de outros documentos primários.

O estudo possui caráter exploratório e descritivo e foi desenvolvido no Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho - 16ª Região.

Estruturalmente, este artigo é composto por seis sessões, sendo que, num primeiro momento, discutem-se as vertentes histórica e probatória do arquivo permanente. Em seguida, parte-se para a metodologia, apresentação do ambiente estudado, discussão dos dados adquiridos e conclusão.

2 ARQUIVO PERMANENTE DA PROVA A HISTÓRIA E DA HISTÓRIA A PROVA

O valor secundário do documento traz, em si, um longo trajeto, pois, antes da sua chegada ao arquivo permanente, ele fez parte dos arquivos corrente e intermediário, servindo à administração e às necessidades de quem o produziu, contribuindo com seu valor probatório.

Ao se tornar um documento de terceira idade, o valor administrativo já não é mais a sua principal função, assumindo, portanto, um valor histórico. Nesse caso, sua função probatória, apesar de ter menor destaque, permanece. São essas duas dimensões que caracterizam a documentação de um arquivo permanente.

A dimensão histórica do arquivo permanente é reconhecida na literatura arquivística, que enfatiza essa função e sua importância para historiadores/pesquisadores, bem como para a reconstituição da memória. De acordo com Paes (2004, p. 19), a nascença dos arquivos permanentes tem relação com a perda da sua função probatória:

As definições antigas acentuavam o aspecto legal dos arquivos, como depósitos de documentos e papéis de qualquer espécie, tendo sempre relação com os direitos das instituições ou indivíduos. Os documentos serviam apenas para estabelecer ou reivindicar direitos. Quando não atendiam mais a esta exigência, eram transferidos para museus e bibliotecas. Surgiu daí a ideia de arquivo administrativo e arquivo histórico.

A autora não afirma com exatidão o período em que ocorria essa prática, apresentando apenas a definição como antiga. Contudo, tal prática é observada, também, durante a Revolução Francesa (1789-1799), como enfoca Ribeiro (2003, p. 27):

A Revolução Francesa representa um novo marco na evolução da Arquivística e na história dos arquivos [...]. Distinguem-se também os documentos de valor administrativo daqueles que apenas eram considerados de interesse histórico e cultural. Estes últimos, à luz da legislação então promulgada, deviam ser transferidos para as bibliotecas do Estado.

Essa ocorrência se deu muito antes da Teoria das Três Idades se consolidar na área Arquivística. Por essa razão, os documentos eram deslocados para museus e bibliotecas ao invés de serem recolhidos para o arquivo permanente.

Paes (2004) deixa claro o aspecto legal dos arquivos, afirmando a estreita relação do arquivo com a comprovação de direitos. Contudo, é nessa ruptura dos locais de guarda dos

documentos que a característica histórica se sobrepõe ao valor probatório, já que não se tratam de documentos guardados em bibliotecas e nem em arquivos.

Não havia também a compreensão de que era papel do arquivista lidar com a documentação após a expiração de seu uso funcional. Prova disso é que, somente no século XX, as discussões sobre quem tinha a responsabilidade de realizar a eliminação dos documentos foi suscitada, tendo de um lado a Grã-Bretanha, que defendia que cabia à própria administração produtora dos documentos a tarefa de eliminação, e, do outro lado, a Alemanha, que afirmava a necessidade da participação do arquivista nesse processo decisório (RIBEIRO, 2003).

A visão histórica sobre o arquivo também se dá pela relação firmada entre História e Arquivo do século XIX. Para a História, os documentos arquivísticos são verdadeiras fontes de informação e fortes contribuintes da pesquisa histórica. Ribeiro (2003, p. 29) esclarece essa relação:

Durante a segunda metade do século XIX, época caracterizada pelo historicismo e pelo romantismo, a que se associa todo um movimento de renovação da historiografia e, em consonância, uma forte valorização das fontes históricas e da pesquisa nos arquivos, estes últimos passam a constituir autênticos laboratórios do conhecimento histórico. [...] A preparação de repertórios e inventários de fontes, a publicação dos documentos mais importantes do ponto de vista da pesquisa histórica, bem como a abertura ao público dos arquivos, são manifestações que denotam o tipo de relação existente entre a Arquivística e a História, numa clara condição de subsidiariedade da primeira.

Além do apoio à pesquisa encontrado na Arquivística, era a História que mais se beneficiava com a possibilidade de acesso aos arquivos, resultado do decreto de 25 de junho de 1794¹, ocorrido durante a Revolução Francesa. A partir de então, o arquivo passou a ser aberto ao público, mas não efetivamente, “[...] pois só em meados do século XIX surgem, de facto, salas para consultas nos arquivos, requisito de certo modo imposto pelas necessidades da Ciência Histórica [...]” (SILVA et al., 2002, p. 102). Essa relação iniciada há dois séculos repercute na contemporaneidade, em particular no arquivo permanente, reforçando o perfil histórico deste.

Outro ponto a ser destacado é a relação de subsidiariedade existente entre História e Arquivo, conforme relata Ribeiro (2003). Essa relação era comum no século XIX, entretanto, não difere do que ocorre no século XXI, sendo possível vê-la em acervos de bibliotecas, sem

¹ “Um decreto de 25 de junho de 1794 estabeleceu, em todo o território nacional, uma administração dos arquivos públicos [...] Aquelle decreto estabeleceu também o direito de acesso aos documentos públicos, tornando – se assim uma espécie de “declaração dos direitos” da arquivística” (SCHELLENBERG, 1974, p. 5).

generalizar, que armazenam livros arquivísticos nas estantes de Administração e de História, apesar da reconhecida independência da Arquivística enquanto área do conhecimento por órgãos como o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), que classifica a Arquivologia como uma das vertentes da Ciência da Informação.

A Classificação Decimal Universal² (CDU) também exemplifica a relação de subsidiariedade das áreas supracitadas em seu texto de apresentação da classe 930, escrito da seguinte forma: “Ciência da história. Ciências auxiliares da história” (UDC CONSORTIUM, 2007). Na sequência, vem a classe 930.25, que é uma derivação da classe 930, estipulada para a classificação referente à documentação arquivística.

Vistos os exemplos, comprehende-se que a Arquivística não deve ser reduzida a uma ciência auxiliar, porque os seus estudos ultrapassam a dimensão histórica do arquivo permanente. Ademais, estão sob sua responsabilidade a guarda de registros de atividades que precisam ser descritas e preservadas para além da construção da memória.

Rouso (1996, p. 87) afirma que História e Arquivística:

[...] não têm as mesmas finalidades: uma é de caráter memorial, pretende ser um vestígio induzido, consciente e voluntário do passado; a outra é funcional antes de ser vestígio, tanto é verdade que ninguém pode prever com certeza se este ou aquele documento será conservado ou não, e por quanto tempo.

O autor pontua a distinção existente entre as referidas áreas e vai ao encontro da visão de Bellotto (2007, p. 175), que afirma: “Os primeiros documentos escritos surgiram não com a finalidade de, posteriormente, se fazer com eles a história, mas com objetivos jurídicos, funcionais e administrativos – documentos que o tempo tornaria históricos”. Desse modo, comprehende-se que o arquivo é criado com caráter funcional e, antes da História, ele atende a função que o gerou.

O documento, ao assumir valor secundário, é compreendido, muitas vezes, pela sua contribuição histórica. De fato, os documentos arquivísticos são úteis para a reconstituição da memória, porém, há outra dimensão que se faz tão necessária quanto o serviço prestado à história: a dimensão probatória. Paes (2004) afirma que o conceito geral de arquivo permanente na Arquivística é o conjunto de documentos preservados por seu valor probatório e informativo.

2 A Classificação Decimal Universal (CDU) é uma linguagem de indexação e recuperação de informação que abrange praticamente todos os assuntos e que pode ser utilizada em acervos que lidam com qualquer tipo de suporte documental. (UDC CONSORTIUM, 2007, p. 11).

Assim, o valor de prova do documento é vitalício. A sua guarda pode servir para exercício de direitos, para a confirmação de um fato e para as tomadas de decisão. Por essas possibilidades de uso do documento de terceira idade, seu valor não pode se concentrar somente no viés histórico. A passagem pelas Três Idades altera o local de guarda e a frequência de uso do documento, não o seu valor probatório.

O Arquivo Nacional (1983 apud BELLOTO, 2007, p. 122) considera como documento permanente aquele que possui:

[...] valor probatório com relação a direitos, tanto de pessoas físicas ou jurídicas, quanto de coletividades, e os de valor informativo sobre pessoas, fatos ou fenômenos cuja memória, em termos históricos, seja considerada relevante (em entidades públicas ou privadas).

Na citação fica clara a relação direta do valor de prova do documento de terceira idade e os direitos, tanto individuais quanto coletivos, função que tem sido exercida pelos documentos desde o princípio arquivístico com as sociedades pré-clássicas.

O valor probatório do documento sempre foi uma de suas qualidades e a guarda do documento no arquivo permanente ressalta a sua importância, pois, se sua existência é estabelecida como vitalícia, logo a sua guarda não é mero desejo de acumulação.

Um exemplo de ambiente que utiliza o valor de prova dos documentos é o arquivo permanente em âmbito jurídico, bem como os arquivos permanentes oriundos de tribunais voltados para questões trabalhistas. Nesses arquivos, o seu pesquisador pode ser um profissional da justiça ou um dos participantes do processo, requerente ou requerida, que utiliza os documentos permanentes para provar ou auxiliar na comprovação de causas, como “[...] tempo de vida da relação de emprego, o tempo de serviço prestado para fins previdenciários, as contribuições ao FGTS, o trabalho realizado em condições de reconhecida insalubridade e/ou periculosidade, etc.” (LÜBBE, 2007, p. 69).

Segundo Araújo (2008, p. 31),

A guarda e conservação de documentos pelos órgãos públicos e, em particular, pelo Poder Judiciário Trabalhista, facilita a identificação dos acontecimentos marcantes para a história do trabalho e do direito do trabalho ao longo dos tempos, mediante a análise dos registros dos conflitos que foram trazidos a julgamento pelos Tribunais. Além disto, tais documentos contêm a comprovação de direitos que foram afirmados existentes pelos magistrados ao decidirem as questões que os jurisdicionados lhes submeteram.

A autora aborda o arquivo permanente no Poder Judiciário Trabalhista e afirma que a guarda do documento é necessária para a identificação dos acontecimentos, já que o registro dos conflitos é feito por questões administrativas. Cada etapa do processo gera documentos, os quais, posteriormente, poderão ser usados para a solução de outras causas. O documento do arquivo corrente de hoje poderá se tornar o permanente de amanhã.

Tem-se no arquivo permanente a possibilidade de recuperar a informação que, com o passar dos anos, continua com o valor probatório que recebeu ao ser produzido.

Segundo Biavaschi (2008, p. 45, *grifo do autor*),

[...] a Resolução 14 do CONARQ dispõe serem de guarda permanente **todos** os documentos cujas informações são consideradas importantes para fins de prova, informação e pesquisa. E uma vez enquadrados os processos judiciais como documentos “de guarda permanente”, ganha força o quesito **prova**.

No comentário da autora sobre a Resolução 14 do Conarq, é interessante destacar que o documento permanente, com finalidade de prova, é colocado em primeiro lugar. Na sequência, a expressão “ganha força o quesito prova”, usada pela autora, reafirma o valor probatório do documento pertencente à terceira idade.

Os documentos apresentados pela autora supracitada são os processos judiciais que passam a ser de guarda permanente do arquivo, ou seja, documentos que resultam de uma atividade, armazenados, a priori, no arquivo corrente. Depois, esses documentos são encaminhados para o arquivo intermediário e, por fim, chegam ao arquivo permanente, fortalecendo sua finalidade probatória.

3 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa, que ofereceu o entendimento do uso que se faz da documentação histórica, a qual “[...] pode ser caracterizada como a tentativa de ter uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais [...]”, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos” (RICHARDSON, 2008, p. 90).

Quanto aos objetivos, a pesquisa possui caráter exploratório e descritivo, o que favorece a explicitação e aprimoramento das ideias discutidas em torno do arquivo permanente e seu valor de prova.

O lócus da pesquisa foi o Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho - 16^a Região (MA). Sua escolha ocorreu pelo fato do arquivo ter relação direta com questões judiciais, o que ressalta o caráter probatório dos documentos. Além disso, é um arquivo que acondiciona os documentos de terceira idade. Em complemento, a pesquisadora, ao desenvolver o estágio obrigatório no aludido Tribunal, passou a ter uma maior aproximação com o arquivo.

Ao longo da pesquisa, percebeu-se que não seria possível encontrar os dados necessários. A principal razão foi a interdição do prédio do Arquivo Geral, devido à frágil estrutura e questões de insalubridade³.

A coleta de dados foi desenvolvida por meio de conversas informais com o chefe do Arquivo Geral do TRT/MA e com outros profissionais atuantes nesse setor; foram identificados os fundos arquivísticos e a forma de arranjo; foram analisadas doze certidões⁴ que registram a recuperação e o uso dos processos do arquivo permanente. Desse total, duas certidões foram selecionadas a partir dos seguintes critérios:

- a) refere-se à pessoa interessada na recuperação do processo: um advogado ou cidadão comum participante do processo, retratando dois tipos de usuários do arquivo permanente;
- b) certidões que apresentavam processos mais antigos, a fim de ressaltar a questão do tempo em que a causa ocorreu e sua validade atualmente. Os processos citados são dos anos de 1995 e 1997;
- c) certidões com clareza na descrição do texto, indicando a finalidade dos interessados em recuperar o processo citado na certidão.

A partir dos dados coletados nessas certidões, encontrou-se uma forma de responder às questões desta pesquisa.

3 Outro obstáculo, foi o não conhecimento da equipe sobre os conjuntos documentais que são consultados com frequência, pois não havia este tipo de registro no arquivo. Adicionado a isso, o Arquivo Geral não realiza um controle dos processos que são consultados, que seria uma forma de acessar especificamente os processos usados para embasar tomadas de decisão.

4 Descreve o interesse da pessoa em recuperar o processo, qual processo foi recuperado e as partes do processo que foram copiadas. É importante ressaltar que o interesse em recuperar algum processo no Arquivo Geral é uma situação recorrente, porém, a medida de registrar os processos acessados tanto pelas partes como pelos advogados, se deu no início de 2019.

4 ARQUIVO PERMANENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO MARANHÃO 16^a REGIÃO

O Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão - 16^a Região (TRT/MA) é um órgão da Justiça do Trabalho, responsável pelo recebimento e solução de causas trabalhistas. Tem como missão “Solucionar conflitos trabalhistas com celeridade e efetividade” (BRASIL, 2019, não paginado). E como visão “Aperfeiçoar-se como instrumento efetivo de justiça, paz social e justiça” (BRASIL, 2019, não paginado).

Fundado em 1941, funcionou, primeiramente, como Junta de Conciliação e Julgamento de São Luís, criada por meio do decreto-lei nº 1.237/39, de 5 de maio de 1939, e teve como presidente o juiz César Pires Chaves. A 1^a Junta de São Luís era subordinada ao TRT da 7^a Região, Fortaleza (CE), que era a jurisdição responsável pelos estados do Ceará, Maranhão e Piauí (BRASIL, 2019, não paginado).

Enquanto Junta de Conciliação, o TRT-MA teve como primeiro local de funcionamento um prédio no centro comercial da cidade. Foi no ano de 1989, no dia 26 de maio, que o prédio do TRT foi instalado no Maranhão, a partir da criação da Lei nº 7.671, de 21 de setembro de 1988.

Atualmente, o TRT-MA soma um total de vinte e três Varas do Trabalho (VT)⁵, sete VT que pertencem à capital, duas à cidade de Imperatriz e uma VT em cada uma das seguintes cidades: Açailândia, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Barreirinha, Caxias, Chapadinha, Estreito, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, São João dos Patos, Santa Inês e Timon.

Em relação ao Arquivo Geral, este levou cerca de dez anos para ser instalado. Sua inauguração data de 21 de maio de 1999, conforme Resolução Administrativa nº 038/97 do TRT/MA, cujas competências do Arquivo foram ampliadas pela Resolução Administrativa nº 071/2004, que aprovou a criação do Setor e não mais Seção do Arquivo Geral. Tal fato ocorreu em função do aumento da produção documental.

No ano de 2019, uma outra resolução foi aprovada com a finalidade de realizar uma reestruturação administrativa, incluindo um quadro de funções comissionadas. Trata-se da Resolução nº 112, de 29 de julho de 2019, pela qual o Arquivo Geral torna-se parte do Setor de Biblioteca e Gestão Documental.

⁵ Local em que se dá entrada a um processo e ocorre as audiências. Também denominada Junta de Conciliação e Julgamento.

A equipe do aludido arquivo é formada por uma bibliotecária com especialização em Gestão de Arquivos pela UFMA, chefe do Setor de Biblioteca e Gestão Documental; um chefe do Setor de Arquivo, bacharel em Engenharia Civil; um servidor bacharel em Direito; e três estagiários, sendo dois de curso superior, Direito e História, e um do ensino médio. O funcionamento ocorre entre 8h e 15h30.

O Arquivo Geral é organizado conforme a quantidade de VT existentes no Fórum da capital. Cada VT configura um fundo arquivístico, totalizando seis fundos, pois a 7^a VT trabalha com processos totalmente eletrônicos, cujo arranjo é de ordem cronológica.

O Quadro 1 apresenta o tipo de processo que é armazenado em cada idade, bem como os nomes que são dados para os tipos de arquivo, conforme a percepção da Justiça do Trabalho e o exposto no Plano de Trabalho do Arquivo Geral do TRT/MA (BRASIL, 2016, não paginado). Em paralelo, os conceitos utilizados para definir cada fase do arquivo, segundo a Teoria das Três Idades, esclarecem a diferença entre as nomenclaturas, ainda que os significados sejam iguais.

Quadro 1 – Nomenclaturas utilizadas no Arquivo Geral do TRT/MA

Plano de Trabalho – (Arquivo Geral)	Tipo de Processo	Teoria das Três Idades
Arquivo Provisório	“são processos ainda sem decisão final.”	Arquivo Corrente
Arquivo Permanente	“são processos que são remetidos ao arquivo após decisão final.” E obedecem a um prazo de cinco anos.	Arquivo Intermediário
Guarda Permanente	“processos que deverão ser guardados a partir dos critérios da Tabela de Temporalidade [...].”	Arquivo Permanente

Fonte: Elaborado pela pesquisadora de acordo com as informações contidas no Plano de Gestão (2016) do Arquivo Geral do TRT/MA.

A Comissão Permanente de Avaliação Documental do TRT/MA (CPAD), instituída por meio da Portaria nº 361/2001, de 17 de agosto de 2001, é a responsável pelo cumprimento do que é estabelecido pelos órgãos superiores de justiça para os arquivos judiciais. Em seu Plano de Trabalho está a descrição de cada etapa pela qual os processos devem passar até chegar ao que é de interesse do arquivo permanente.

Um aspecto a ser destacado é o recebimento do selo “Acervo Histórico”, destinado aos processos classificados para a Guarda Permanente, cujo conteúdo faz referência aos seguintes

assuntos: ações civis públicas, ações de sindicatos e associações, ações coletivas, *habeas corpus*, *habeas data*, ações de mandado de segurança, ações de obrigação de fazer, trabalho escravo, trabalho infantil, ações de acidente de trabalho, dano moral e ações relacionadas à nova competência da emenda 2004. Essa foi uma medida do CSJT, a fim de contribuir para pesquisa e facilitar a recuperação dos processos para os pesquisadores.

No mês de junho de 2019, o prédio do Arquivo Geral foi interditado por contas das condições frágeis da sua arquitetura, como afirma a portaria GP nº 378/2019 em anexo, proferida pelo TRT/MA. Para suprir as necessidades de funcionamento do Arquivo Geral, foi construído no quarto andar do Fórum Astolfo Serra, no bairro Areinha, salas para o arquivo, onde passa a ser sua nova localização.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

A observação participativa realizada no TRT/MA confirmou a reflexão de que a História e as pesquisas de fins científicos são as razões pelas quais as atividades do arquivo permanente se fazem necessárias. Esse contexto justifica, de certa forma, a relação de subordinação entre Arquivística e História, defendida por Paes (2004) e Ribeiro (2003), que perdura até a atualidade. Como exemplo, tem-se a subordinação da área da Arquivística à História dentro da Classificação Decimal Universal (CDU), assim como a classificação da Arquivística nas bibliotecas diluídas em História e Administração.

Esse contexto é visualizado no ato nº 4/2016 do TRT/MA, que define que determinados assuntos de processos procedentes recebam o Selo Histórico, objetivando atender às solicitações de possíveis pesquisadores, reforçando a relação do arquivo permanente e História (BRASIL, 2016).

Não se quer com isso afirmar que tal classificação é equivocada, pois a vertente do arquivo permanente deve contribuir com a (re)construção da História e respeitar o valor secundário do documento, mas, o que não se pode deixar de lado é que o valor secundário desencadeia o valor histórico e, também, o valor probatório. Este, por sua vez, deve ser tão valorizado quanto aquele.

Rousseau e Couture (1998, p. 122) abordam três justificativas para a existência do arquivo permanente, a saber:

Para tal, basear-nos-emos em três ordens de justificações: a justificação fundamental que reside no valor de testemunho que os arquivos definitivos encerram, a justificação administrativa que é vantajoso evocar, mesmo que se introduzam certas cambiantes na teoria das três idades, e a justificação que defende que os arquivos definitivos podem responder às inúmeras necessidades de uma clientela variada.

Os autores advogam pela importância do arquivo permanente devido ao seu testemunho e, com isso, referem-se à pesquisa; à possível necessidade dos administradores; e, por último, à função do arquivo permanente, que preza pela salvaguarda de documentos que podem responder às inúmeras necessidades de uma clientela com finalidades para além da pesquisa.

A partir dessa última justificativa, os aludidos autores possibilitam a abertura para que o valor probatório do documento do arquivo permanente seja explorado, pois configura uma das inúmeras necessidades de uma dada clientela, a qual busca responder aos objetivos que não são científicos.

Além da observação desenvolvida no campo desta pesquisa, foram coletadas duas certidões, sendo que a primeira contém o seguinte texto:

Certifico que o Sr. (...)⁶, [...], compareceu a este setor a fim de consultar o processo de número 672/95⁷ no qual figura como reclamante, contra a empresa EMARHP, para consultar documento que comprove percepção de vantagem financeira (Decisão Judicial), sendo a ainda mais, solicitado o seu desarquivamento. (MARANHÃO, 2019a, não paginado, *grifo do autor*).

O interessado no documento é o reclamante do processo, que não é historiador e nem outro pesquisador, mas é um cidadão comum, que buscou no arquivo permanente os documentos probatórios para o exercício dos seus direitos.

O processo consultado data de 1995, ou seja, a causa ocorreu há cerca de 22 anos. Em contraste com a literatura, a exemplo de Belloto (2007), não é considerado um documento permanente, principalmente se contado o tempo que a causa levou para receber uma decisão mais o tempo no arquivo intermediário. Contudo, o Arquivo Geral do TRT obedece a Tabela de Temporalidade regulamentada pela Resolução CSJT nº 235, o que justifica que um processo de 1995 está arquivado em definitivo.

A certidão deixa claro que o reclamante consultou os documentos com a finalidade de comprovar a “percepção de vantagem financeira”, que é a decisão judicial dada ao processo, e

⁶ Em respeito ao anonimato das partes dos processos, utilizar-se-á o (...) para suprimir a identificação.

⁷ 672 é o número do processo e 95 é referente ao ano em que ocorreu o processo, ou seja, 1995.

solicitou o desarquivamento. O desarquivamento de um processo significa a sua reativação para consultas, em geral, para reivindicar alguma parte não concretizada na decisão do processo. Se não fosse pelo trabalho do Arquivo Permanente, responsável pela guarda e preservação de um processo que registra uma causa que ocorreu há mais 20 anos, esse cidadão não conseguiria reaver seus direitos.

Esse contexto é defendido por Rousseau e Couture (1998, p. 156), que afirmam que:

No plano jurídico, o documento é, e sempre foi, se for admitido como prova, um elemento importante. A posse de um documento que estabelece um título, um acto ou uma transação facilita a prova a prestar, se houver contestação. Diversas passagens da história arquivística revelam efectivamente que em última análise, tudo começou com o valor de prova ou de evidência que o documento tem e que o fundamento primeiro que justificava na origem a criação e a conservação de numerosos documentos era essencialmente de natureza jurídica.

Essa citação explica como o processo do arquivo permanente, visto na certidão apresentada anteriormente, pode ser usado como prova e como influência na decisão do pedido de desarquivamento do processo. No meio jurídico, os autores afirmam que o documento sempre terá valor de prova, e isso independe da sua idade. É comum à história da Arquivística que os arquivos tenham sob sua custódia documentos conservados por seu valor probatório, principalmente quando esses documentos registrem informações jurídicas.

Em relação à segunda certidão, tem-se a seguinte informação:

Certifico que o Sr. (...), [...], advogado da reclamada, compareceu a este setor a fim de consultar processo de número 666/1997,⁸ onde verificou que as fls. 198 que existe depósito recursal⁹, [...], informo ainda mais que este entrará com petição junto a 3º Vara para liberação de saldo recursal. (MARANHÃO, 2019b, não paginado, *grifo do autor*).

Nesse caso, tem-se um profissional, o advogado, como usuário do arquivo, interessado em um processo no qual atuou. A certidão traz também a informação de que o advogado entrará com uma petição¹⁰ junto a 3ª Vara para que o saldo recursal seja liberado. Dessa forma, pode-se afirmar o uso probatório do documento de terceira idade para a tomada de

⁸ 666 é o número do processo e 1997 é referente ao ano em que ocorreu o processo.

⁹ Depósito recursal é uma decisão dada pelo juiz em que a reclamada é sentenciada a pagar determinado valor ao reclamante.

¹⁰ Petição é uma “reclamação, pedido ou requerimento, formulado perante autoridade administrativa ou perante o Poder Público, expondo alguma pretensão, fazendo algum pedido ou apresentando alguma sugestão”. Na linguagem forense, exprime “a formulação escrita de pedido, fundado no direito da pessoa, feita perante o juiz competente ou que preside ao feito” (SILVA, 1993, p. 1039).

decisão, o que embasou a iniciativa do advogado em pedir que a decisão registrada no processo seja cumprida.

Os processos citados nas certidões são de guarda permanente. Isso quer dizer que esses documentos já passaram pelos arquivos corrente e intermediário, e tinham valor primário. Atualmente, pertencem ao arquivo permanente e possuem valor secundário.

Em uma abordagem técnica, o valor primário é “[...] atribuído a **documento** em função do interesse que possa ter para a **entidade produtora**, levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais” (BRASIL, 2005, p. 171, *grifo do autor*). Já o valor secundário é “[...] atribuído a um **documento** em função do interesse que possa ter para a **entidade produtora** e outros **usuários**, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido” (BRASIL, 2005, p. 172, *grifo do autor*).

Observa-se que, ao comparar o valor primário com o valor secundário, é possível perceber não uma distinção, mas uma extensão de um valor para o outro. Tanto o valor primário quanto o secundário estão em função do interesse da entidade produtora, tendo neste o acréscimo de usuários. Não só a entidade produtora tem interesse nos documentos, mas também outros usuários. No caso do Arquivo Geral, pode ser um advogado ou um cidadão comum, assim como pesquisadores de diversas áreas.

No valor primário, os fins dos documentos são administrativos, legais e fiscais; no valor secundário, os fins dos documentos são diferentes das finalidades para as quais foram gerados. Entretanto, havendo necessidade do uso do documento de terceira idade para questões administrativas, legais e fiscais, esse documento pode ser utilizado, pois não perdeu o seu valor probatório. Agora, além de provar, contribui para a pesquisa científica.

Sendo assim, os valores vistos no arquivo não isolam os documentos em uma única finalidade. De fato, enquanto valor primário, o documento não pode assumir perfil de valor secundário, mas, ao receber valor secundário, os fins primários não se anulam. O valor secundário faz agregação e não divisão das possibilidades de uso, nem restrição do sujeito que pode ser usuário dos documentos do arquivo.

A pesquisa constata que o uso do documento de terceira idade para fins probatórios e tomada de decisão é uma realidade rotineira. Apesar de não ser uma prática difundida, o arquivo permanente tem contribuído para o exercício do direito do cidadão, através da guarda permanente e da disponibilidade de acesso.

6 CONCLUSÃO

O valor probatório do documento arquivístico investigado nesta pesquisa é agregado aos documentos pertencentes aos arquivos corrente e intermediário. Isso não significa que o documento de terceira idade, acondicionado no arquivo permanente, não possua mais valor de prova. O que ocorre é uma exaltação do valor histórico e da sua utilidade para o pesquisador, conforme verificado neste estudo.

O objetivo deste estudo - analisar a dimensão probatória dos documentos de terceira idade na tomada de decisão em âmbito judicial - foi confirmado pela análise dos dois casos que ocorreram em 2019, ou seja, são situações recentes que vêm ao encontro desta pesquisa, reafirmando e enfatizando o valor probatório do documento de terceira idade. Além disso, o seu uso é uma prova para o exercício do direito, função pertencente ao arquivo desde seu princípio.

Apesar das dificuldades na realização desta pesquisa, como a interdição do Arquivo Geral e a recente organização do arquivo permanente, foi possível alcançar o objetivo geral desta pesquisa. Por meio das certidões, analisou-se a dimensão probatória dos documentos de terceira idade na tomada de decisão em âmbito judicial. Diante disso, afirma-se que os documentos de terceira idade são peças fundamentais no âmbito jurídico, tendo sua dimensão probatória explorada e utilizada para fins de cumprimento do direito, tanto por advogados como pelas partes envolvidas no processo.

Sabe-se que a atividade de registrar o acesso aos processos do Arquivo geral, por meio das certidões, foi estabelecida em 2019. Propõe-se que essa atividade seja integrada à administração do arquivo, pois esses documentos são uma forma de afirmar sua importância para a instituição a qual está subordinado, bem como contribuir para o cumprimento da visão do TRT/MA, que objetiva ser instrumento efetivo da justiça.

Este estudo não está encerrado. Tem-se nele a abertura para muitas outras questões que podem ser suscitadas a partir do que foi pesquisado. São necessárias pesquisas que aprofundem o uso dos processos permanentes para fins de prova, seja pela visão dos profissionais ou dos usuários, por exemplo. O arquivo permanente é um ambiente repleto de informações utilizadas diariamente e com finalidades concretas, as quais podem ser vistas no registro da busca por informações probatórias e nos resultados de pesquisas científicas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eneida Melo Correia de. Memória como instrumento da cidadania. In: Encontro Nacional da memória da Justiça do Trabalho. 3., 2008, Recife. **Anais** [...]. Recife: Nossa livraria. p. 17-35.

BIAVASCHI, Magda Barros. Justiça do Trabalho e preservação das fontes históricas: preservar é direito do cidadão e dever do Estado. In: Encontro Nacional da memória da Justiça do Trabalho. 3., 2008, Recife. **Anais** [...]. Recife: Nossa livraria. p. 37-62.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. Rio de Janeiro: Editor FGV, 2007. 320 p.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.** Rio Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p. Disponível em:
http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 31 maio. 2019.

BRASIL. Justiça do Trabalho. Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão 16º Região. **Ato Regulamentar GP n° 04/2016.** Disciplina o uso do Selo “Acervo Histórico” no âmbito da Justiça do Trabalho do Maranhão, fixando os critérios para atribuição de valor histórico aos processos e aos documentos, judiciais e administrativos, produzidos e recebidos neste Regional. São Luís: TRT/MA, 2016. Disponível em:
<https://www.trt16.jus.br/site/index.php?acao=conteudo/publicacoes/expedienteTribunal.php#2016>. Acesso em: 13 jun. 2019.

BRASIL. Justiça do Trabalho. Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão 16º Região. Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho. **Plano de Trabalho:** gestão documental. São Luís: Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho, 2016.

BRASIL. Justiça do Trabalho. Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão 16º Região. **Histórico.** Disponível em:
<https://www.trt16.jus.br/site/index.php?acao=conteudo/tribunal/historico.php> Acesso em: 13 jun. 2019.

LÜBBE, Anita. Os memoriais e preservação dos documentos da Justiça do Trabalho: revisitando a Tabela de Temporalidade dos documentos e processos trabalhistas arquivados. In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina (coord.) **Memória e preservação de documentos:** direito do cidadão. São Paulo: LTr, 2007. p. 65-80.

MARANHÃO. Setor de Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho 16ª Região. **Certidão.** Registro em: 21 jan. 2019a.

MARANHÃO. Setor de Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho 16ª Região. **Certidão.** Registro em: 23 jan. 2019b.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo:** teoria e prática. 3 ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RIBEIRO, Fernanda. Breve evolução da Arquivística. In: RIBEIRO, Fernanda. **O acesso à informação nos arquivos.** V. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o Indício de uma falta. **Revista estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-91, 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019/1158>>. Acesso em: 23 maio 2019.

SCHELLENBERG, Theodoro Roosevelt. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. Tradução Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1974.

SILVA, Armando Malheiro da. et. al. **Arquivística:** teoria e prática de uma ciência da informação. Portugal: Edições Afrontamento, 2002.

UDC CONSORTIUM. **Classificação Decimal de Universal.** Tradução de Odilon Pereira da Silva. 2 ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2007.

Recebido/ Received: 16/04/2020

Aceito/ Accepted: 10/05/2020

Publicado/ Published: 27/05/2020



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0)

**LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO DA PRODUÇÃO SOBRE HISTÓRIAS
EM QUADRINHOS DOS PESQUISADORES BRASILEIROS DA
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

BIBLIOMETRIC SURVEY ON THE PRODUCTION OF COMIC BOOKS BY
BRAZILIAN RESEARCHERS IN INFORMATION SCIENCE

Ida Conceição Andrade de Melo

Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo Plena: Grupo de Pesquisa em Leitura, Escrita e Narrativa (PLENA/UFS) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História das Bibliotecas de Ensino Superior (GEPHIBES/IFS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1015-2510>. E-mail: idaandrade.biblio@gmail.com

Valéria Aparecida Bari

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFS) e do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (DCI/UFS). Líder do Grupo Plena: Grupo de Pesquisa em Leitura, Escrita e Narrativa (PLENA/UFS). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Ciência da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de São Paulo (USP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2871-5780>. E-mail: valbari@gmail.com

RESUMO

Apresenta artigo intitulado “Levantamento bibliométrico da produção sobre Histórias em Quadrinhos dos pesquisadores brasileiros da Ciência da Informação”. Tem como objetivo principal identificar os elementos que compõem a linguagem das histórias em quadrinhos caracterizando como objeto de pesquisa acadêmica na Ciência da Informação. Quanto aos objetivos específicos a pesquisa apresenta os principais pesquisadores da Ciência da Informação dedicados a pesquisar sobre as Histórias em Quadrinhos. Em relação a metodologia, tem natureza básica e quantitativa, caracterizada pelo levantamento estatístico bibliométrico com sondagem em produção técnico-científica dos autores selecionados. A discussão dos resultados apresentados verificou a aplicação dos conceitos preferidos e como são disseminados quando as histórias em quadrinhos são utilizadas como objeto de pesquisas. Dessa forma, acreditamos que os

objetivos propostos foram alcançados, e podemos inferir que as HQ utilizadas como fonte de informação contribuem para a geração e disseminação da informação e do conhecimento. Também vale ressaltar que a literatura especializada quanto às Histórias em Quadrinhos e Fontes de Informação, simultaneamente, ainda se mantém muito escassa.

Palavras-chave: Histórias em Quadrinhos. Ciência da Informação.

ABSTRACT

Presents an article entitled “Bibliometric survey of the production on Comic Books by Brazilian researchers in Information Science”. Its main objective is to identify the elements that make up the language of comic books, characterizing it as an object of academic research in Information Science. As for the specific objectives, the research presents the main researchers of Information Science dedicated to

research on Comics. Regarding the methodology, it has a basic and quantitative nature, characterized by the bibliometric statistical survey with a survey on technical-scientific production of the selected authors. The discussion of the results presented verified the application of the preferred concepts and how they are disseminated when comic books are used as an object of research. Thus, we believe that the proposed objectives have been

achieved, and we can infer that the HQ used as a source of information contributes to the generation and dissemination of information and knowledge. It is also worth mentioning that the specialized literature regarding Comics and Information Sources, simultaneously, remains very scarce.

Keywords: Comics. Information

1 INTRODUÇÃO

As Histórias em Quadrinhos (HQ) encantam e fascinam milhares de leitores em todo o mundo a mais de um século, e ao longo desse tempo foram se constituindo como uma fonte de informação a respeito dos mais variados temas, as HQ podem ser utilizadas tanto como incentivo à leitura e na formação de leitores como podem também, servir como recurso pedagógico para inserção em unidades de informação escolares. A utilização das HQ também favorece o desenvolvimento de pesquisas científicas, nas quais a fundamentação teórica tem mostrado a importância para a sociedade e no desenvolvimento educacional em distintas áreas das Ciências, inclusive na Ciência da Informação (CI).

A CI utiliza dos processos de análise, coleta, processamento e disseminação da informação e do conhecimento. Diferenciando a CI das outras áreas científicas, levando em consideração a natureza interdisciplinar. O tema dessa pesquisa são os quadrinhos, enquanto o foco deste estudo é a utilização das HQ como objeto de pesquisa na Ciência da Informação, uma questão ainda pouco discutida na academia. A seguinte indagação será utilizada como questão de pesquisa do presente estudo: As HQ se constituem como objeto relevante às pesquisas em Ciência da Informação?

Na atualidade, as HQ são consideradas, segundo Ballmann (2009), “A Nona Arte”. Sua origem vem das narrativas sequenciais gráficas, como são chamadas as manifestações artísticas que, perpassando as mais diversas culturas, civilizações e tempos, revelam-se também uma rica tradição e são apropriadas à leitura de todos os públicos, mas têm maior preferência leitora de crianças e adolescentes, pelas suas características atraentes de texto híbrido. A linguagem das HQ é interativa e acessível aos leitores com diferentes competências leitoras, podendo ser utilizadas como fonte de informação nos mais diferentes meios sociais e culturais, como recurso educacional ou informacional.

Como objeto de pesquisa da CI, a academia tem aproveitado todo o potencial e os muitos recursos presentes nas HQ, dando destaque a promover a aprendizagem e o lazer. As novas pesquisas científicas, estão servindo atualmente, de suporte para inovações no campo da pesquisa, apropriando-se da interdisciplinaridade das diferentes temáticas que a CI pode oferecer, “pois as histórias em quadrinhos propiciam a possibilidade de conjugação de fontes, capacidade de síntese e formação de discurso próprio, inerentes sinais da apropriação e ressignificação de informações e conhecimento” (BARI; VERGUEIRO, 2011, p. 4).

O presente artigo é fruto de um levantamento sobre a utilização das HQ como objeto de pesquisa em Ciência da Informação. Pela característica gráfico-visual do gênero das HQ, podemos considerar que a leitura e a compreensão desse gênero literário, assim como de outros gêneros de textos, se tornam complexa, levando-se em consideração a temática, o estilo, o contexto de produção e de recepção, o propósito comunicativo e o conhecimento de mundo do leitor. Concordamos com Mendonça (2010, p. 210) quando diz que,

Visualmente, as HQ são facilmente identificáveis, dada a peculiaridade dos quadros, dos desenhos e dos balões. Entretanto, as HQ revelam-se um gênero tão complexo quanto os outros no que tange a seu funcionamento discursivo. Por isso, categorizá-las exige um grande esforço de sistematização, tendo em vista a multiplicidade de enfoques possíveis.

A definição de gênero HQ é abrangente das narrativas sequenciais gráficas, “como um grande rótulo que agrupa vários gêneros que compartilham uma mesma linguagem em textos predominantemente narrativos”, segundo Ramos (2012, p.21). Ainda segundo o autor, as diferentes obras classificadas como HQ carecem de um estudo minucioso, visto que equívocos citados, que classificam o conjunto em relação às tipologias (tira cômica, tirinha, tira em quadrinhos, entre outras) são frutos de um desconhecimento da amplitude da Nona Arte.

A pesquisa utilizada como fonte principal desse artigo, foi o resultado de atividade acadêmica desenvolvida no trabalho conclusivo do Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Sergipe (MELO, 2020). Sendo uma síntese dos resultados obtidos nos objetivos principais, pode apresentar coincidência de informações, necessária à exposição de conteúdos inéditos, obtidos nesse recente trabalho.

Sua proposta teve como foco conceituar, analisar e apresentar as publicações sobre HQ na área da Ciência da Informação e verificação das suas convergências, juízos e conceitos adotados. A prospecção de dados foi elaborada por meio de técnicas de infometria, cientometria e bibliometria. Por conta da utilização do Currículo Lattes como fonte de informação básica

sobre os pesquisadores perfilados, também pode ser considerado que a metodologia de pesquisa utiliza princípios de webometria.

A pesquisa de campo, que veio posteriormente ao referencial teórico e qualificação, consistiu em um levantamento bibliométrico e bibliográfico de produções acadêmicas de pesquisadores da área da Ciência da Informação, previamente localizados e selecionados, com temática nas HQ. A seleção da produção para extração de amostra, partiu da escolha dos profissionais atuantes como docentes e/ou pesquisadores da área da Ciência da Informação no Brasil, com produção na área das HQ, localizados por meio das informações publicadas pelos próprios programas, ou nas bases de dados voltadas para as publicações acadêmicas e de disseminação de informação técnico-científica.

A sondagem de campo, projetada para ser realizada por meio de bases de dados, foi o procedimento seguinte, tendo como grupo social pesquisado, os docentes e pesquisadores da CI brasileiros, atuantes na graduação em Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia, Ciência da Informação e Gestão da Informação (Quadro 1).

O início do procedimento de sondagem, foi por meio da pesquisa na Plataforma Lattes, na qual foi possível encontrar o currículo de todos os pesquisadores selecionados através dos seus nomes completos, e assim, foram utilizados filtros de conteúdo, utilizando os termos: “narrativa sequencial gráfica”, “quadrinho”, “HQ”, “gibi”, “arte sequencial”, “mangás”, “comics”, “tiras” e “charges”. Na ferramenta de busca da referida base de dados, foram buscadas as produções e contribuições dos pesquisadores referentes a temática da HQ. Com a formação dos perfis acadêmicos, artigos localizados foram selecionados para leitura, facilitando a análise qualitativa dos dados quantitativos levantados.

2 A HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO OBJETO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Por meio da leitura e verificação de conteúdos da produção dos pesquisadores do campo da CI, compreenderemos as HQ como um gênero discursivo secundário, complexo e contemporâneo, visto que são uma manifestação social surgida em condições de produção da informação e do conhecimento específicas. Sua linguagem híbrida de texto e imagem permite a representação de uma gama de informações e conhecimentos complexos, facilitando a apropriação e inserindo emoção e ritmo à leitura. A importância de entendermos as HQ como um gênero discursivo secundário transcende a ação classificatória.

Compreendemos que as HQ se constroem em situações de práticas sociais complexas, demandando que os seus leitores possuam certo conhecimento prévio desse gênero para bem conseguir lê-las. Sendo assim, as HQ ganham um caráter de objeto pesquisável e componente aplicado no campo mais vasto da CI e, nesse sentido, sintetizamos sua definição como segue.

McCloud (2005, p. 9) sugere designar as HQ como “imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada, destinadas a transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador”. A princípio, “imagens sequenciais de uma história” são os termos mais encontrados na maioria das definições sobre os quadrinhos. Uma análise mais atenta demonstra que, na maioria, elas constituem um conceito que abrange outras formas de expressão humana, como a animação, e até a palavra escrita, formada de signos linguísticos sequenciais. Andraus (1999, p.43), por sua vez, afirma que as histórias em quadrinhos são dotadas de valor cultural o mesmo constitui como:

[...] a função cultural que as Histórias em Quadrinhos têm como importante veículo de expressão de ideias e conceitos, contribuindo, além do lazer, na formação educacional em todos os âmbitos dos seres humanos, principalmente acerca de questionamentos de ordem filosófica, intrínsecos ao homem, funcionando como importante ferramenta de reflexão e de conduta ético-cultural, atingindo desde a tenra infância à idade adulta, visto que ... as HQ também são produzidas para todas as faixas de idade, tal qual o são as outras formas de comunicação e arte.

Da definição apresentada ressalta a indispensável caracterização interna do objeto próprio da área científica em foco. Uma caracterização/representação que tem de ser tipológica. Sendo assim, é necessário o levantamento bibliográfico dos conceitos e definições do objeto de pesquisa HQ na CI. A maioria dos resultados das pesquisas realizadas tocante as HQ trouxeram trabalhos referentes à área das Ciências da Educação. Porém, foram encontradas numerosas publicações já produzidas pela CI, onde a maioria eram referentes a inserção nas bibliotecas e sua importância na formação de leitores e letramento. Trazendo esses resultados, apresentamos que, segundo Gómez-Hernández (2009, p.68):

Independentemente de saber se é verdade que muitos leitores já começaram com quadrinhos, a combinação de imagem e de texto nos resultados quadrinhos emocionantes, engraçadas ou pensativo sobre quaisquer criações sujeitas. Se a leitura é uma maneira de compreender o mundo e prazer, os quadrinhos têm o mesmo poder.

Essa valorização das HQ vindo da CI se dá pela percepção de que esse gênero pode servir para todo e qualquer público e assunto, facilitando a comunicação e disseminação da

informação. Segundo Orihuela (2002, p. 56) “estimular a criatividade e desenvolvimento são poderosas capacidades de linguagem artística. Estudos mostram que os leitores de quadrinhos têm melhor vocabulário e nível de leitura”. Ainda segundo a autora, não se deve esquecer o valor dos “quadrinhos como um meio visual que facilita a captura de informações como ferramenta para a introdução e promoção de leitura, e sua relevância no mundo da educação e base cultural na formação de adultos” (2002, p. 56).

Gómez-Hernández (2008, p. 64, 67) leva em consideração que a nova geração de HQ introduzidas nas bibliotecas “ainda não é um problema, generalizados como a forma de distribuição ou nível de conhecimento dos bibliotecários para selecioná-los [...] É necessário para influenciar a formação de bibliotecários e conhecimento ao mundo dos quadrinhos”.

À medida que as histórias em quadrinhos se tornaram um elemento de grande influência na cultura popular, também o interesse por elas aumentou em todos os campos do conhecimento. Pesquisas acadêmicas sobre quadrinhos têm surgido nos campos mais diversos, como história, sociologia, artes, literatura, antropologia, educação, matemática, entre outros, ampliando a disponibilidade de informações de qualidade sobre eles (VERGUEIRO, 2005). Ressaltar a importância de se trazer as HQ para a CI acabou se tornando um tema de estudo almejado por alguns pesquisadores, com o intuito de mostrar as HQ como fonte de informação e conhecimento, assim como os benefícios das adaptações quadrinhísticas para a formação de leitores literários, desenvolvimento de habilidades e competências leitoras, o estabelecimento de hábitos e gostos leitores, a mediação de conteúdos complexos.

Muitos dos autores aqui escolhidos e citados direcionam suas publicações inicialmente a frases históricas, diferente de outras temáticas mais comuns em pesquisas, a importância de se explicar a origem das histórias em quadrinhos se dá pela intenção de valorizar essa “nona arte” e justificar sua relevância histórica, é comum nessas publicações, definições como a de Oliveira (2014, p.228):

Alguns chegam a apontar uma das primeiras manifestações artísticas de que se tem notícia, as inscrições pré-históricas nas cavernas, como precursoras das histórias em quadrinhos, pois ali os homens primitivos possivelmente narravam graficamente caçadas a animais, inscrevendo nas paredes imagens em sequência que retratavam certos momentos dessas caçadas, criando assim a primeira forma de narrativa visual.

Passando por levantamentos históricos, onde apresentam os principais elementos que definem as HQ, como balões, narrativa sequencial entre outros, atualmente as pesquisas

também demonstram as características visuais e textuais, até mesmo as de gênero, Oliveira (2014, p.228) também nos traz algumas dessas definições em suas publicações:

Em sua forma mais comum, as HQ são compostas por uma estrutura sequencial narrativa com unidades significativas básicas, as quais são denominados “quadrinhos”. Cada quadrinho contém, opcionalmente, elementos que compõem e integram a história como, por exemplo, os balões da fala e as onomatopeias.

Sempre tentando enfatizar a relevância que as histórias em quadrinhos podem ter quando inseridas no âmbito acadêmico, foi imprescindível dar sinônimos para esse gênero, servindo como termos técnicos e formais desde definições de classificação como uma “linguagem híbrida” à conceituais como “narrativa sequencial gráfica” e “arte sequencial” se fez muito presente, para Dumont (2018, p. 183) “arte sequencial, ressaltando o caráter dos quadrinhos de narrar fatos e acontecimentos através da combinação de palavras e imagens retratadas de forma justaposta”, já Bari (2008, p.126) comenta que “a facilidade de apropriação do conteúdo expresso pela linguagem híbrida das histórias em quadrinhos também foi um instrumento importante na atualização informacional dos diferentes níveis de leitores, num passado recente”. Claramente definindo elementos que compõe a produção quadrinhista de forma mais técnica.

Muitas das produções da CI são direcionadas a Biblioteconomia, principalmente nas unidades de informação, considerando as HQ como um acervo de grande destaque em atividades de formação de leitores e de letramento “os quadrinhos conquistaram seu lugar entre as importantes manifestações culturais da humanidade, sendo sempre objeto de diferentes formas de interpretação por parte de leitores e também de estudiosos” (RAMOS, 2017, p.19). Esse assunto também é muito tratado por esses autores escolhidos para esse trabalho, tratando desde a forma que essa literatura pode ser utilizada na fase de alfabetização a suas contribuições com leitores do âmbito acadêmico, conforme Dumont e Ramos (2010, p.144):

Para realizar uma leitura completa de uma história em quadrinhos, o leitor não pode chegar a ela sem conhecimentos prévios dessa linguagem. Conhecimentos esses que, a partir de novas leituras, vão se modificando, se complementando e interagindo, a fim de transformar o ato de ler em um ato verdadeiramente significativo.

Considerando a utilização dos autores aqui apresentados, e algumas de suas definições, Oliveira (2014, p.232) ressalta que “atualmente, verifica-se que tanto no impresso quanto na internet, as HQ continuam sendo divulgadas e cada vez mais incorporam a tecnologia como suporte em suas criações”.

Ramos (2008, p. 17) defende que:

Como os quadrinhos empregam largamente as imagens, eles se constituem, portanto, em um ambiente propício para a disseminação, a comunicação e o intercâmbio de ideias, valores e informações de toda espécie.

Tratando da natureza dos dados disseminados por meio das HQ, os autores Morigi, Massoni e Loureiro detalham que a linguagem dos quadrinhos favorece a construção do conhecimento científico, ao oferecer um ambiente informacional que suporta algumas reflexões complexas no nível de leitura inteligível para estudiosos de vários níveis. Dentre suas interpretações, eles consideram que:

Os quadrinhos podem favorecer também o desenvolvimento de pesquisas científicas, cujas fundamentações teóricas têm ressaltado a sua importância para a sociedade e servido de suporte a novas reflexões, principalmente nos campos da Educação, Ciência Cognitiva e Ciência da Informação (MORIGI, MASSONI, LOUREIRO, 2016, p. 57).

A redação de conteúdos científicos por meio da linguagem dos quadrinhos, por outro lado, cria a vantagem de aumentar a capacidade de síntese e comunicação de conteúdos complexos do pesquisador. Dentre algumas das definições ela aborda que “as histórias em quadrinhos propiciam a possibilidade de conjugação de fontes, capacidade de síntese e formação de discurso próprio, inerente sinal da apropriação e ressignificação de informações e conhecimentos” (BARI, 2012, p. 32).

Para Vergueiro, a necessidade das pessoas em se comunicar, num mundo cada vez mais globalizado e diverso, pode contar com os quadrinhos como elemento de comunicação de grande valor:

[...] a importância social das histórias em quadrinhos implica na aceitação da premissa de que elas cresceram e se multiplicaram porque vão de encontro às necessidades do ser humano, na medida em que utilizam um elemento de comunicação que esteve presente na história humana desde o seu início: a imagem (VERGUEIRO, 1998, p.120).

A imagem parece ser algo inerente e necessário ao ser humano, mas a racionalidade do homem pode ter contribuído para destacar a linguagem escrita, renunciando ao lúdico e do imaginário, criando obstáculos para olhar com seriedade outras modalidades de expressão. Sendo assim, a pesquisa e utilização das HQ pode representar uma evolução significativa nas práticas leitoras e na disseminação da informação e do conhecimento, assim como na formação do leitor e do letramento. A linguagem híbrida de texto e imagem das HQ também representa um acréscimo nas habilidades e competências leitoras em geral, já que o advento das mídias digitais renovou os suportes e linguagens da informação em geral, e essa hibridização aparece como característica de obras escritas e dos aplicativos que hoje utilizamos para produzir textos, informações e conhecimentos.

OS PESQUISADORES DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

O resultado do trabalho de levantamento nos levou ao estabelecimento de um panorama e a visualização de uma rede social, pela qual houve a propagação das pesquisas nas quais a HQ tornou-se um objeto pesquisável pela Ciência da Informação.

Por meio do cruzamento de informações coletadas em diferentes bases de dados, conhecemos um pouco mais sobre a Ciência da Informação e fomos levados à essa seleção de pesquisadores. Foram apresentadas as formações acadêmicas e relações que comprovam que esses pesquisadores atuam no campo da CI com ênfase na HQ.

A sondagem de campo, projetada para ser realizada por meio de bases de dados (Quadro 1 e Quadro 2), foi o procedimento seguinte, tendo como grupo social pesquisado os docentes e pesquisadores da CI brasileiros, atuantes na graduação em Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia, Ciência da Informação e Gestão da Informação. Esse levantamento foi feito de acordo com os principais trabalhos sobre HQ, foi possível essa visualização a partir de prêmios, como o HQ Mix, na categoria de trabalhos acadêmicos, podendo ser observado dali quais pesquisadores tinham mais prestígio no assunto, seguindo o currículo desses pesquisadores, foi feito uma busca com outros que estivessem ligados as suas produções, como orientandos, sendo possível criar uma ligação da temática e ao mesmo tempo da CI.

Quadro 1 – Diagrama de processos de busca



Fonte: (MELO, 2020, p. 38).

Quadro 2 - Bases de Dados Utilizadas na Pesquisa

Nome	Descrição	Utilidade
Plataforma Lattes	A Plataforma Lattes representa a experiência do CNPq na integração de bases de dados de Currículos, de Grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de	Recuperação quantitativa da produção acadêmica de todos os pesquisadores selecionados para análise, utilizando os termos

	Informações. Sua dimensão atual se estende não só às ações de planejamento, gestão e operacionalização do fomento do CNPq, mas também de outras agências de fomento federais e estaduais, das fundações estaduais de apoio à ciência e tecnologia, das instituições de ensino superior e dos institutos de pesquisa. Além disso, se tornou estratégica não só para as atividades de planejamento e gestão, mas também para a formulação das políticas do Ministério de Ciência e Tecnologia e de outros órgãos governamentais da área de ciência, tecnologia e inovação.	“quadrinho”, “HQ”, “gibi”, “arte sequencial”, “mangás”, “anime” “comics”, “tiras” e “charges” na busca rápida, recuperando todos os trabalhos referentes ao tema.
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)	A BD TD, em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, possibilita que a comunidade brasileira de C&T publique e difunda suas teses e dissertações produzidas no País e no exterior, dando maior visibilidade à produção científica nacional.	Recuperação bibliográfica da obra selecionada para análise textual.
Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)	A Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) é o produto de informação do projeto de pesquisa “Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior”, cujo objetivo é subsidiar estudos e propostas na área de Ciência da Informação, fundamentando-se em atividades planejadas institucionalmente. Com esse propósito, foram identificados os títulos de periódicos da área de Ciência da Informação (CI) e indexados seus artigos, constituindo-se a base de dados referenciais.	Recuperação bibliográfica da obra selecionada para análise textual.
Scientific Electronic Library Online (SciELO)	A Scientific Electronic Library Online - SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. A SciELO é o resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. A partir de 2002, o Projeto conta com o apoio do CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	Recuperação bibliográfica da obra selecionada para análise textual.

Fonte: (MELO, 2020, p. 39).

Foram apresentadas as formações acadêmicas e relações que comprovam que esses pesquisadores atuam no campo da CI com ênfase nas HQ. Os campos dos Currículos Lattes selecionados para cada autor foram incluídos somente se o pesquisador tiver atuado nessa área (Quadro 3).

Quadro 3 - Campos pesquisáveis do Currículo Lattes

Campo	Atividade
Formação acadêmica/ titulação	É o grau de ensino, a titulação que o pesquisador alcançou com algum projeto na temática nas histórias em quadrinhos.
Atuação profissional	É toda atividade profissional voltada para as HQ, incluindo disciplinas ministradas em universidades.
Projetos de pesquisa	É o documento que possui as ideias principais de uma pesquisa que será realizada, individual ou em grupos ligados a instituições.
Publicações	Periódica ou não, destinada a promover o progresso da ciência, geralmente noticiando novas pesquisas.
Participação em eventos	Apresentações de palestras, <i>workshop</i> , oficinas e demais tipos de atividades tendo como principal assunto as HQ, eventos regionais, nacionais e internacionais.
Participação em bancas de pesquisas	A participação em bancas de defesa de projetos de graduação, mestrado e doutorado como avaliador.
Orientações e Supervisões Acadêmicas	A participação em bancas defesa de projetos de graduação, mestrado e doutorado como orientador ou coorientador.

Fonte: (MELO, 2020, p. 41).

3.1 PERFIL DOS PESQUISADORES DA CI SOBRE HQ

Os procedimentos bibliométricos de sondagens levaram ao estabelecimento de perfis de pesquisadores da Ciência da Informação, cuja produção possuísse trabalhos relevantes e indexados sobre HQ. Temos como crítica à prática bibliométrica e cientométrica a verificação da dependência da atualização da Plataforma Lattes pelos próprios pesquisadores como limiar do levantamento, pois as plataformas brasileiras e latino-americanas ainda não apresentam recursos de recuperação potentes para recuperar produções publicadas em periódicos e livros publicados em suportes tradicionais, ou desvinculados às grandes redes da WEB 2.0.

A caracterização dos pesquisadores foi elaborada com ênfase nos dados de formação superior, com caráter eliminatório, e a produção sobre HQ, com caráter classificatório. Assim sendo, pudemos chegar ao pesquisador principal da Ciência da Informação sobre as histórias em quadrinhos, cujos indicadores numéricos são representativamente maiores do que os demais aqui elencados, o que demonstra a sua longevidade e produtividade sobre o objeto analisado: Waldomiro de Castro Santos Vergueiro (Figura 1).

Figura 1 - Foto de Waldomiro Vergueiro



Fonte: Álbum pessoal de Valéria Aparecida Bari (2018).

Atualmente o pesquisador Waldomiro Vergueiro (Figura 1), além de ser o representante da Ciência da Informação mais relevante, também acumula a colocação como brasileiro que mais contribuiu na CI para a temática das HQ, trazendo um histórico vasto de publicações e organizações de obras referentes a esse tema, se tornou o maior responsável pela disseminação desse objeto de pesquisa no meio da CI, apresentando diversas definições e opiniões referentes ao assunto. Atua como Docente da Carreira do Magistério Superior na Universidade de São Paulo (USP), desde o ano de 1986.

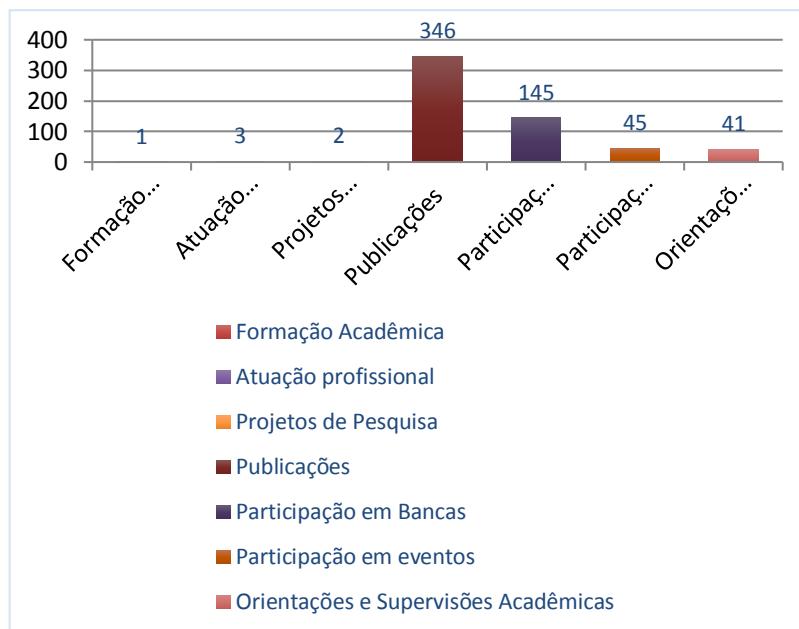
Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1977), mestrado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP (1985), doutorado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) (1990) e pós-doutorado pela Loughborough University of Technology (Inglaterra) e Universidad Carlos III de Madrid (Espanha). No ano de 1999, foi o fundador e líder do Grupo de Pesquisas em Histórias em Quadrinhos da Universidade de São Paulo (NPHQ/USP), o primeiro do gênero no Brasil. Posteriormente, no ano de 2010, o nome desse coletivo foi alterado para Observatório de Histórias em Quadrinhos (OHQ/USP), prosseguindo até a atualidade.

Editor da Revista 9^a Arte, dedica-se à editoração desse periódico especializado na publicação de pesquisas sobre HQ, em caráter internacional. Autor e/ou organizador de mais de uma dezena de livros, entre os quais podem ser destacados: Seleção de Materiais de Informação; Aquisição de Materiais de Informação; Qualidade em Serviços de Informação; Novas tendências em Gestão da Informação; Como usar as Histórias em Quadrinhos na sala de aula; Historieta latino-americana, História em Quadrinhos no

Brasil; Quadrinhos na Educação: da Rejeição à Prática; Os Pioneiros na Pesquisa em Quadrinhos no Brasil; Muito além dos Quadrinhos. Produz principalmente nos seguintes temas: histórias em quadrinhos, histórias em quadrinhos - Brasil, Biblioteconomia, desenvolvimento de coleções e bibliotecas - qualidade.

Com bases no levantamento de dados livremente declarados por Vergueiro em seu Currículo Lattes, que é considerada uma fonte de informação fidedigna que perfila os pesquisadores brasileiros, foi possível selecionar as seguintes informações biométricas, relacionadas ao campo da CI e à pesquisa sobre HQ (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Produções sobre HQ extraídas do Currículo Lattes de Waldomiro Vergueiro



Fonte: (MELO, 2020, p. 65)

Em segundo lugar, conforme os indicadores coletados, encontra-se uma pesquisadora egressa da Escola de Comunicações e Artes e participante de atividades em comum com Waldomiro Vergueiro, a professora Valéria Aparecida Bari (Figura 2) que atua na Universidade Federal de Sergipe (UFS), desde o ano de 2009. Tem a HQ como objeto de estudo, abordada de forma árdua, distribuída ao longo de toda sua atuação como profissional bibliotecária, docente e pesquisadora. Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de São Paulo (1990), mestrado em Ciência da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2002) e doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (2008).

Figura 1 - Foto de Valéria Aparecida Bari

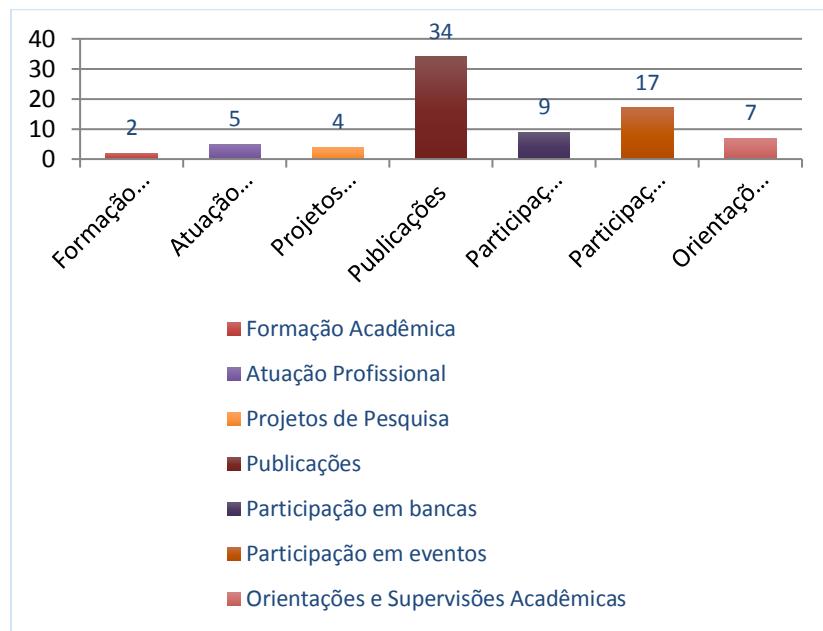


Fonte: Álbum pessoal de Valéria Aparecida Bari (2019).

Bari é líder do GRUPO PLENA: Grupo de Pesquisa em Leitura, Escrita e Narrativa: Cultura, Mediação, Apresentação Gráfica, Editoração, Manifestações, que possui forte atuação na pesquisa sobre quadrinhos. É editora da Revista Cajueiro: Ciência da Informação e Cultura da Leitura, na qual articula pesquisas no campo da Ciência da Informação que consideram gostos e hábitos leitores como fatores relevantes para a Ciência e Cultura. Atua como membro do Comitê Científico da Associação de Pesquisadores em Arte Sequencial (ASPAS), um coletivo que trabalha com pesquisas sobre HQ em território nacional, assim como segue como membro do OHQ/USP, desde o ano de 2000.

Com base no levantamento de dados livremente declarados por Bari em seu Currículo Lattes, que é considerada uma fonte de informação fidedigna que perfila os pesquisadores brasileiros, foi possível selecionar as seguintes informações bibliométricas, relacionadas ao campo da CI e à pesquisa sobre HQ (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Produções sobre HQ extraídas do Currículo Lattes de Valéria Aparecida Bari



Fonte: (MELO, 2020, p. 57)

Em terceiro lugar, encontra-se o pesquisador Rubem Borges Teixeira Ramos (Figura 3). Atua como Docente da Carreira do Magistério Superior na Universidade Federal de Goiás (UFG), desde o ano de 2010.

Figura 3 - Foto de Rubem Borges Teixeira Ramos



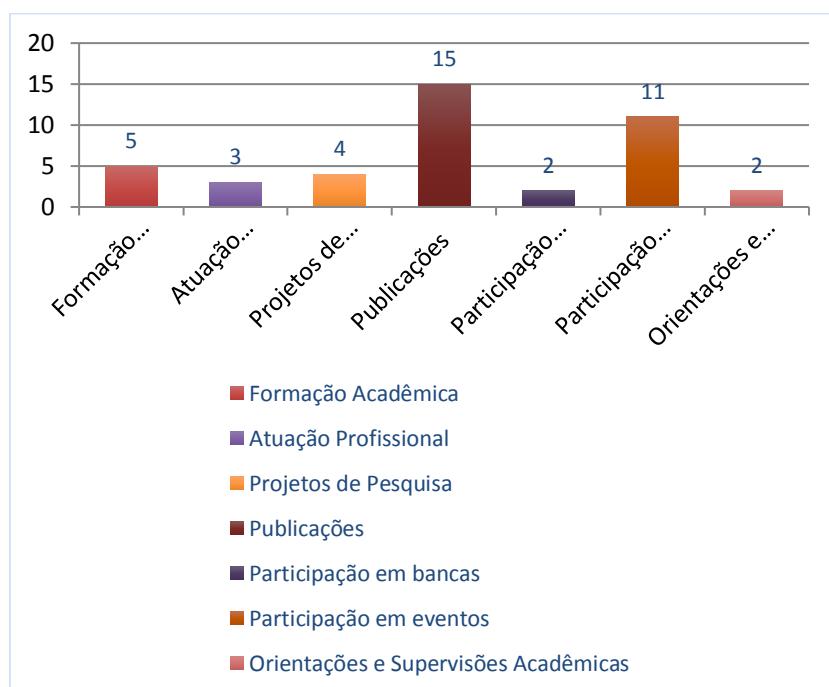
Fonte: Álbum pessoal de Valéria Aparecida Bari (2018).

Seu perfil de docente e pesquisador divulgado por meio da Plataforma Lattes traz os seguintes dados: Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2017). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008). Especialista em Gestão Estratégica da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005) e bacharel em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2004). Atualmente, é Professor do

curso de Gestão da Informação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Suas pesquisas norteiam os seguintes temas: estudo de usos e usuários da informação, comportamento informacional, competência informacional, gestão da informação e do conhecimento, histórias em quadrinhos, leitores, leitura, obtenção e introjeção de conhecimento, etnometodologia.

Com base no levantamento de dados livremente declarados por Ramos em seu Currículo Lattes, que é considerada uma fonte de informação fidedigna que perfila os pesquisadores brasileiros, foi possível selecionar as seguintes informações bibliométricas, relacionadas ao campo da CI e à pesquisa sobre HQ (Gráfico 3).

Gráfico 1 - Produções sobre HQ extraídas do Currículo Lattes de Rubem Borges Teixeira Ramos



Fonte: (MELO, 2020, p. 49).

Em quarto lugar, encontra-se a pesquisadora Lígia Maria Moreira Dumont (Figura 4), que possui grande variedade de temas e objetos de pesquisa e produção, mas pode dedicar-se às HQ e foi responsável por orientações de acadêmicos com produção nessa área, como é o caso de Rubem Borges Teixeira Ramos. Atua como docente da carreira do magistério superior na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desde o ano de 1983.

Figura 4 - Foto de Lígia Maria Moreira Dumont



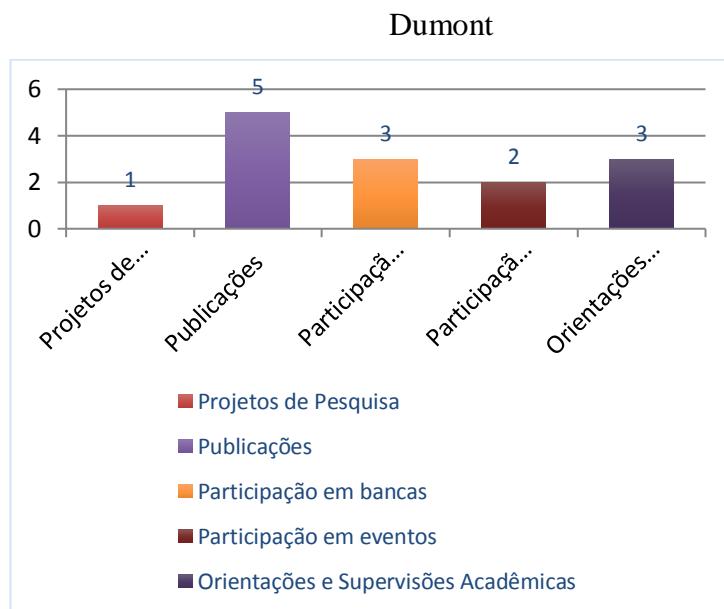
Fonte: Currículo Lattes de Lígia Maria Moreira Dumont (2020).

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais, graduação em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais - ênfases em alemão e em francês, mestrado em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais, doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o IBICT e pós-doutorado pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em Paris. Exerceu os mandatos de vice-diretora e de diretora da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais e de diretora de Cooperação Institucional da Reitoria da UFMG.

Como possui graduação em Letras e Biblioteconomia, demonstra predileção pelo tema dos gostos, hábitos, formação, e cultura leitora, possuindo grande predominância desses temas principais em toda a sua produção.

Com bases no levantamento de dados livremente declarados por Dumont em seu Currículo Lattes, que é considerada uma fonte de informação fidedigna que perfila os pesquisadores brasileiros, foi possível selecionar as seguintes informações bibliométricas, relacionadas ao campo da CI e à pesquisa sobre HQ (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produções sobre HQ extraídas do Currículo Lattes de Lígia Maria Moreira



Fonte: (MELO, 2020, p. 45).

Em quinto lugar na produção, do ponto de vista quantitativo, Valdir José Morigi (Figura 5), é docente e pesquisador, com atuação atual em programas de graduação e pós-graduação em Ciência da Informação. Possui obras no campo da epistemologia da Ciência da Informação que o consagram como fonte de leitura nos programas de pós-graduação no Brasil.

Figura 5 - Foto de Valdir José Morigi



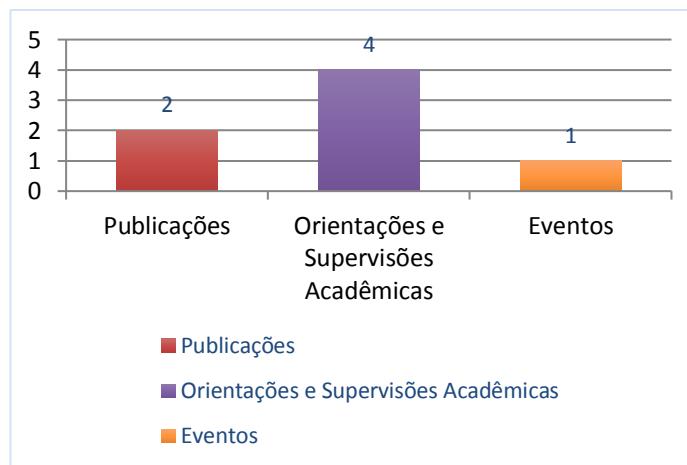
Fonte: Álbum pessoal de Valéria Aparecida Bari (2018).

Morigi atua como docente da carreira do magistério superior na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desde o ano de 2000. Na comunidade acadêmica, esse pesquisador e docente da CI traz muitas contribuições, principalmente referentes a teses e monografias, orientando e disseminando a temática HQ

para a área. Possui graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (1984), graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (1998), mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1988) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP (2001).

Com bases no levantamento de dados livremente declarados por Morigi em seu Currículo Lattes, que é considerada uma fonte de informação fidedigna que perfila os pesquisadores brasileiros, foi possível selecionar as seguintes informações bibliométricas, relacionadas ao campo da CI e à pesquisa sobre HQ (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Produções sobre HQ extraídas do Currículo Lattes de Valdir José Morigi



Fonte: (MELO, 2020, p. 55).

Em sexto lugar, do ponto de vista quantitativo, Carlos Victor de Oliveira (Figura 6), docente e pesquisador, é atualmente responsável por publicações relacionando as tecnologias, no âmbito da CI utilizando as HQ como objeto de pesquisa. Atua como Docente da Carreira do Magistério Superior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) desde o ano de 2013.

Verifica-se que a motivação da sua produção sobre HQ venha das propriedades leitoras que sua linguagem possui, na mediação de conteúdos complexos. Oliveira tem sido um dos profissionais dedicados à disseminação, divulgação e vulgarização científica, cujas pesquisas com as HQ puderam contribuir em seus projetos de pesquisa.

Figura 6 - Foto de Carlos Victor de Oliveira

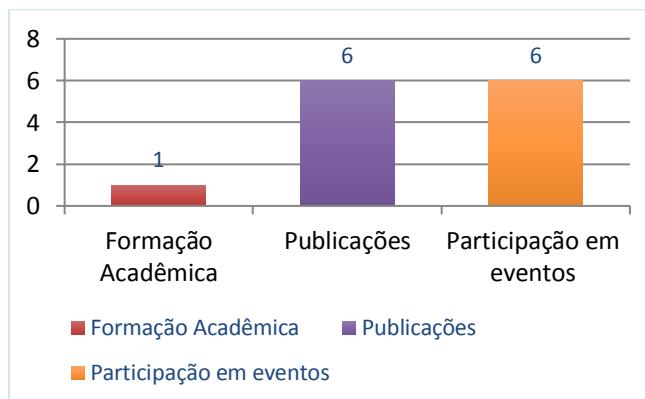


Fonte: Currículo Lattes de Carlos V. Oliveira (2020).

Mestre em Ciência da Informação, Pós-Graduado/Especialista em Docência do Ensino Superior, Pós-Graduado/Especialista em Tecnologia Educacional, Pós-Graduado/Especialista em Gestão de Tecnologia e de Negócios em Telecomunicações, Graduado em Licenciatura em Pedagogia e Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação. Membro do grupo de pesquisa Comunicação e Divulgação Científicas.

Com base no levantamento de dados livremente declarados por Oliveira em seu Currículo Lattes, que é considerada uma fonte de informação fidedigna que perfila os pesquisadores brasileiros, foi possível selecionar as seguintes informações bibliométricas, relacionadas ao campo da CI e à pesquisa sobre HQ (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Produções sobre HQ extraídas do Currículo Lattes de Carlos Victor de Oliveira



Fonte: (MELO, 2020, p. 43).

Outros pesquisadores da CI possuem publicações avulsas sobre as HQ, que têm se tornado muito frequentes, já que a narrativa gráfica tem se configurado como linguagem de comunicação nas empresas, na academia e também na comunicação de políticas públicas e

campanhas de informação para a população. Suas propriedades de atratividade e comunicação fazem da HQ uma fonte de informação muito eclética e atraente.

3.3 ANÁLISE QUALITATIVA DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

Por meio da utilização das informações coletadas nas plataformas consultadas, ainda foi possível estabelecer um perfil qualitativo, verificando por quais caminhos a pesquisa na CI sobre HQ trilhou entre esses pesquisadores, assim como verificar as condições nas quais as pesquisas sobre esse objeto prosperam.

Inicialmente, foi possível observar Vergueiro como um grande influenciador em território nacional, por meio de suas obras, mas também por meio de suas orientações. Ele é o orientador de doutorado de Valéria Aparecida Bari, a pesquisadora que vem em seguida na produção quantitativa em CI e participa de seu núcleo de pesquisa NPHQ. Publicam pesquisas e comunicações acadêmicas em conjunto e ministram disciplinas em nível de graduação, especialização e pós-graduação juntos, em diversos momentos.

Valdir José Morigi também mantém contato com Vergueiro e Bari, durante sua estadia na ECA/USP, como pesquisador do campo da Educomunicação exercendo atividades no Núcleo de Comunicação e Educação (NCE/USP) ao qual ambos os pesquisadores pertenciam e atuavam.

Por sua vez, Lígia Maria Moreira Dumont atua em pesquisas e comparece em eventos no Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP, nos quais apresenta suas pesquisas sobre quadrinhos. Posteriormente, produziu trabalhos sobre HQ com Vergueiro. Orienta Rubem Borges Teixeira Ramos no mestrado e também passa a produzir pesquisas em conjunto.

Quanto ao pesquisador Carlos Vitor de Oliveira, a influência pode ser sentida em relação à produção de Vergueiro, que também foi um dos fundadores do Núcleo José Reis de Divulgação Científica (NJR/USP), voltado para a comunicação, disseminação e vulgarização do conhecimento científico, junto com os pesquisadores Clodovaldo Pavan e Glória Kreinz. Com esses acadêmicos, Vergueiro, inclusive, produziu um capítulo de livro denominado “Divulgação científica e histórias em quadrinhos” (VERGUEIRO, 2002), que foi divulgado como publicação do NJR/USP, uma fonte relevante inspirando Oliveira e outros pesquisadores da atualidade a dedicar-se à essa temática.

Outros pesquisadores da CI possuem publicações avulsas sobre as HQ, que têm se tornado muito frequentes, já que a narrativa gráfica tem se configurado como linguagem de comunicação nas empresas, na academia. Porém, acreditamos que a liberdade acadêmica em se dedicar à pesquisa das HQ também é diferenciada. Vemos, pelo perfil acadêmico coletado, que esses seis pesquisadores são, em sua totalidade, docentes de universidades públicas, distribuídos em território nacional. Por essa razão, essa análise qualitativa nos leva a constatar que a Universidade Pública, gratuita e de qualidade, é um berço acadêmico no qual vão florescer as pesquisas de grande relevância social, com ênfase em aspectos estéticos, éticos, artísticos, filosóficos, voltadas para a cultura, como não poderiam ocorrer em outros ambientes sociais.

Também é importante salientar que nem todos os pesquisadores aqui selecionados, embora sejam relevantes na produção acadêmica na CI sobre HQ, ministram disciplinas sobre esse objeto. No ano de 2019, segundo os dados da Plataforma Lattes, apenas os pesquisadores Vergueiro e Bari encontram-se ministrando disciplinas nas quais o termo quadrinhos aparece em seu título. Como em outros temas abordados pela CI, as HQ ainda se constituem em conteúdo especializado, que os programas brasileiros procuram apresentar de modo transversal, acompanhando mídias e linguagens, assim como os gostos, hábitos e a formação de leitores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar os principais pesquisadores da Ciência da Informação, quando o objeto da pesquisa são as Histórias em Quadrinhos, esse artigo recorre a técnicas bibliométricas para traçar um panorama presente e realizado. Como constatação considerada mais importante, verificamos que a Universidade Pública é o ambiente acadêmico melhor qualificado, quando se trata de pesquisa cultural envolvendo os gostos leitores, as mídias e linguagens, a narrativa gráfica sequencial, a editoração e todas as especialidades no campo das HQ.

A apresentação dos pesquisadores nos deu também a visão de que as pesquisas ocorrem no Brasil todo, sendo que estão distribuídos em todas as regiões do país. As redes sociais e os eventos científicos ajudam esses pesquisadores a reunir-se, colaborar e produzir em conjunto. Os dois mais produtivos na área, inclusive, passaram também a ser editores de periódicos científicos nos quais a publicação sobre HQ é bem aceita, como nem sempre ocorre.

Mesmo assim, vale ressaltar que a literatura especializada quanto às HQ na CI, simultaneamente, ainda se mantém muito escassa. Pesquisadores da Comunicação e das Letras tem se debruçado mais sobre esse objeto. Mas, também constatamos que as oportunidades de pesquisa e aplicações na CI ainda estão pouco exploradas, já que as HQ são uma fonte de

informação muito dinâmica e atraente para a leitura de um público muito variado, assim como ajudam as pessoas na aprendizagem e no ensino de conteúdos complexos.

Esperamos que esse trabalho sirva de inspiração na escolha para futuras pesquisas no campo da CI, onde tendo em mente que é um objeto de estudo válido e em desenvolvimento. Atrair mais pesquisadores na CI é um grande passo para a inserção das HQ nas publicações acadêmicas, superando o estereótipo de leitura infantil. É possível trazer as potencialidades da HQ um público mais eclético, formal, acadêmico, adequado ao registro e disseminação de informação e conhecimento.

Considerando que as HQ podem servir como objetivo de estudo, gênero e adaptações literárias, é uma temática totalmente volátil e atraente. Outros pesquisadores da CI possuem publicações avulsas sobre as HQ, que têm se tornado cada vez mais frequentes. Esperamos que esse artigo lance algumas luzes sobre a importância desse objeto de pesquisa, incentivando a pesquisa e fomentando a produção acadêmica na área.

REFERÊNCIAS

- ANDRAUS, Gazy. **Existe o quadrinho no vazio entre dois quadrinhos?** 1999. 248 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1999. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/87003/andraus_g_me_ia.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 19 maio 2019.
- BALLMANN, Fábio. **A nona arte:** história, estética e linguagem de quadrinhos. 2009. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2009. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp151480.pdf>. Acesso em 15 abr. 2019.
- BARI, Valéria Aparecida. Leitura escolar e histórias em quadrinhos: fruição intelectual, criatividade e formação de gostos de leitores. **Nona Arte**. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 25-33, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/nonaarte/article/view/99715/98149>. Acesso em 29 maio 2019.
- BARI, Valéria Aparecida. **O potencial das histórias em quadrinhos na formação de leitores:** busca de um contraponto entre os panoramas culturais brasileiro e europeu. 2008. 250 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-27042009-121512/publico/1937466.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- BARI, Valéria Aparecida; VERGUEIRO, Waldomiro. Emoção e Rebeldia: Formação de Gibitecas na Biblioteca Escolar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECÔNOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social, CBBD, 14., 2011, Maceió. Anais... Maceió:

UFAL, 2011. Disponível em:

<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3207/2333>. Acesso em 25 abr. 2019.

DUMONT, Lígia Maria Moreira; RAMOS, Rubem Borges Teixeira. . Leitura e obtenção de conhecimento nas histórias em quadrinhos de super-heróis. In: Marilda Lopes Ginez de Lara; Johanna Wilhelmina Smit. (Org.). **Temas de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. 1.ed. São Paulo: EDUSP, 2010, v., p. 141-159.

GÓMEZ-HERNÁNDEZ, José Antonio. El interés de las bibliotecas por el mundo de los comics. **Anuario ThinkEPI**. n. 1, p. 64-68, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/44204710_El_interes_de_las_bibliotecas_por_el_mundo_de_los_comics/citation/download. Acesso em: 25 mar. 2019.

MELO, Ida Conceição Andrade de. **Histórias em Quadrinhos como objeto de pesquisa na Ciência da Informação no Brasil**. 2020. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/2140>. Acesso em 15 abr. 2020.

MCCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**. São Paulo: Makron Books, 2005.

MENDONÇA, Márcia Rodrigues de Souza. Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos. In: DIONISIO, Ângela Paiva. et al (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola, 2010.

MORIGI, Valdir José; MASSONI, Luis Fernando Herbert; LOUREIRO, Thainá Ribeiro. Apropriações e usos das histórias em quadrinhos na literatura de ciência da informação. **Informação e Informação**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 56-79, jan./abr. 2016.

OLIVEIRA, Carlos Victor de. Oficina de criação de histórias em quadrinhos com o uso de software. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.43 n.3, p. 227-233, set./dez. 2014.

ORIHUELA, María Artacho. ¿Deben estar los cómics en las bibliotecas? **Boletim da Associação Andaluza de Bibliotecários**, n. 69, p. 57-72, dez. 2002. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/5940/1/69a5.pdf>. Acesso em 23 abr. 2019.

RAMOS, Paulo Roberto. **A leitura dos quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2012.

RAMOS, Rubem Borges Teixeira. **Com grandes poderes, vêm grandes responsabilidades**: um estudo etnometodológico sobre o leitor e a leitura de histórias em quadrinhos de super-heróis da Marvel e da DC Comics. 2017 Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais: Escola de Ciência da Informação. Minas Gerais, 2017.

RAMOS, Rubem Borges Teixeira. **Histórias em quadrinhos na sociedade contemporânea**: lazer, produção e obtenção de conhecimento na leitura das revistas de super-heróis. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Histórias em quadrinhos e serviços de informação: um relacionamento em fase de definição. **DataGramZero**. v.6., n.2., abr. 2005. Disponível em:

<<https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000001585/2dd45db6b1af8a48bb37f91e71fde34>>. Acesso em 15 abr. 2019.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Divulgação científica e histórias em quadrinhos**. In: Glória Kreinz; Clodowaldo Pavan. (Org.). Ética e divulgação científica: os desafios no novo século. São Paulo: Núcleo José Reis de Divulgação Científica, 2002, v. , p. 69-81.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Histórias em quadrinhos. In: CAMPELLO, Bernadete Santos (org.); CALDEIRA, Paulo da Terra (org.); MACEDO, Vera Amália Amarante (org.). **Formas e expressões do conhecimento:** introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. p. 115-149.

Recebido/ Received: 15/04/2020

Aceito/ Accepted: 25/04/2020

Publicado/ Published: 27/05/2020



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0)

**MEMÓRIA DA MEDICINA TROPICAL NO BRASIL: INFORMAÇÕES
BIBLIOMÉTRICAS SOBRE INSTITUIÇÕES E PESQUISADORES BRASILEIROS
NA WEB OF SCIENCE**

MEMORY OF TROPICAL MEDICINE IN BRAZIL: BIBLIOMETRIC INFORMATION ON
BRAZILIAN INSTITUTIONS AND RESEARCHERS ON WEB OF SCIENCE

Natanael Vitor Sobral

Docente do Instituto de Ciência da Informação da UFBA. Doutor em Ciência da Informação pela UFBA. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2410-494X>. E-mail: natansobral@gmail.com

Zeny Duarte de Miranda

Docente da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA. Doutora em Letras, UFBA. Pós-Doutora em Ciência da Informação em Plataformas Digitais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Pesquisadora, memorialista e escritora. Coordenadora do G-Acervos – CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0365-6905>. E-mail: zenydu@gmail.com

Ronaldo Ribeiro Jacobina

Docente da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Médico pela UFBA. Doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Mestre em Saúde Coletiva (UFBA). Membro Titular da Cadeira 29 da Academia de Medicina da Bahia. Membro Titular da Cadeira 7 do Instituto Baiano de História da Medicina e Ciências Afins (IBHMCA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4006-6595>. E-mail: rrjacobina@gmail.com

RESUMO

O Brasil é internacionalmente reconhecido pela sua distinção no campo das Doenças Tropicais Negligenciadas. Esse artigo objetiva apresentar atores e instituições notáveis da Medicina Tropical no Brasil, numa perspectiva histórica, enfatizando: a Escola Tropicalista Baiana de Medicina e os médicos que sucederam essa fase, contribuindo para a fundação e o desenvolvimento do campo e dados bibliométricos da produção recente, notabilizando pesquisadores e instituições atuantes no tempo presente. A metodologia é historiográfica-bibliométrica, realizando-se um tecer histórico a partir da literatura e de informações bibliométricas sobre instituições e pesquisadores brasileiros na

Web of Science. Como principais resultados, apresentam-se pesquisadores e instituições do passado e do presente, constatando-se a proeminência do Brasil em âmbito internacional; e na atualidade, verifica-se a forte participação das mulheres e o avanço da multidisciplinaridade. Assim, conclui-se que a história da Medicina Tropical brasileira é um capítulo em construção e recebendo o devido investimento continuará a produzir frutíferos resultados.

Palavras-chave: Memória da Medicina Tropical. Doenças Tropicais Negligenciadas. Escola Tropicalista Baiana de Medicina. Bibliometria. Produção Científica.

ABSTRACT

Brazil is internationally recognized for its distinction in the field of Neglected Tropical Diseases. This article aims to present the notable actors and institutions of Tropical Medicine in Brazil, in a historical perspective, emphasizing: the Bahia Tropical School of Medicine and the doctors who succeeded this phase, contributing to the foundation and development of the field and bibliometric data recent production, making researchers and institutions active in the present time stand out. The methodology is historiographical-bibliometric, making a historical weave from the literature and bibliometric information about Brazilian

institutions and researchers on Web of Science. As main results, researchers and institutions from the past and the present are presented, evidencing a prominence of Brazil in the international scope; and nowadays, it is verified a strong participation of women and the advance of multidisciplinarity. Thus, it is concluded that the history of Brazilian Tropical Medicine is a chapter under construction and receiving the proper investment, it will continue producing fruitful results.

Keywords: Memory of Tropical Medicine; Neglected Tropical Diseases; Bahia Tropical School of Medicine; Bibliometry; Scientific production

1 INTRODUÇÃO

A Medicina Tropical (Medtrop) é uma disciplina do conhecimento científico que se dedica ao estudo das doenças infecciosas e parasitárias negligenciadas, típicas de países em desenvolvimento, situados nas proximidades da linha do Equador, em lugares com acentuada situação de pobreza. Tais linhas de estudos, em geral, não fazem parte da agenda dos países desenvolvidos, detentores de maior poder econômico e científico, devido ao fato destes não se veem acometidos frequentemente por tais enfermidades, por isso, recai sobre os países em desenvolvimento a responsabilidade maior de realização dessas pesquisas (SOBRAL, MIRANDA, SILVA, 2018).

O Brasil, inserido nesse conjunto de características e cônscio de sua realidade, vem desempenhando um papel importante na luta contra as Doenças Tropicais Negligenciadas (DTN), especialmente, no que concerne ao trabalho dos seus pesquisadores lotados em Instituições de Ensino, Ciência, Tecnologia & Inovação, desenvolvendo virtuosas frentes de trabalho com foco na prevenção, combate e cura das DTN.

Nesse ecossistema profícuo estão inseridas: as **Universidades Públcas**, com vinte e um **Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu**¹ fazendo interface formal com as DTN, possuindo

¹ Ciências da Saúde na Amazônia Ocidental (Universidade Federal do Acre - UFAC); Doenças Infecciosas (Universidade Federal do Espírito Santo - UFES); Doenças Infecciosas e parasitárias (Universidade de São Paulo - USP), (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS); Medicina - Doenças Infecciosas e Parasitárias (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ); Doenças Tropicais (Universidade Federal do Pará - UFPa), (Universidade Estadual Paulista - Unesp/Botucatu); Pesquisa Clínica (Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz); Medicina Tropical (Fiocruz), (Universidade do Estado do Amazonas - UEA), (USP), (Universidade de Brasília - UnB), (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE); Infecções, HIV, AIDS e Hepatites Virais (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO); Infectologia (Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP); Infectologia e Medicina Tropical (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG); Medicina Tropical e Saúde Pública (Universidade Federal de Goiás - UFG);

quinhentos e cinquenta e cinco pesquisadores credenciados, envolvendo quinze instituições diferentes; doze **Institutos Nacionais de Ciência & Tecnologia (INCT)**² com quatrocentos e três pesquisadores, desenvolvendo estudos ligados à imunologia, virologia, saúde e ambiente na região amazônica, saúde pública, dengue, tuberculose, entre outros, além de produtos científicos e tecnológicos relacionados à fármacos e vacinas; instituições de pesquisa como a **Fundação Oswaldo Cruz** (Fiocruz), que produz conhecimentos para o controle da aids, malária, Chagas, tuberculose, hanseníase, sarampo, rubéola, esquistossomose, meningites e hepatites, além de outros temas ligados à saúde coletiva (SOBRAL, 2019).

Enquanto consequência desse investimento, em 2011, a revista britânica “*The Economist*”, em um artigo intitulado “*Go south, young scientist*”, reconheceu o Brasil como líder mundial em pesquisas no campo da Medtrop, fruto, dentre outras coisas, da tradição histórica brasileira que encontra suas raízes mais profundas na Escola Tropicalista Baiana de Medicina.

Em artigos científicos recentes vê-se a consolidação dessa tradição e investimento em doenças específicas, por exemplo, em infecção por vírus Zika e síndrome de Guillain-Barré, o Brasil é o segundo país em produção de documentos sobre o assunto, atrás apenas dos Estados Unidos da América (EUA), e ao ponderar-se a quantidade de documentos com indicadores sociais, proporcionalmente, o Brasil é o primeiro colocado no ranking (PEREZ-CABEZAS et.al, 2019). Sobre a Dengue, o Brasil figura no *top 24 most productive countries*, apenas atrás dos EUA, sendo a Fiocruz e a Universidade de São Paulo (USP) as instituições mais produtivas (HO, SIU, CHUANG, 2016). Nos artigos sobre Doença de Chagas indexados na base PubMed (1940-2009), o Brasil é o país de maior destaque nas redes de colaboração, descrito pelos autores do estudo como um país com número notavelmente alto de pesquisadores no assunto (GONZÁLEZ-ALCAIDE et al., 2012).. Na produção científica sobre Leishmaniose (1945-2010), também na PubMed, os EUA é o país mais representativo ao considerar-se o endereço institucional do primeiro autor (16,8%), porém, o Brasil figura em segundo lugar (14,9%), todavia, chama a atenção que na última década considerada no estudo (2001 a 2010), o Brasil lidera a produção científica com 18,5% na métrica supramencionada (RAMOS, GONZÁLEZ-ALCAIDE, BOLAÑOS-PIZARRO, 2013).

Diante desse cenário construído pelo empenho de atores e instituições dedicados ao estudo das DTN, que resultou em um legado internacionalmente reconhecido, este artigo tem por objetivo apresentar atores e instituições notáveis da Medtrop no Brasil, numa perspectiva histórica, enfatizando: a Escola Tropicalista Baiana de Medicina e os médicos que sucederam essa

Medicina Tropical e Infectologia (Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM); Saúde na Amazônia (UFPA) e Virologia (UFPA).

² CIBFAR, INCT-IDN, INBEQMeDI, INOFAR, INCT-DT, INCT-INPeTAm, INCT-FHV, INCT-em Dengue, INCT-INDI, INCT-iii, INCT-TB e INCT-V.

fase, contribuindo para a fundação e o desenvolvimento do campo; e dados bibliométricos da produção recente, notabilizando pesquisadores e instituições atuantes no tempo presente.

2 HISTÓRIA DA MEDICINA TROPICAL NO BRASIL: ATORES E INSTITUIÇÕES

Henry Harold Scott (1939), bacteriologista e autor da área médica, ex-presidente da *Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene* (RSTMH) (1943-1945), lembra que a vida nos trópicos do mundo no século XVIII era considerada perigosa ao extremo. Tal perigo é retratado com exagero e bom humor em trechos da obra de Sydney Smith (1826), baseada nas expedições pela América do Sul realizadas por Charles Waterton, conforme relata (SOBRAL, 2019, p. 38):

Um inseto com onze pernas está nadando em sua xícara de chá, outro indescritível com nove asas lutando em sua cerveja, ou uma lagarta com várias dúzias de olhos em sua barriga está passeando sobre o pão e a manteiga. Assim são os trópicos! Resta aos nossos farmacêuticos produzirem xaropes e extratos para nossas velhas tosses e caras inchadas.

Ainda segundo autor, a caricatura acima descrita pela literatura britânica retrata a visão de mundo que se tinha dos trópicos do planeta, enquanto um ambiente hostil e altamente propício a interações com insetos e condições climáticas oportunas à propagação de doenças tropicais.

No Brasil, após 1840, quando as revoltas regionais deixaram de ameaçar e a nação começou a se consolidar sob a autoridade de D. Pedro II, os médicos no Brasil procuraram definir e valorizar o meio tropical em que viviam, avaliando as possibilidades e limitações de consolidar uma civilização nos trópicos (STEPAN, 1997). Tratando-se de uma sociedade em estágio embrionário e que reunia todas as condições de produção para um conjunto de doenças infecciosas, o trabalho dos médicos se impôs de modo fundamental, sobretudo, a partir do enfrentamento de desafios em saúde desconhecidos do velho mundo, que apenas se concretizavam no contexto geopolítico dos países considerados tropicais.

Enquanto ilustre iniciativa, a **Gazeta Médica da Bahia** (GMBahia), fundada em 1866, surge como a primeira revista médica brasileira estritamente voltada às publicações científicas, tendo entre os seus fundadores sete importantes médicos da cidade da Bahia e o estudante de Medicina **Antônio Pacifico Pereira** (JACOBINA, CHAVES, BARROS, 2018). A GMBahia foi publicada e editada por uma “associação de médicos independentes”, opositores do ensino oficial de Medicina no império representado pelas faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro e da Academia Real de Medicina na segunda metade do século XIX, na Província baiana, entre o período de 1866 a 1889. Tal movimento, contrapõe o modelo europeu de Medicina que era predominante no país, passando a priorizar pesquisas voltadas para as doenças tropicais que acometem a população do país, estabelecendo um novo formato para as ciências médicas,

estimulando a presença de doentes nas reuniões de estudos da comunidade, e elaborando uma linguagem mais contextualizada às necessidades do Brasil (SANTOS, 2008).

Segundo Edler (2002), este grupo de pesquisadores quase noventa anos depois recebeu a denominação de **Escola Tropicalista Baiana de Medicina**, tornando-se conhecido por pesquisas sobre beribéri, ancilostomíase, filariose e ainhum, doenças associadas ao clima tropical. Os tropicalistas, como eram conhecidos, estavam ativamente engajados na tentativa de formular um conceito de Medtrop, desenvolvendo uma tradição brasileira distinta dentro da Medicina. Essa não era apenas uma busca pelo conhecimento médico, mas uma tentativa de se chegar a uma nova nação, com cidadãos saudáveis, mesmo diante de um quadro de Saúde Pública debilitante (PEARD, 1997).

Conforme Jacobina, Chaves, Barros (2018), dentre os fundadores da Escola Tropicalista Baiana de Medicina, destacam-se, a princípio, os três estrangeiros que constituíam a tríade mais famosa da Medtrop na Bahia:

John Ligertwood Paterson (1820-1882), médico pela Universidade de Aberdeen - Escócia (1841). Sua dedicação aos pacientes, em especial aos excluídos, ganhou o epíteto de “médico do pobre”, além do apelido de “médico inglês”. Estabeleceu, junto com Wücherer, o diagnóstico e o caráter contagioso das epidemias de febre amarela, em 1849, e de cólera morbo, em 1855. Faleceu à cabeceira de um doente com 62 anos, em 9 de dezembro de 1882. (VALLE, 1974), (BRITTO, 2002), (JACOBINA, CHAVES, BARROS, 2018).

Otto Edward Henry Wücherer (1820-1873), médico pela Universidade de Tübingen - Alemanha (1841), foi um dos primeiros médicos cientistas no Brasil a praticar a Medicina experimental. Pela primeira vez, no Brasil, a patologia denominada “hipoemia intertropical”, que tinha os nomes populares de cansaço ou opilação, foi relacionada com a infestaçāo ancilostomótica. Investiga a quilúria endêmica na Bahia e descobre na urina de doentes as microfilárias. Silva Araújo, em sua homenagem, denominou o gênero *Wuchereria*. Outro destaque foi seu estudo sobre os ofídios. (WÜCHERER, 1868, 1869), (VALLE, 1974), (VARELA, VELLOSO, 2015), (JACOBINA, CHAVES, BARROS, 2018).

José Francisco da Silva Lima (1826-1910), médico pela **Faculdade de Medicina da Bahia** (FMB) (1851), nasceu na aldeia de Vilarinho, em Portugal, vindo para a Bahia em 1840. Destacam-se os seus trabalhos sobre o beribéri e a descoberta do ainhum, esta última, doença de origem étnica, caracterizada por um estrangulamento progressivo dos dedos mínimos dos pés nos africanos e afrodescendentes. Essa patologia foi denominada “doença de Silva Lima” (SILVA LIMA, 1867), (JACOBINA, CHAVES, BARROS, 2018).

Os outros quatro fundantes eram brasileiros, professores da FMB, tendo suas histórias profundamente entrelaçadas com essa instituição de ensino e pesquisa. O primeiro, **Antônio José**

Alves (1818-1866), médico pela FMB (1841), pai do poeta abolicionista Antônio de Castro Alves, formou-se pela FMB em 1841, tornou-se Lente Opositor de Cirurgia em 1855 e Lente Proprietário de Clínica Externa em 1862 (OLIVEIRA, 1992); **Antônio Januário de Faria** (1822-1883), médico pela FMB (1845), propôs a criação de um periódico médico, a GMBahia, tornou-se Opositor da Seção Médica em 1855, Lente de Fisiologia em 1862 e Lente de Clínica Interna em 1864. Lente e Conselheiro do Império, dirigi a Faculdade de 1874 a 1881 (OLIVEIRA, 1992); **Manuel Maria Pires Caldas** (1816-1901), médico pela FMB (1840), apresentou-se em concurso a um lugar de opositor da seção cirúrgica, tendo escrito sobre vários temas, inclusive: considerações médico-legais sobre o aborto, afecção dolorosa da tíbia, fistulas subcutâneas, uretrotomia interna, cálculo vesical, entre outros (BLAKE, 1900), (MARTINELLI, 2014), e **Ludgero Rodrigues Ferreira** (Clínico) (1819-1866), nunca participou das sessões por ter adoecido, vindo logo depois a falecer (JACOBINA, CHAVES, BARROS, 2018).

Ademais, ressalta-se a participação de outros sujeitos, dentre os quais um merece destaque especial, **Antônio Pacífico Pereira** (1846-1922), médico pela FMB (1867), iniciou sua carreira docente na FMB como Opositor na seção cirúrgica em 1871, Lente catedrático de Anatomia Geral e Patológica em 1882 e depois Lente de Histologia. Um mês após sua formatura assumiu a direção da GMBahia, ficando no cargo de janeiro de 1868 a junho de 1870 e retornou novamente à direção, no início de 1876, maduro, professor de cirurgia, por concurso, tendo viajado à Europa e conhecido vários cursos universitários. Foi um dos membros fundadores da Escola Tropicalista Baiana de Medicina ainda na condição de acadêmico de Medicina (OLIVEIRA, 1992), (JACOBINA, CHAVES, BARROS, 2018).

Sendo a GMBahia um importante espaço de produção de conhecimento, elo de ideologias e olhares sociais no campo da saúde e veículo de disseminação de pesquisas na área médica, especialmente, no âmbito das DTN, tendo no interior de seu orbe um corpo expressivo de pesquisadores engajados com as implicações da pobreza no domínio da saúde pública, cabe exaltar o papel de **Juliano Moreira**, nascido em 6 de janeiro de 1872, na Freguesia da Sé, no centro de Salvador, Bahia. Formou-se em 1891, fazendo jus ao título de Doutor em Medicina e Cirurgia com o tema “Etiologia da Sífilis maligna precoce” (JACOBINA, 2019).

Ainda segundo o autor, Juliano Moreira, afrodescendente, escreveu seu nome na história da Medicina da Bahia e do mundo, superando a perversidade manifestada em preconceito racial e de classe. Com profunda inteligência, mérito e perspicácia alcançou o título de Professor da FMB, redator principal e colaborador da GMBahia, com vasta produção científica em dermatologia, sífilis, Medtrop, com artigos sobre malária, beribéri, doença do sono e o original estudo sobre o botão endêmico (leishmaniose), também realizando estudos sobre a história da Medicina e Psiquiatria, defendendo um sistema de Medicina social pautada na assistência à saúde, em que preconizava um modelo inovador para o Brasil com a fundação de laboratórios nos

hospitais. Em um significativo capítulo de sua história, Moreira, em 1925, recebeu Albert Einstein na Academia Brasileira de Ciência, que lhe causou boa impressão, visitando o hospital que Moreira dirigia e foi almoçar comida baiana com o intelectual afro-baiano (JACOBINA, 2019).

De acordo com Peard (1997), ao investigar as doenças típicas do meio tropical, os tropicalistas da Bahia utilizaram os mais avançados instrumentos da Medicina europeia, em especial, a microscopia, cuja utilização foi pioneira na Bahia. Este grupo de pesquisadores formou uma importante genealogia intelectual, com indivíduos influenciados pelas suas ideias, que verticalizaram seus conhecimentos através de descendentes. Nisto, a título de registro, evocam-se **Raimundo Nina Rodrigues, Gonçalo Moniz Sodré de Aragão, Clementino da Rocha Fraga, Manoel Augusto Pirajá da Silva, Aluízio Prata, Zilton de Araújo Andrade, Sonia Gumes Andrade, Lain Carlos Pontes de Carvalho** e tantos outros valentes da Medtrop.

Destacados os indivíduos da Medtrop pertencentes ou relacionados à Escola Tropicalista Baiana de Medicina, prosseguem-se os escritos sobre esta instigante história, ressaltando personalidades importantes contemporâneas a Oswaldo Cruz, reconhecidas em todo o mundo. Na continuidade, listar-se-ão alguns destes nomes, por ordem de ano de nascimento, com finalidade honrosa e de breve descrição de suas contribuições para o campo de interesse desse artigo. Aqui, pretende-se apresentar, sumariamente, personalidades históricas e valorizar importantes pesquisadores que desenvolveram as bases da Medtrop no Brasil.

Adolpho Lutz (1855-1940), percorreu diversos espaços geográficos, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Europa, Estados Unidos e Oceania, e, espaços temáticos e cognitivos, que envolvem a clínica médica, helmintologia, bacteriologia, terapêutica, veterinária, dermatologia, protozoologia, malacologia, micologia e entomologia. Suas pesquisas deixaram marcas duradouras em um amplo espectro temático que compreendeu o mormo, mal-das-cadeiras, osteoporose dos cavalos, plasmadiose das vacas, parasitos de animais silvestres e domésticos, lepra, ancilostomíase, febre amarela, tuberculose, doenças de pele etc. Há quem o considere o maior cientista brasileiro (BENCHIMOL et. al, 2003).

Oswaldo Cruz (1872-1917), segundo Oliveira et al (2017), foi um grande cientista, médico, bacteriologista, epidemiologista e sanitarista brasileiro. Segundo informações da Fiocruz, seu perfil biográfico inclui importante trajetória na Saúde Pública, onde liderou as campanhas sanitárias na capital federal, e na direção do **Instituto Oswaldo Cruz** (IOC), que assumiu em finais de 1902, permanecendo no cargo até 1916, quando se licenciou e se mudou para Petrópolis (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2018).

Conforme relata ainda a instituição autoral, em seu percurso acadêmico e administrativo, Oswaldo Cruz, participou do combate à peste bubônica em Santos - São Paulo (1899), foi diretor técnico (1900) e diretor geral (1902) do **Instituto Soroterápico Federal**, diretor geral de Saúde

Pública (1903), combateu a malária na ferrovia Madeira-Mamoré e deu início à campanha contra a febre amarela em Belém (1910).

Nos primeiros anos de existência do Instituto Soroterápico Federal, as pesquisas desenvolvidas pela equipe comandada por Oswaldo Cruz foram direcionadas, prioritariamente, para o combate à varíola, febre amarela e peste bubônica. Sua experiência em Saúde Pública somada à direção do Instituto ajudou a expandir e diversificar as investigações realizadas pelos cientistas do Soroterápico. Doenças como malária, tuberculose, filariose e beribéri foram então incorporadas à rotina da instituição. Com a descoberta da vacina contra a peste da manqueira por **Alcides Godoy** em 1907, as pesquisas veterinárias também ganhariam novo impulso, o mesmo acontecendo com a entomologia médica, cujos estudos vinham se revelando de grande importância para o desenvolvimento da Medtrop (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2018). Segundo Britto (1995), Oswaldo Cruz instituiu uma escola de biologia voltada para o estudo etiopatogênico das doenças tropicais, inexistente até então no país. Por estes e outros motivos, seu nome estará sempre gravado em posição de honra na Ciência brasileira, com espaço de destaque no campo da Medtrop.

Carlos Chagas (1878-1934) foi um notável pesquisador brasileiro, e sua consagração, certamente, está vinculada à descoberta de uma doença causada pelo *Tripanosoma cruzi* - depois denominada doença de Chagas - que ataca o coração de forma lenta, silenciosa e progressiva, ocasionando milhares de mortes. Esse importante cientista desenvolveu pesquisas sobre a malária no Instituto Soroterápico Federal, foi médico do hospital de Jurujuba, Niterói, e, posteriormente (1907), foi enviado pelo **Instituto de Patologia Experimental** para a cidade de Lassance, Minas Gerais, no intuito de combater uma epidemia de malária. Após a morte de Oswaldo Cruz, em 1917, foi nomeado diretor do referido instituto (ALMEIDA, 2011).

Em 1919 assumiu a direção do Departamento Nacional de Saúde Pública, cargo que ocupou até 1926. Um ano antes, fora nomeado, por decreto presidencial, professor da **Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro** (FMRJ), na qual pôde concretizar duas de suas metas em relação ao ensino médico: a criação da especialização em higiene e saúde pública e a inauguração da cátedra de doenças tropicais (ALMEIDA, 2011), (CHAGAS FILHO, 1993).

Segundo Almeida (2011), em sua aula inaugural na FMRJ, Chagas argumentou, que, de fato, eram poucas as doenças exclusivas de países tropicais e raríssimas as circunscritas aos países frios e temperados. Para Chagas (1935), mesmo as doenças ditas tropicais, ultrapassavam os limites geográficos das zonas equatoriais. Como exemplo, mencionou a malária que se propagava na Itália; a ancilostomíase identificada no norte da Europa; a peste bubônica e o cólera, que, também se verificavam em países frios da Europa e Ásia; e a leishmaniose cutânea e visceral, presente em países como Espanha e Argentina.

Junto com Oswaldo Cruz, Chagas, escreveu seu nome em posição de alto mérito na ciência mundial. Ambos realizaram relatórios e expedições em conjunto, numa época em que a saúde do interior da Amazônia estava entregue à boa vontade dos patrões dos seringais e dos municípios que tinham algum lucro com a indústria da borracha. O registro dos cientistas chama a atenção para as condições de saúde e trabalho nos seringais, alertando para a urgência de políticas de saúde pública em âmbito regional (SCHWEICKARDT, LIMA, 2007).

O enfoque na Saúde Pública e nas questões regionais servem de exemplo para a categoria médica contemporânea, que lida diariamente com as investidas do capital no exercício da profissão. Mesmo em uma sociedade que não dispunha de dispositivos avançados de tecnologia da informação e comunicação, seu trabalho repercutiu para além das barreiras geográficas, tendo, inclusive, junto com Adolpho Lutz, recebido a visita do renomado cientista Albert Einstein no IOC, conforme a imagem abaixo (Figura 1).

Figura 1 - Visita de Albert Einstein ao IOC



Fonte: Acervo da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz.

Descrição: No dia 8 de maio de 1925, Einstein esteve no IOC com Carlos Chagas, Adolpho Lutz, Carlos Burle de Figueiredo, Antonio Eugenio de Area Leão, Nicanor Botafogo Gonçalves da Silva, Alcides Godoy, dentre outros, conforme registro feito na ocasião (Todos os direitos reservados à Casa de Oswaldo Cruz).

Dentre os notáveis pesquisadores em Medtrop, **Henrique da Rocha Lima** (1879-1956) obteve lugar honorífico. Este médico e pesquisador brasileiro nasceu na cidade do Rio de Janeiro e obteve seu diploma se em 1901 pela **Faculdade Nacional de Medicina**, especializando-se em Medicina Clínica. Durante seus estudos na Faculdade de Medicina, ele conheceu Oswaldo Cruz, que, pouco depois de chegar do *Institut Pasteur* (Paris, França), o convidou para trabalhar com ele. Rocha Lima foi o responsável pela criação e estruturação de cursos para estudantes de

Medicina, que vieram em grande número para trabalhar em seus projetos de doutorado sobre o papel de micróbios e animais na etiologia e transmissão de doenças³⁴. Rocha Lima trabalhou no *Institute of Maritime and Tropical Diseases of Hamburg (Tropeninstitut)* na Alemanha (BERNARDES FILHO, AVELLEIRA, 2015). Sua trajetória vincula-se estreitamente às relações científicas e culturais teuto-brasileiras. Segundo Silva (2010), seus trabalhos científicos foram produzidos em instituições de pesquisa biomédica dos dois países, mas foi na Alemanha que ele conquistou projeção internacional, graças a suas pesquisas nos campos da microbiologia, patologia e Medtrop.

Conforme relata Silva (2011), Rocha Lima dedicou-se para reforçar o padrão de internacionalização do conhecimento produzido no subúrbio carioca. Chegou a compartilhar com Oswaldo Cruz a convicção de que era o conhecimento sobre os problemas locais que forneceria a chave para sua participação na comunidade internacional reforçando o princípio filosófico de que *no local encontrarás o universal*.

Em continuidade, apresenta-se **Artur Neiva** (1880-1943), um médico soteropolitano, que concluiu o curso de Medicina no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1903. Discípulo de Oswaldo Cruz, em 1906 passou a trabalhar no Instituto Soroterápico (Rio de Janeiro). Em 1910 foi enviado a Washington, por indicação de Oswaldo Cruz, com o intuito de aprofundar pesquisas no campo da entomologia. Sua tese de doutorado explorou a revisão do triatoma, relativa a um dos gêneros de barbeiro — o inseto transmissor da doença de Chagas (COUTINHO, 2015).

Em 1919, Neiva foi nomeado chefe de serviço do IOC. Cientista internacionalmente conhecido, ao longo de sua carreira, foi o precursor, no Brasil, das medidas preventivas contra a sífilis. Foi também uma das maiores autoridades em malária no país e grande estudioso do barbeiro, tendo identificado a primeira espécie conhecida desse inseto. Deixou cerca de 180 textos científicos, colaborando em diversas publicações especializadas no Brasil e no exterior (COUTINHO, 2015).

Por último, apraz-se apresentar **Gaspar de Oliveira Vianna** (1885-1914). Em memória à sua morte, o Instituto Oswaldo Cruz (1914), publicou um texto que resume as contribuições e importância deste notável médico paraense, ressaltando que embora tenha sido rápida sua passagem pela vida, Vianna, deixou trabalhos originais e de valor, que incluem as curas do *granuloma venereo* e da *leishmaniose*. Em alusão ao ano de seu centenário (1985), Gaspar Vianna (Figura 2), foi definido como um inditoso cientista pátrio, uma das glórias da Medicina universal. Suas enormes contribuições para a Medtrop asseguraram-lhe um lugar emérito nesta disciplina, pela qual, militou incansavelmente (FRAIHA NETO, 1986).

Figura 2 - Dr. Gaspar de Oliveira Vianna



DR. GASPAR DE OLIVEIRA VIANNA

Fonte: Memórias do IOC, 1914.

Além dos destaques individuais, o campo da Medtrop no Brasil teve seu progresso consolidado a partir da colaboração de instituições e entidades coletivas, como por exemplo, a **Sociedade Brasileira de Medicina Tropical** (SBMT), fundada em 1962, abrigando em seu quadro profissionais de diferentes áreas da saúde, tais como entomologistas, epidemiologistas, parasitologistas, patologistas, imunologistas, biologistas, enfermeiros, farmacêuticos, médicos, ecologistas, engenheiros sanitários, pesquisadores, professores universitários, entre outros. Esta entidade promove anualmente o **Congresso da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, estimulando o intercâmbio com pesquisadores nacionais e internacionais e parcerias com órgãos públicos e privados; e edita a Revista da SBMT, publicada bimestralmente, divulgando temas de interesse na área de doenças tropicais, sendo indexada na *Web of Science* (WoS), gozando de prestígio na comunidade científica nacional e internacional. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA TROPICAL, 2019). A seguir, outras importantes entidades atuantes no assunto:

a) O **Instituto de Medicina Tropical** (IMT), que vem atuando desde sua fundação entre os anos de 1959-1960. Após 40 anos de atividade ligadas à **Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo** (FMUSP), passou a ser Instituto Especializado, voltando-se ao ensino, pesquisa e formação de especialistas na área de Doenças Tropicais e Saúde Internacional. O IMT edita a **Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo**, fundada em 1959 e atualmente indexada na WoS. Em 2019 completou seu 60º aniversário de publicação contínua (INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL, 2019).

b) A **Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado** (FMT-HVD), produto, inicialmente, da evolução da **Clínica de Doenças Tropicais do Amazonas** (1970) para o **Hospital de Moléstias Tropicais**, em seguida, ainda na década de 1970, torna-se **Instituto de Medicina Tropical de Manaus**, depois, **Instituto de Medicina Tropical do Amazonas**, **Fundação de Medicina Tropical**, até chegar na configuração atual (FMT-HVD, 2011).

c) E, a **Fiocruz**, com suas 16 unidades técnico-científicas, a saber: **Casa de Oswaldo Cruz** (COC), Rio de Janeiro, RJ; **Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca** (Ensp), Rio de Janeiro, RJ; **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio** (EPSJV), Rio de Janeiro, RJ; **Fiocruz África**, Maputo, Moçambique; **Fiocruz Amazônia** (**Instituto Leônidas & Maria Deane**), Manaus, AM; **Fiocruz Bahia** (**Instituto Gonçalo Moniz**), Salvador, BA; **Fiocruz Minas** (**Instituto René Rachou**), Belo Horizonte, MG; **Fiocruz Paraná** (**Instituto Carlos Chagas**), Curitiba, PR; **Fiocruz Pernambuco** (**Instituto Aggeu Magalhães**), Recife, PE; **Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos** (ICTB), Rio de Janeiro, RJ; **Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde** (Icict), Rio de Janeiro, RJ; **Instituto de Tecnologia em Fármacos** (Farmanguinhos), Rio de Janeiro, RJ; **Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos** (Biomanguinhos), Rio de Janeiro, RJ; **Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde** (INCQS), Rio de Janeiro, RJ; **Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas** (INI), Rio de Janeiro, RJ; **Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira** (IFF), Rio de Janeiro, RJ; e a Gerência Regional de Brasília (Gereb), Brasília, DF, também conhecida como **Fiocruz Brasília**, representando a Fiocruz junto a órgãos dos poderes Executivo e Legislativo, instituições públicas e entidades privadas, além de desenvolver atividades de ensino, pesquisa, comunicação e assessoria em saúde pública (SOBRAL, 2019).

Na esfera institucional, também se sobressaem as **Universidades** com seus PPG, Centros Acadêmicos, Departamentos e Grupos de Pesquisa, que dinamizam de modo profícuo o campo das DTN na atualidade, inserindo o Brasil no rol de seletos produtores de conhecimento em Medtrop no tempo presente. Tais instituições carregam em sua essência forte historicidade, como é o caso da **Faculdade de Medicina da Bahia** (FMB), que remete à chegada da Família Real à Bahia fundando a Escola de Cirurgia da Bahia por permissão do príncipe regente Dom João, em 1808, criando as bases para o que hoje é a **FMB da Universidade Federal da Bahia** (UFBA) (DUARTE et al, 2008), escola *mater* da Medicina brasileira, instituição tradicionalíssima no ensino e pesquisa no âmbito da Medtrop, tendo como egressos profissionais de altíssima reputação, como os doutores: **Zilton de Araújo Andrade**, que cursou graduação em Medicina na UFBA (1945-1950), personagem histórico e fundante de uma extensa genealogia acadêmica no campo; **Mitermayer Galvão dos Reis**, cursou mestrado (1983-1986) e doutorado (1989-1993) na UFBA, orientando de Dr. Zilton Andrade nestes cursos. Atualmente é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Nível 1A, e assim como Dr. Zilton Andrade, é ex-presidente da SBMT; e **Manoel Barral Netto**, graduação (1971-1976), mestrado (1983-1986) e doutorado (1986-1988) na UFBA, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível Sênior.

E também, da FMRJ, hoje **Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro** (FM/UFRJ), criada pelo príncipe regente D. João, por Carta Régia, assinada em 5 de novembro de 1808, com o nome de **Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia** e instalada no Hospital Militar do Morro do Castelo, apenas nove meses depois da Escola de Cirurgia da Bahia, conforme relatados na UFRJ (2020) e por Cunha (2007). Tem como egressos nomes do quilate de **Emílio Ribas, José Gomes Temporão, Oswaldo Cruz, Protásio Antônio Alves e Vital Brazil**, todos com importantes contribuições para o campo da Medtrop, seja em âmbito clínico ou político-administrativo.

3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Enquanto método, adotou-se um modelo híbrido historiográfico-bibliométrico. Numa primeira etapa, consultaram-se as principais fontes de informações sobre a Escola Tropicalista Baiana de Medicina e a geração de Oswaldo Cruz, duas das mais importantes escolas do campo da Medicina Tropical. Para isso, utilizaram-se livros e capítulos, artigos científicos, trabalhos em anais e publicações vinculadas a instituições especializadas ou midiáticas que fornecem conteúdo relevante e de interesse da pesquisa. Foram priorizadas fontes de informação especializadas de reconhecida qualidade, tais como, bases de dados e sites internacionais presentes no Portal Periódicos Capes (PPC) (*WoS, PubMed, Scopus, Library and Information Science Abstracts, SciELO e Google Scholar*), revistas, portais e repositórios nacionais, como por exemplo, Brapci – Base de Dados em Ciência da Informação, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), GMBahia, e também, sites especializados, como o Portal da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde do Brasil.

A segunda etapa pautou-se na base de dados *WoS*, devido a sua reconhecida qualidade e pelo denso arcabouço de publicações no campo da Saúde, mesmo sendo uma base pandisciplinar. Outro fator relevante é a possibilidade de geração de indicadores a partir de múltiplas variáveis, respondendo bem a expressões de busca complexas, permitindo a aplicação de filtros em domínios específicos, como é o caso da Medicina Tropical.

Para a recuperação da informação utilizou-se uma expressão de busca¹ baseada na classificação da OMS, que na literatura mostrou-se eficaz para o levantamento de informações científicas sobre DTN, e no presente artigo, serviu para identificar os pesquisadores brasileiros mais representativos no campo da Medicina Tropical e suas respectivas instituições. Conforme indicado abaixo, a estratégia de busca pautou-se no nome das DTN e termos sinônimos segundo os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), restringindo-se a produção aos últimos dez anos (2011 a 2020), ressaltando-se que 2020 encontrava-se em seu quarto mês quando a busca foi realizada. Com isso, foram identificados 67.823 resultados.

TOPIC: ((“Buruli Ulcer” OR “Mycobacterium ulcerans Infection” OR “Chagas Disease” OR “South American Trypanosomiasis” OR “Dengue” OR “Dengue Fever” OR “Chikungunya virus” OR “Chikungunya” OR “Dracunculiasis” OR “Dracunculosis” OR “Guinea Worm Infection” OR “Echinococcosis” OR “Hydatid Cyst” OR “Hydatidosis” OR “Cysts, Hydatid” OR “Yaws” OR “Frambesia” OR “Trematoda” OR “Flukes” OR “African Trypanosomiasis” OR “African Sleeping Sickness” OR “Nagana” OR “Leishmaniasis” OR “Leprosy” OR “Hansen’s Disease” OR “Filarial Elephantiasis” OR “Lymphatic Filariasis” OR “Bancroftian Elephantiasis” OR “Bancroftian Elephantiasis” OR “Lymphatic Filariasis” OR “Onchocerciasis” OR “Rabies” OR “Hydrophobia” OR “Schistosomiasis” OR “Bilharziasis” OR “Helminthiasis” OR “Nematomorpha Infections” OR “Helminth Infestation” OR “Parasitic Worm Infections” OR “Parasitic Worm Infestations” OR “Vermination” OR “Taeniasis” OR “Taenia Infections” OR “Cysticercosis” OR “Taenia” OR “Trachoma” OR “Egyptian Ophthalmia”). Timespan: 2011-2020. Indexes: SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI, CPCI-S, CPCI-SSH, ESCI.

Depois, escolheram-se os artigos de periódicos por abrigarem conhecimentos consolidados, geralmente apresentando resultados de pesquisas avançadas ou finalizadas com avaliação por pares, chegando-se a 50.554 registros. Em seguida, aplicou-se um filtro na categoria “Tropical Medicine”, alcançando um total de 10.724 artigos.

Feito isso, selecionaram-se apenas as instituições e os pesquisadores brasileiros com o propósito de observar suas representatividades em âmbito global e nacional, mapeando autores e instituições distintos na dimensão sincrônica da história da Medtrop. Para a contextualização dos dados, utilizaram-se informações disponíveis na Plataforma Lattes do CNPq, objetivando apresentar fragmentos da carreira dos seis pesquisadores mais produtivos. Para o mapeamento dos artigos mais citados de cada ator, valeram-se de informações presentes na WoS classificadas pelo item “*Times Cited*”, considerando o período de 2011 a 2020.

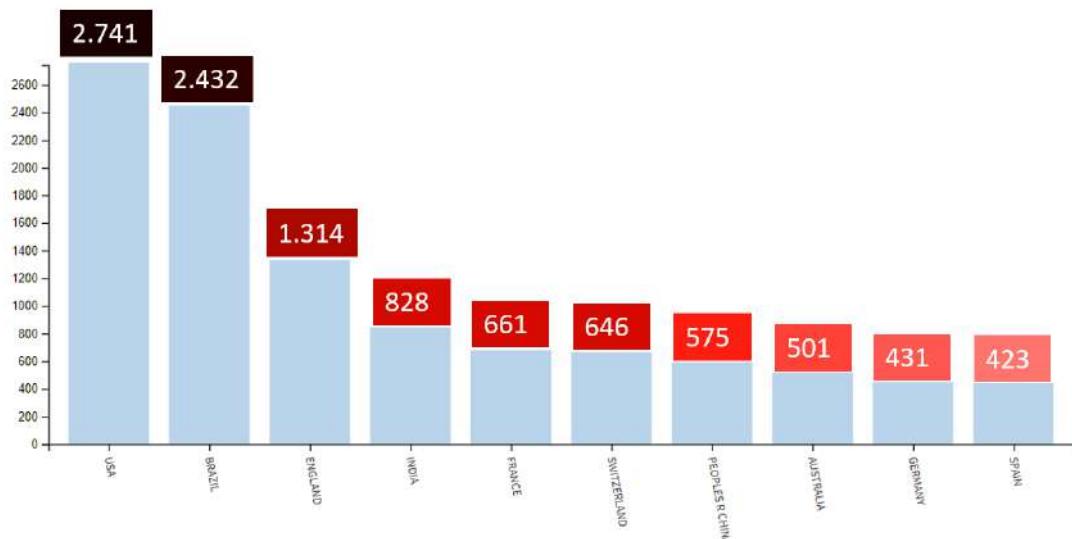
As variáveis analisadas foram “autores”, “instituições” “agências de fomento”, “artigos mais citados” e “perfil dos autores mais produtivos”.

4 MEDICINA TROPICAL NO BRASIL: UM CAPÍTULO EM CONSTRUÇÃO

Inicialmente, identifica-se a proeminência do Brasil no campo da Medtrop ao constatarem-se 2.432 artigos, atrás apenas dos EUA com 2.741. Tal resultado é excelente, por considerar-se que os EUA são a maior potência científica do mundo e as bases de dados internacionais, como a WoS, historicamente privilegiam as produções científicas dos países de primeiro mundo, indexando seus periódicos científicos, e com isso, inserindo-os no rol dos veículos de elite. No mais, esse resultado converge com o protagonismo e competência apresentados pelo Brasil no campo da Medtrop, verificável em estudos: Go South (2011),

González-Alcaide (2012), Ho, Siu e Chuang (2016) e Perez-Cabezas, (2019), citados na seção inicial desse artigo.

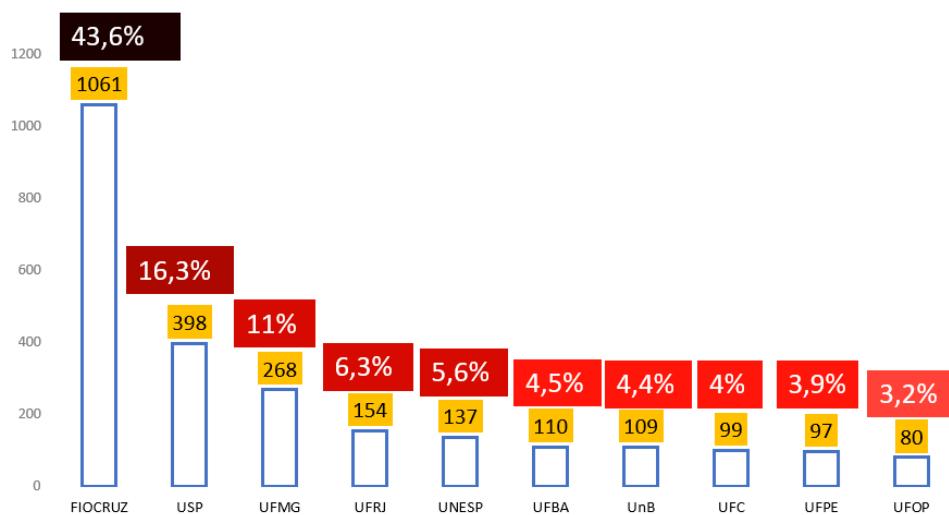
Gráfico 1 – Produção de artigos científicos em DTN, por países, segundo os critérios de busca estabelecidos (2011 a 2020), na WoS.



Fonte: Os autores (2020), adaptado de WoS.

Ao filtrarem-se os resultados apenas na produção científica brasileira, evidenciaram-se as instituições mais representativas na produção de artigos, obtendo-se o seguinte panorama.

Gráfico 2 – Produção de artigos científicos em DTN, por instituições, segundo os critérios estabelecidos (2011 a 2020), na WoS



Fonte: Os autores (2020), adaptado de Web of Science.

No Gráfico 2, chama a atenção o destaque das instituições mencionadas na introdução deste artigo que possuem PPG em Medicina II, no campo das Doenças Tropicais, Infecciosas, Parasitárias e Negligenciadas, demonstrando a relevância de se manter um sistema formal de educação e pesquisa, a exemplo da Fiocruz, USP, UFMG, UFRJ, Unesp, UnB e UFPE. Fora dessa regra, registra-se o excelente desempenho da UFBA, que se associa profundamente à história da Medicina do Brasil, remetendo às origens da instituição que é berço da educação formal no campo, conforme descrito na narrativa histórica desse artigo.

Apesar de nem todas as publicações apontarem uma agência de fomento como apoiadora ou patrocinadora, merece menção os resultados obtidos sobre os financiamentos às pesquisas, que também dizem respeito à dimensão institucional, revelando que CNPq (43,9%), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (21,1%), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (10,4%), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) (10,2%) e Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) (9,2%) são as principais fontes de amparo à pesquisa em DTN dentro do universo e período estudados.

A seguir, discute-se o grupo dos pesquisadores mais proeminentes nos critérios estabelecidos (Tabela 1), que se configuraram como destaques do Brasil em plano internacional nos últimos dez anos, dando continuidade à vanguarda brasileira no campo das DTN.

Tabela 1 – Autores mais produtivos em DTN segundo os critérios estabelecidos (2011 a 2020), na Web of Science.

Posição	Autores	Qtd. Artigos
1º	DA ROSA JA	37
1º	RABELLO A	37
3º	SARNO EN	32
4º	COSTA CHN	28
5º	BRAZIL RP	26
5º	DIOTAIUTI L	26
7º	DANTAS-TORRES F	25
7º	GURGEL-GONCALVES R	25
9º	JANSEN AM	23
9º	MADEIRA MD	23

Fonte: Os autores (2020), adaptado de Web of Science.

Segundo Bloch (1997), a História é o estudo do homem no tempo, não apenas no passado como se pensa no senso comum. Por esse motivo, o presente que se escreve também é história em movimento, amparada pelas fundações estabelecidas no passado, e construindo as bases para as narrativas e fatos que se formarão no futuro. Desta feita, um dos propósitos desse trabalho foi descrever fenômenos do presente, prestigiando parte da produção de conhecimento brasileira

atual em Meddrop, por entender que não só o passado do Brasil é glorioso. Por esse motivo, descrever-se-ão brevemente os perfis dos seis pesquisadores mais bem posicionados no ranking.

Dois pesquisadores empataram em primeiro. A princípio, cita-se **João Aristeu da Rosa**, Graduado em Farmácia Bioquímica pela Unesp (1973), Doutor em Ciências Biológicas Parasitologia pela USP (1995) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Seu artigo mais citado é: *Description of Rhodnius montenegrensis n. sp (Hemiptera: Reduviidae: Triatominae) from the state of Rondonia, Brazil*, publicado no periódico *Zootaxa* (53 citações). Os temas principais de pesquisa do autor são os triatomíneos e a doença de Chagas. Também na primeira colocação, **Ana Lúcia Teles Rabello**, Graduada em Medicina pela UFMG (1982), Doutora em Infectologia e Medicina Tropical pela UFMG (1994) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1B. Seu artigo mais citado no *corpus* analisado é *Efficacy of Anti-Leishmania Therapy in Visceral Leishmaniasis among HIV Infected Patients: A Systematic Review with Indirect Comparison*, publicado no periódico *Plos Neglected Tropical Diseases* (104 citações). Seus temas principais de pesquisa são leishmaniose e *Schistosoma mansoni*.

Na terceira posição, **Euzenir Nunes Sarno**, Graduada em Medicina pela Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP) (1963), Livre-docente pela UFRJ (1971) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível Sr. Seu artigo mais citado é *Type I Interferon Suppresses Type II Interferon-Triggered Human Anti-Mycobacterial Responses* (209 citações), publicado na *Science*. Em sua constelação temática destacam-se os estudos sobre hanseníase. Em quarto, **Carlos Henrique Nery Costa**, Graduado em Medicina pela UnB (1976), Doutor em Saúde Pública Tropical pela Harvard University (1996) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1C. Seu artigo mais citado é *Urban parasitology: visceral leishmaniasis in Brazil* (102 citações), publicado na *Trends in Parasitology*. Seus trabalhos mais relevantes discutem a leishmaniose.

Em quinto lugar, **Reginaldo Peçanha Brazil**, Graduado em Farmácia e Bioquímica pela UFRJ (1974) e Doutor em Parasitologia pela University of Liverpool (1982). Seu artigo mais citado é *Investigation of the Bacterial Communities Associated with Females of Lutzomyia Sand Fly Species from South America*, publicado na *Plos One* (38 citações). Tem trabalhado com flebotomíneos e leishmaniose. Também na quinta colocação, **Lileia Gonçalves Diotaiuti**, Graduada em Biologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG) (1976), Doutora em Ciências pela UFMG (1991) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1B. Seu artigo mais citado é *Certifying the interruption of Chagas disease transmission by native vectors: cui bono?*, publicado no periódico *Memorias do Instituto Oswaldo Cruz* (56 citações). Os assuntos principais trabalhados são os triatomíneos e a doença de Chagas.

Destacados os pesquisadores principais, evidenciam-se três comportamentos importantes. O primeiro é o papel das mulheres na Meddrop, sendo cada vez mais representativas e importantes

para a produção de conhecimento no campo. Inclusive, sendo protagonistas de grandes avanços. O segundo é o papel das instituições públicas universitárias, de pesquisa e de fomento, que se expressam na *alma mater* dos pesquisadores e no financiamento de suas formações, ao considerar-se que dentre os dez pesquisadores posicionados no ranking, nove apontaram em seus currículos Lattes ter recebido bolsa de uma agência pública de fomento em alguma das fases do seu treinamento (graduação, mestrado e doutorado). No que tange à atuação e formação, as instituições públicas de ensino e pesquisa também predominam, garantindo o funcionamento e a qualidade do Sistema de Ciência, Tecnologia & Inovação que provê o campo das DTN. O terceiro é o progresso da multidisciplinaridade, ao perceber-se que o domínio cada vez mais tem pesquisadores que não são médicos, possuindo biólogos, farmacêuticos, entre outros, o que contribui para o aperfeiçoamento das pesquisas.

CONCLUSÕES

A história da Medtrop brasileira é um capítulo em construção, que recebendo o devido investimento continuará a produzir frutíferos resultados. Essa trajetória capitaneada intelectualmente por pesquisadores da Medicina, hoje, vivencia um contexto de alta pluralidade, em que outros campos ajudam a pensar soluções para as DTN, exercendo a interdisciplinaridade e fortalecendo as equipes de trabalho, tanto no aspecto intelectual como técnico.

Reforça-se a necessidade de empenho e dedicação em prol da manutenção deste sistema formativo e de excelência em pesquisa, orgulho do Brasil para o mundo, assegurando a continuidade da magnífica trajetória brasileira no plano das DTN. Dentre as motivações dos pesquisadores envolvidos no campo, nota-se um forte componente ideológico, motivado pelo preocupante panorama crítico do Brasil em relação às DTN, que atrai sujeitos para a arena pública, mesmo com o segmento privado sendo financeiramente mais atrativo.

Apesar da erradicação de um conjunto significativo de doenças, atualmente, têm-se uma configuração que exige cuidados, sobretudo, nas regiões do Brasil em que o conjunto de condições para a proliferação das DTN se satisfaz. Assim, defende-se que uma nação que deseja ter um porvir, precisa atentar, conhecer e respeitar o seu passado, conduzindo-se a uma reflexão crítica que dê subsídio à construção de um horizonte próspero e de esperança para a sua população, em especial, reconhecendo o papel do Sistema Único de Saúde (SUS), central na prevenção e tratamento das DTN, fruto de um progresso histórico que precisa ser aperfeiçoado e não destruído.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marta de. A criação da cátedra de medicina tropical no Peru e no Brasil. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 355-376, abr./jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 jan. 2020
- BENCHIMOL Jaime Larry et al. Adolpho Lutz e a história da medicina tropical no Brasil. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 287-298, jan./abr. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 jan. 2020
- BERNARDES FILHO, Fred, AVELLEIRA, João Carlos Regazzi. Henrique da Rocha Lima. **An. Bras. Dermatol, Rio de Janeiro**, v..90, n..3, p. 363-366, maio/Jun., 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0365-05962015000300363&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 jan. 2020
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; 1900.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1997.
- BRITTO, Antonio Carlos Nogueira. **A Medicina baiana nas brumas do passado**. Salvador: Contexto e Arte Editorial; 2002
- BRITTO, Nara. **Oswaldo Cruz**: a construção de um mito na ciência brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 1995.
- CHAGAS FILHO Carlos. **Meu pai**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz; 1993.
- CHAGAS, Carlos. Aula inaugural da cadeira de medicina tropical - 14 setembro de 1926. In: CHAGAS, Carlos. **Discursos e conferências**. Rio de Janeiro: A Noite, 1935.
- COUTINHO, Amélia. Verbete: Artur Neiva. In: **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. 2015. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/neiva-artur>. Acesso em: 5 jan. 2020.
- CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. **A universidade temporária**: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- DUARTE, Zeny et al. El acervo archivístico de la primera facultad de medicina del Brasil: introducción de las TIC en archivos. In: VALSS, Modesto Fabra, BIASCO, José Luis, editors. **El documento electrónico aspectos jurídicos, tecnológicos y archivísticos**. Castelló de La Plana, Es; 2008. p. 383-397.

EDLER, Flavio Coelho. Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 357-385, maio/ago. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702002000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 jan., 2020

FRAIHA NETO, Habib. O centenário de nascimento de Gaspar Vianna. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop.**, Uberaba, v.19, n..2, p. 111-113, abr./jun., 1986

FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DOUTOR HEITOR VIEIRA DOURADO. Quem somos. 2011. Disponível em: <http://www fmt am gov br/layout2011/diretoria/quemsomos.asp>. Acesso em: 5 jan. 2020

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A trajetória do médico dedicado à ciência**. 2018.

Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/trajetoria-do-medico-dedicado-ciencia>. Acesso em: 5 jan. 2020

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Pesquisa e Ensino, 2019. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pesquisa-e-ensino>. Acesso em: 5 jan., 2020.

GO SOUTH, young scientist: an emerging power in research. The Economist; 2011.

GONZÁLEZ-ALCAIDE, Gregório et al. Scientific authorships and collaboration network analysis on Chagas disease: papers indexed in PubMed (1940-2009). **Rev. Inst. Med. trop. S. Paulo**, v. 54, n. 4, p. 219-228, jul./ago, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0036-46652012000400007&lng=en. Acesso em: 5 jan. 2020

HO, Yuh-Shan, SIU, Evelyn, CHUANG, Kun-Yang. A bibliometric analysis of dengue-related publications in the Science Citation Index Expanded. **Future Virology**, v. 11, n. 9, p. 631-648, 2016.

INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL. O Instituto. 2019. Disponível em: <http://www.imt.usp.br/imtsp/>. Acesso em: 5 jan. 2020

INSTITUTO OSWALDO CRUZ. Dr. Gaspar de Oliveira Vianna. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p. 1-3, 1914. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0074-02761914000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 jan. 2020

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro, CHAVES, Leandra, BARROS, Rodolfo. A “Escola Tropicalista” e a Faculdade de Medicina da Bahia. Gazeta Médica da Bahia, Salvador, v. 78, n. 2, p. 86-93, 2018. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/971/950>. Acesso em: 5 jan. 2020

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. **Juliano Moreira da Bahia para o mundo**: a formação baiana do intelectual de múltiplos talentos (1872–1902). Salvador, Bahia: Edufba; 2019.

MARTINELLI, Maria de Fátima Mendes. **Comunicação científica em saúde**: a Gazeta Médica da Bahia no século XIX. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidades) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014

OLIVEIRA, Eduardo de Sá. **Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, concernente ao ano de 1942.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992.

OLIVEIRA, Shirley Soares de et al. Diagnóstico dos problemas operacionais das estações de tratamento de esgoto das unidades prisionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte, MG. **Sustentare**, Três Corações, v. 1, n. 1, p. 93-107, ago./dez. 2017. Disponível em: http://periodicos.unincor.br/index.php/sustentare/article/view/4375/pdf_6. Acesso em: 5 jan. 2020

PEARD, Julyan G. Tropical Disorders and the Forging of a Brazilian Medical Identity, 1860-1890. **Hispanic American Historical Review**, v. 77, n. 1, p. 1860-1890, fev., 1997.

PEREZ-CABEZAS, Verônica et. al. Guillain-Barre syndrome and Zika infection: identifying leading producers, countries relative specialization and collaboration. **FEMS microbiology letters**, v. 5, n. 366, 2019.

RAMOS, José M., GONZÁLEZ-ALCAIDE, Gregório, BOLAÑOS-PIZARRO, Máxima. Bibliometric analysis of leishmaniasis research in Medline (1945-2010). **Parasites & Vectors**, v. 6, n. 55, p. 1-14, 2013. Disponível em: <https://parasitesandvectors.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/1756-3305-6-55> Acesso em: 5 jan., 2020

SANTOS, Adailton Ferreira dos. Escola Tropicalista Baiana: registro de uma nova ciência na Gazeta Médica da Bahia (1866-1889). 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCHWEICKARDT, Júlio César, LIMA, Nísia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, supl., p. 15-50, dez., 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000500002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 jan. 2020

SCOTT, Henry Harold. **A history of tropical medicine:** based on the Fitzpatrick lectures delivered before the Royal College of Physicians of London. Londres: Edward Arnold & Co, 1939.

SILVA LIMA, José F. Estudo sobre o “ainhum”, moléstia ainda não descrita, peculiar à raça etiopica e afetando os dedos mínimos dos pés. **Gazeta Médica da Bahia**. Salvador, v. 1, p. 146-151, 1867

SILVA, André Felipe Cândido da. A trajetória científica de Henrique da Rocha Lima e as relações Brasil-Alemanha (1901-1956). 2011. 839f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011

SILVA, André Felipe Cândido da. A trajetória de Henrique da Rocha Lima e as relações teuto-brasileiras (1901-1956). **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, n.2, p. 495-509, abr./jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 jan. 2020

SMITH, Sydney. Art. II. In: WATERTON, Charles. **Wanderings in South America, the north-west of the United States and the Antilles:** in the years 1812, 1816, 1820 & 1824. 3. Ed., London: B. Fellowes, Ludgate Street, 1826, p. 299-314

SOBRAL, Natanael Vitor. **Pesquisadores em Doenças Tropicais Negligenciadas no Brasil:** produção científica e convergências com o plano nacional de saúde (2016 a 2019). 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SOBRAL, Natanael Vitor; MIRANDA, Zeny Duarte de; SILVA, Fabio Mascarenhas e. Estratégia para a recuperação de informação científica sobre as doenças tropicais negligenciadas: análise comparativa da Scopus, Pubmed e Web of Science. **Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud.** v. 29, n. 1, p.74-91, 2018. Disponível em: http://scielo.sld.cu/pdf/ics/v29n1/a6_1179.pdf Acesso em: 5 jan., 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA TROPICAL. A SBMT. 2019. Disponível em: <https://www.sbmt.org.br/portal/>. Acesso em: 5 jan. 2020

STEPAN, Nancy Leys. Medicina tropical e saúde pública na América Latina. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v..4, n..3, p. 598-609, nov., 1997

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. História da Faculdade de Medicina. 2020. Disponível em: <https://www.medicina.ufrj.br/pt/conteudos/paginas/historia/principal#top-page-anchor>. Acesso em: 5 jan. 2020

VALLE, J. R. Subsídios a História da ‘Gazeta Médica da Bahia’. **Brasiliensia Documenta**, v. 9, p. 1-9, 1974

VARELA, Alex, VELLOSO, Verônica Pimenta. Escola Tropicalista Baiana. In: **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. 2015. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/esctroba.htm>. Acesso em: 5 jan. 2020.

WÜCHERER, Otto Edward Henry. Notícia preliminar sobre vermes de uma espécie ainda não descrita, encontrados na urina de doentes de hematúria intertropical no Brasil. **Gazeta Médica da Bahia**. Salvador, v. 3, p. 97-99, 1868.

WÜCHERER, Otto Edward Henry. Sobre a hematúria no Brasil. **Gazeta Médica da Bahia**. Salvador, v. 4, p. 39-86, 1869.

Recebido/ Received: 01/05/2020

Aceito/ Accepted: 20/05/2020

Publicado/ Published: 27/05/2020



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0)

ESCRITA DE SI E O RELACIONAMENTO CONJUGAL

SELF-WRITING AND CONJUGAL RELATIONSHIP

Edny Anderson Bezerra Coutinho

Graduado em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1722-0566>. E-mail: ednyanderson10@gmail.com

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

Docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB) e em Organizações Aprendentes (MPGOA/UFPB) e dos Cursos de Graduação em Arquivologia e Biblioteconomia, todos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Letras e Mestre em Ciência da Informação ambos pela UFPB. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6836-3102>. E-mail: bernardinafreire@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo geral analisar o conjunto de quinze cartas manuscritas em papel, extraídas do arquivo familiar, trocadas entre Abdias Bezerra da Silva e Edite Freire da Silva, entre os anos de 1945 e 1946, à luz da escrita de si. Esta é entendida neste texto enquanto exercícios de escrita íntima que funcionam como matéria-prima para compreender as relações amorosas considerando o período histórico em tela, bem como um modo de indagar as formas de subjetividade a partir do exercício da escrita de si para si e de si para outros. Constitui-se, pois, um mecanismo confessional nas relações entre homens e mulheres do referido período, capaz de delinear, em seus escritos, desejos, paixões e aspirações.

Palavras-chave: Escrita de si. Cartas. Arquivo familiar. Confissões de si.

ABSTRACT

This article aims to analyze the set of fifteen handwritten letters on paper, extracted from the family archives, exchanged between Abdias Bezerra da Silva and Edite Freire da Silva, from 1945 to 1946, in the light of their self-writing. This is understood in this text as intimate writing exercises that work as a raw material to understand love relationships considering the historical period on screen, as well as a way of inquiring about forms of subjectivity from the exercise of writing from one to oneself and from yourself to others. It constitutes, therefore, a confessional mechanism in the relations between men and women from that period, capable of delineating, in their writings, desires, passions and aspirations.

Keywords: Self-writing. Letters. Family archive. Self-confessions.

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: Esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta.

O que ela quer da gente é coragem
(ROSA, 1994, p. 449).

1 INTRODUÇÃO

Sua carta só me alcançou há poucos dias. Quero lhe agradecer por sua grande e amável confiança. Com toda devoção e toda simpatia,

(Rainer Maria Rilke, Paris, 17 de fevereiro de 1903)

Este fragmento de uma carta de Rainer Maria Rilke (2006), publicada na obra “Cartas a um jovem poeta”, constitui-se significativo para introduzir este artigo, levando-nos de volta ao passado trazendo à memória as práticas de comunicações familiares mediadas pelas cartas, tendo o carteiro como seu entregador.

As lembranças do passado tomam força quando nos deparamos com um conjunto de quinze cartas trocadas entre um jovem casal em meados do século XX, e, preservadas pela família, despertando o interesse e escolha pelo gênero epistolar. Ao ver as cartas do século passado, recordamo-nos do olhar de surpresa ou mesmo de curiosidade que era expresso por quem as recebia. Atitudes que parecem divergir das relações na sociedade contemporânea,¹ cuja marca são as relações pessoais mediadas pelas Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDCIs), como afirma Castells (2000, p. 17), ao referir-se à sociedade da informação,

A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico, por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e pela individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado.

Para o autor, a sociedade da informação encontra-se conectada por redes telemáticas que configuraram a nova morfologia social, modificando processos produtivos, experiências humanas, bem como a forma de comunicação entre os sujeitos.

Frente a essa sociedade em rede, as cartas nos moldes do século passado parecem ganhar, de acordo com Andrade e Oliveira (2015, p. 2), “nostalgicamente o estatuto de relíquia familiar”. Para outros, nem mesmo essa condição, afirmativa empiricamente perceptível nas feiras de antiguidades, onde nos deparamo-nos com conjuntos de cartas de pessoas desconhecidas postos à venda, à espera de algum interessado no gênero. Nesse

¹ Para fins deste artigo, adotamos o termo sociedade contemporânea como sinônimo de sociedade da informação na perspectiva de Castells (2000).

entendimento, de acordo com Carvalho (2005, p. 21), o gênero epistolar é caracterizado por subgêneros, a exemplo de:

[...] a carta comercial, a carta administrativa, a carta oficial, a carta de amor, a carta aberta, a carta precatória, a carta de presidiário, de suicida, etc. Pela denominação de cada subgênero, nota-se a adoção de critérios distintos de classificação: a carta comercial e a carta administrativa, por exemplo, parecem considerar o critério da atividade social em que se dá a comunicação verbal (conforme indicam os adjetivos “comercial” e “administrativa”); a carta de amor, por outro lado, parece contemplar o conteúdo temático veiculado (expresso pela locução adjetiva “de amor”); a carta aberta é denominada dessa maneira em razão do destinatário (“aberta” ao público em geral [...]; e assim por diante.

Utilizamos como corpus analítico um conjunto de quinze cartas configuradas na subcategoria *cartas de amor* que, apesar de guardadas como relíquias familiares, representam também documentos que integram os espaços privados e privativos familiares compondo documentos dos arquivos de famílias ou mesmo os arquivos pessoais. Analisar as cartas, de certo modo, consiste numa espécie de mergulho de si mesmo dos missivistas, considerando Tanselle, citado por Cox (2017, p. 257), que “o artefato tem sua própria história para contar”. Nesse sentido, as cartas amareladas pelo tempo, para além do discurso, possuem outros sentidos, que as concebemos como espaço de recordação na concepção de Assmann (2011).

Como procedimento analítico, adotamos os pressupostos da escrita de si que, de acordo com Foucault (1992), está associada à autorreflexão de si, o pensar sobre si numa espécie de ato confessional. Araújo (2011, p. 8), ancorado na perspectiva foucaultiana, afirma que a escrita de si “constitui o próprio sujeito, constrói a noção de indivíduo”, uma espécie de modalidade autobiográfica. Nessa perspectiva, os escritos das cartas se revelam como uma autobiografia do romance vivido e dividido entre Abdias e Edite, personagens que impulsionaram revisitá o passado familiar inscrito no tempo e espaço, associado aos princípios da história oral de vida, coletadas por meio dos depoimentos familiares de pessoas que conviveram com o casal.

Nesse viés, Bertaux (1980), citado por Oliveira (2017, p. 409), assegura que “o pesquisador nem sempre pode confirmar a autenticidade dos fatos, pois neste caso ele leva em consideração o ponto de vista de quem está narrando”. No caso em tela, as lembranças de vida foram extraídas a partir de depoimentos de familiares anotados em cadernetas de campo.

2 ESCRITA ÍNTIMA, CONFISSÕES DE SI

*Uma carta uma brasa através
por dentro do texto
nuvem cheia da minha chuva
cruza o deserto por mim
a montanha caminha
o mar entre os dois
uma sílaba um soluço
um sim um não um ai
sinais dizendo nós
quando não estamos mais.*
 (Leminski, 1996, p. 35)

O estudo de cartas no campo da Ciência da Informação tem sido recente e ainda pouco explorado. Essa assertiva pode ser pensada a partir dos trabalhos apresentados nos GTs da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ANCIB), onde identificamos o trabalho de Andrade e Oliveira (2015) a partir da concepção *de informação epistolar*, extraída da dissertação de Andrade (2014, p. 45), ao concebê-la como:

Um conjunto de enunciados que expressa testemunhos, desabafos. Sentimentos, confissões, desamores, amizades, negócios, histórias de vida, situadas no tempo, espaço e movimento, determinados socialmente, designados por um destinatário, quer seja este real ou imaginário, passivos de significação e interpretação.

Seguindo esse mesmo entendimento, compreendemos ainda a carta como um espaço de memória, uma vez que os escritos registrados são também uma espécie de ato confessional de uma dada realidade social, traduzida por meio da escrita tensa, recheada de afetividade, de amizades e subjetividades que nos é dada a ler (CAMARGO, 2000).

No caso em especial, as cartas de amor, segundo Andrade (2014), são escritos que registram sentimentos, declarações, ajudam a diminuir a saudade, uma espécie de espaço de recordação e confissão de si, confissão de sentimentos.

Nesse ato confessional, os missivistas se desnudam, ainda que consideremos a época. Esses no afã de expressar sua paixão ou sentimento deixam transparecer por meio da escrita os sentidos do momento. Por outro lado, há que ressaltar que ao registrar fatos e sentimentos, o missivista também traz à tona nomes de pessoas que testemunharam os fatos narrados.

Nesse sentido, a carta se coloca enquanto espaço de recordação individual e coletiva, ao referir-se ao tempo, espaço, envolvendo pessoas, ações e sentimentos.

Nesse caso, trata-se de cartas encontradas no arquivo privado da família Bezerra. Papéis, embolorados, que sobreviveram ao tempo por meio do esquecimento. Para fins desse arquivo, adotamos a compreensão de arquivos de família na concepção de Gonçalves, Guimarães e Peixoto (1996, p. 24-25), ou seja,

Um [...] espaço multifuncional, em que por um lado funciona a lógica da gestão dos assuntos correntes da família e por outro os interesses pessoais de cada um dos indivíduos que a constitui [...]. Podemos considerar que o Arquivo de Família vai dar lugar a vários arquivos pessoais, e não já a um conjunto documental que tem um carácter generalizante a toda a família.

Neste particular, as cartas trocadas entre Abdias e Edite se constituem, portanto, um fragmento não generalizante da família Bezerra.

2.1 (RE)LENDÔ CARTAS

As cartas em análise originam-se da relação amorosa entre Abdias Bezerra da Silva e Edite Freire Correia. Todavia, as missivas aqui analisadas foram escritas por Abdias, enviadas para Edite e por ela preservadas. Entretanto, no baú familiar não foi encontrada nenhuma carta dela para ele. Pode-se, pois, inferir que ela preservou apenas as cartas recebidas dele, não deixando registros de suas próprias confissões.

Nascido no início do século XX, Abdias era um jovem negro de origem humilde que nascera na cidade de Timbaúba, município do estado de Pernambuco, no Nordeste do Brasil, no ano de 1904. Filho dos ex-escravos Manoel Bezerra da Silva e Maria Bezerra da Silva, esta que havia recebido do filho Abdias a promessa de que ele não se casaria enquanto ela estivesse viva, e assim aconteceu.

Abdias trabalhava para seu irmão Severino Bezerra, conhecido por Severino Campina, na área da construção civil. Registra-se nas memórias familiares que Abdias sofrera um acidente vindo a cair da carroceria do caminhão, ocasionando um sério trauma em sua bacia. Por conseguinte, isso o fez usar bengala até o seu último dia de vida, porém o acidente não o afastou do seu trabalho, de pedreiro, por muito tempo.

Apesar de ter estudado apenas o ensino básico, era amante da leitura e da boa música. Ainda jovem, tocava pandeiro em rodas com amigos e representava bem a figura do homem pouco letrado que vivia num país de poucas oportunidades, marcado por uma grande segregação racial.

Abdias, em sua juventude, meados da década de 1930, testemunhou um país marcado por momentos de incertezas e instabilidade social e política com a implantação no país do Regime Constitucional Democrático, bem como greves e ameaças de golpe, momento em que ocorria o declínio dos senhores do café e a ascensão da burguesia industrial.

Eram crescentes as massas de desempregados que vagavam pelas cidades e campos em busca de uma solução do Estado. Vivendo nesse contexto, o jovem Abdias ganhava sua vida na construção civil que era uma das áreas de trabalho composta, em grande parte, por negros, conforme afirmam Oliveira e Oliveira, (2015, p, 2)

As cidades no Brasil no decorrer do espaço tempo, sobretudo o período de 1870 a 1930, não pode ser interpretado e observado sem a história do protagonismo da população negra. Esta população, durante a sociedade escravagista, as três primeiras décadas do século XX e, principalmente no decorrer do século passado, foi responsável por todo tipo de trabalho, no campo e na cidade. Homens e mulheres negras edificaram e cimentaram as bases do desenvolvimento e da hierarquia socioeconômica do país e das principais cidades brasileiras, por exemplo, as cidades de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

Apesar do espaço e tempo vividos por Abdias, a família testemunhou que ele sempre mencionava o apoio recebido de um amigo, o senhor Rocino²”, que ele o considerava o melhor de todos. Amizade essa que perdurava desde o tempo da juventude de Abdias. Rocino expressava o desejo de vê-lo bem-casado e tendo a oportunidade de recomeçar uma nova vida ao lado de alguém que o amasse e cuidasse dele. À época, Abdias já beirava os 40 anos de idade, cujo ano de nascimento foi 1906, e ficara sozinho após o falecimento de sua mãe.

Senhor Rocino era mascate e ganhava a vida viajando pelas pequenas cidades de Pernambuco e Paraíba vendendo tecidos de porta em porta. Nessas viagens, costumava ir à capital da Paraíba, que já recebera o nome de João Pessoa, onde conhecera a jovem Edite, de 20 anos, uma das suas clientes, que, por sua vez, era dona de uma formosura singular. Seus cabelos pretos lisos, levemente ondulados, contrastavam com a sua alva pele, porém seu charme estava no jeito simples, educado e discreto de lidar. No retorno de uma dessas viagens, ele chamou Abdias e disse: “Taí Abdias! Encontrei a mulher que vai casar-se com você e te fazer feliz até a morte”, confessa. De volta à Timbaúba e

² Não foi possível, durante a pesquisa, a identificação exata do nome e sobrenome do Mascate.

imbuído de fazer o amigo feliz, convida-o a ir com ele para João Pessoa conhecer a jovem Edite. E assim o fez.

Edite era a mais nova dentre quatro irmãos, filha do seu Antônio Joaquim Freire Correia, que era um senhor português amoroso, e dona Joana Freire Correia que viria a falecer quando Edite tinha ainda quatro anos, momento em que sua irmã Jaira passou a assumir a responsabilidade de sua criação junto com seu Antônio.

Jaira sempre reiterava o compromisso familiar de cuidar de Edite até que ela encontrasse um bom casamento. Por sua vez, Abdias, dominado pelo desejo de conhecer a mulher que viria a ser sua até a morte e mãe de seus 6 filhos, viajou de Timbaúba até João Pessoa. Foi paixão à primeira vista, relatam os familiares.

Ao conhecê-la, estava convicto que havia encontrado a razão da sua vida. Pediu a sua mão em casamento e retornou à cidade de Timbaúba, deliberadamente com mais afinco, retomando o trabalho de pedreiro. A partir daí, envolvido pelo avassalador sentimento da paixão, regado ao tormento da saudade que a distância trazia, Abdias escreve a primeira carta à sua “idolatrada e adorada Edite”, em 22 de junho de 1945.

Aquela novidade causava um misto de medo e esperança em Edite. Ela vinte anos mais jovem que ele, vivenciando um momento, o qual não planejara nada do que estava lhe acontecendo. Todavia mais assustados e surpresos ficaram dois de seus três irmãos: Júlia e Milton. Eles afirmaram que Edite mancharia o nome da família caso aceitasse casar-se com Abdias, um homem negro, pobre, pedreiro e com deficiência aparente.

Enquanto os irmãos marcavam pressão sobre a mais jovem dos irmãos, que se mantinha firme no ideal desse amor, novas cartas chegavam e, cada vez mais, Edite era envolvida na relação, que, em princípio, pertencera apenas a Abdias.

Contrariando a vontade familiar, ficaram noivos e após 10 meses de relacionamento, a contar da data da primeira carta, cujo último registro data de 04 de maio de 1946, casaram-se e foram morar na cidade de Timbaúba no estado de Pernambuco.

Durante o período de noivado e correspondência, Edite enfrentou pai e irmãos, passando, na visão familiar, a manter atitudes agressivas, chegando a um determinado momento, a defender seu amor com um “*chute entre as pernas*” do seu irmão Milton, que vivia a provocá-la, com insultos sobre o seu noivado, diferentemente da irmã primogênita Jaira que mantinha a promessa de cuidar da irmã mais nova.

Cresci ouvindo comentarem o quanto elas eram amigas. Na minha infância, lembro quando frequentemente minha avó Edite carinhosamente me convidava para ir com ela fazer uma ronda, assim é como ela se referia quando ia visitar

sua irmã. Caminhávamos mais ou menos uns oito quilômetros até a casa da Tia Jaira que residia na Avenida Centenário em Cruz das Armas. Saímos do bairro Jardim Bom Samaritano, atravessando o rio Jaguaribe e seguindo pela Rua do rio. O percurso era longo, mas sempre as boas conversas abreviavam o caminho, muito atento às paisagens, me chamava atenção duas gigantescas palmeiras imperiais que ficavam juntas à direita do caminho numa singela casa de taipa. Ali sabíamos que estávamos chegando na metade do destino. (Edny, 2018)

A ligação entre as duas irmãs perdurou durante toda vida até o falecimento de Jaira, em março de 2001. Menos de dois meses depois, de forma repentina, Edite também fizera a passagem. Como afirmou o escritor João Guimarães Rosa em seu discurso de posse³ na Academia Brasileira de Letras, em 16 de novembro de 1967: "Sobe a luz sobre o justo e dá-se ao teso coração alegria! - desfere então o salmo. As pessoas não morrem, ficam encantadas".

No ano anterior, havia recebido o convite da minha avó para morar com ela, apenas nós dois. Eu tinha 15 anos e sabia que não poderia negar o pedido dela, pois tínhamos um elo muito forte e sentia que ela precisava de mim e eu dela, além do mais, seus cafunés, solfejos de hinos cristãos, as "estórias de Trancoso" e seu tempero me faziam muita falta.

Foi então que num dia comum, estávamos juntos organizando o guarda-roupa quando ela retirou de dentro um envelope amarelado contendo as cartas do meu avô. Fiquei apavorado de emoção quando vi e toquei naquela relíquia. Nunca havia tomado conhecimento que essas existiam. Nesse momento, minha avó perguntou: "você quer? Pois, enquanto vida eu tiver, estará aqui, quando eu me for serão suas", sem ritual nem recomendações. Desde então as guardo comigo. Sabendo quão valiosos são esses documentos para a família, decidi preservá-los a fim de garantir sua integridade e através desses, poder ressignificar a memória familiar, bem como permitir às futuras gerações informações sobre as suas origens.

Hoje as cartas encontram-se em minha residência numa caixa em cruz de papel alcalino, livre de ácidos e lignina, sem fibras recicladas nem branqueadores. Estão separadas entre si por um papel A4 e há perspectivas de restaurar as que carecem de intervenção.

³ Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/joao-guimaraes-rosa/discurso-de-posse>

3 NAS ENTRELINHAS DE UMA PAIXÃO: CONFISSÕES DE SI

Quanto faças, supremamente fazes.
Mais vale, se a memória é quanto temos.
Lembrar muito que pouco.
E se muito no pouco te é possível,
Mais ampla liberdade de lembrança.
Te tornará teu dono.
(PESSOA, 1994, p. 139)

Na época em que se conheceram e se apaixonaram, era comum a escrita de carta. Casais apaixonados registravam suas emoções em papéis perfumados. Amigos e parentes que se encontravam distantes se aproximavam por meio das saudosas linhas a fim de aliviar as dores que a saudade trazia.

Conforme confessou o carteiro aposentado Severino José da Silva, no Programa Bom Dia Pernambuco, 2012:

Naquela época era bem diferente, o sol não se escondia atrás dos prédios. Hoje quando o carteiro chega, tem gente que acha ruim. Acreditam que receberão cartas de cobrança. Antigamente acontecia ao contrário. A nossa chegada era motivo de festa, éramos recebidos com alegria, pois todos sabiam que trazíamos nas mãos uma carta com notícias de alguém querido.

Para uma melhor compreensão do desenvolvimento dessa relação entre Abdias e Edite, adotamos, para fins de análise, a ordem cronológica das missivas, levando-nos a compreendê-las no tempo e espaço, bem como as mudanças de tratamento entre os correspondentes.

Timbaúba 22 de Junho de 1945

Muitas saudades

Minha idolatrada, A paz de nosso Sr. Jesus seja contigo e com os teus.

Com o coração cheio de alegria escrevo-te estas saudosas linhas, fazendo preces ao todo Poderoso que vos ampare como seu braço protetor. Edite, foi para mim uma surpresa quando com você conversava, disse que iria aí no outro dia mas depois que cheguei em casa fui forçado terminar a vir por motivo justo, muito embora Deus sabia da minha vinda, longe como estou da tua presença, mas, confiante em Deus e na tua nobre pessoa, espero sermos felizes com o auxílio do Senhor.

Espero ansioso sua resposta, muitas recordações para tu e os teus. Breve estarei ai. Com muitas saudades me subesco.

Sempre teu,

Abdias Bizerra

Não se pode afirmar que esta seja a primeira carta escrita por Abdias para Edite. Mas trata-se do primeiro registro contido nos arquivos de família. Nesse registro, o

missivista parece querer fundamentar sua relação numa aproximação com o sagrado, em razão da presença marcante de um discurso fortemente religioso evocando por cinco vezes “Deus ou Senhor Jesus Cristo”, colocando-os como protetores supremos da amada. Nesse sentido, ele ainda que timidamente deixa transparecer o sentimento dele e seu desejo ao afirmar: “Minha idolatrada; coração cheio de alegria; saudosas linhas; espero sermos felizes; Breve estarei ai, e acrescenta: Com muitas saudades; Sempre teu”.

Timbaúba 6 de setembro de 1945

Saudações fraternal,

Extremosa e adorada Edite, ao longe abraço-te. Em dado momento que me acho sempre melhor e pego nesta humilde pena para dar-te as minhas notícias como também receber as tuas. Edite, eu já estou impressionado porque faz 15 dias que lhe escrevi e você não me respondeu, será porque fazem 3 meses que vim e não foi possível ir ainda? Oh! Já estais esquecida de mim? Digo, o motivo você sabe, pois vou com 25 dias que fui acidentado agora é que vou melhor.

Sim! Já não te mandei dinheiro para você ir comprando alguma cousa porque tenho feito despesas com você já está ciente. Enquanto as alianças, não tenha cuidado, já estão prontas, mas, só irão comigo, como também mande o número que calça para eu mandar fazer o sapato. Minha filha, só me falta para casa as louças, isto porque adoeci. Espero em Deus ir em breve para melhor acertar o nosso plano se Deus quiser. Olhe, não me faça esperar muito, tenho fé em Deus que realizaremos o nosso desejo.

Com muitas saudades tua termino esta, abraço-te,

O teu noivo que nunca esquecerá de ti,

Abdias B. da Silva.

Em uma segunda carta, com aproximadamente três meses de distância, pode-se observar que Abdias aumenta seu desejo de enlace matrimonial com Edite, embora de modo delicado reclame do silêncio dela que, no decorrer de quinze dias, não escreveu para ele. Revela sua angústia e saudades, porém deixa claro que não pode ir vê-la em razão de um acidente que o afetara. Todavia, o fato não o afastou de seu objetivo tanto que afirma ter comprado os objetos para a casa em que morariam após o casamento, a compra das alianças e ainda pede o número para que providencie os sapatos de casamento.

Apesar de tratar de assuntos mais materiais e de saúde, Abdias deixa transparecer, mais uma vez, a vinculação pessoal com o sagrado ao registrar: “Espero em Deus ir em breve para melhor acertar o nosso plano se Deus quiser”. E conclui declarando-se a Edite ao dizer: “Com muitas saudades tua termino esta, abraço-te, O teu noivo que nunca esquecerá de ti”.

Timbaúba 21 de outubro de 1945

Fraternal saudades minha idolatrada Edite coração pulsando dentro do peito por estar separado de tu. Passo a te endereçar estas saudosas linhas avisando-te da minha alegria por saber que estais em pleno estado de saúde. Minha filha, posso dizer-te que ainda não é possível ir este mês devido está aproveitando os 25 dias que passei doente, muito embora tenha perdido muita noite de sono em pensar em tu, desejo muito ser transformado numa ave para pousar em teus carinhosos braços. Filhinha, tenha paciência que não sou de mero seu noive e que espero em Deus desaparecer estas nossas saudades.

Não esquecerei de ti um só instante minha santa, vai aí a aliança, por que eu, como já disse, não posso ir agora, sei que tenho de ir esses dias, como também peço-te que me perdoai as tristezas que tiveste em te contar o sonho, não foi te julgando, não pense isto de quem tanto confia em tua pessoa, só Deus é sabedor das minhas dores por me achar longe de quem é minha imagem. Aceita filhinha os meus sinceros agradecimentos e estima do meu peito, e um abraço de longe já que pessoalmente não posso ir.

O teu inesquecível noivo que muito te preza, Abdias B. Silva

Ao que tudo indica, Edite responde à carta de Abdias que declara expressamente seu encantamento pela jovem e a saudade que carrega no peito, ao afirmar: “Edite coração pulsando dentro do peito por estar separado de tu. Passo a te endereçar estas saudosas linhas avisando-te da minha alegria por saber que estais em pleno estado de saúde”. As formas carinhosas como passa a reportar-se à Edite parecem revelar um aprofundamento da relação, a exemplo de expressões como: “Minha filha; Filhinha; pousar em teus carinhosos braços; minha imagem. Abdias parece preocupar-se em não desapontar que há dias não a vê e deixa claro que a distância apenas aumenta a paixão.

Timbaúba 15 de dezembro de 1945

Fraternal saudades,

Prezada noiva saúde é o que desejo-te, através destas curtas linhas aviso-te que vai ai um sapato e um corte de seda. Responda-me se recebeu.

Enquanto minha ida, só depois deste mês, se Deus quiser quando estiver próximo eu lhe aviso antes.

Outro sim! Eu minha filha, estou um pouco doente, mas, contudo, estou trabalhando, pois não findas janeiro sem fazer este casamento se Deus quiser e acho que já estou demorando demais. Aqui termino.

Aceita as minhas saudades e abraço-te de longe. Lembranças à todos.

O teu ausente noivo que muito te quer, Abdias B. da Silva

Aproximadamente dois meses depois, mais uma vez, Abdias escreve para Edite. Em uma curta comunicação, divergindo das demais, ele justifica a sua ausência em razão de problemas de saúde, mas reitera o desejo pelo enlace e a provável data que este acontecerá. Mesmo de forma discreta, ele cobra-se pelo fato de ainda não ter realizado o casamento ao afirmar: “Outro sim! Eu minha filha, estou um pouco doente, mas, contudo, estou trabalhando, pois não findas janeiro sem fazer este casamento se Deus quiser e acho que já estou demorando demais”. Apesar de ainda encontrar-se convalescente, ele parece inconformado por já não ter realizado o matrimônio, tanto que envia o sapato e o tecido que Edite se utilizaria para fazer seu vestido de casamento.

Timbaúba, 28 de Janeiro de 1946

Tudo está pronto!

Eu acredito que meu coração está dentro do teu, pois tu és minha vida, tu és minha respiração, és em fim o meu tudo em minha vida. Aceita minha querida filhinha, as expressões sinceras e beijos que vão por meio desta que envio.

O teu sincero noivo que tanto te ama, até nestes dias se Deus quiser.

Do teu ausente, Abdias B. da Silva

As missivas revelam-se um tanto quanto esparsas. Provavelmente, isso ocorre em razão de não dispormos das cartas escritas por Edite em resposta às confissões de Abdias, tanto que entre dezembro e janeiro passaram-se quase 30 dias sem que se falassem. Porém, na carta datada de 28 de janeiro de 1946, Abdias declara, enfaticamente, seu amor por Edite ao dizer: “Tudo está pronto! Eu acredito que meu coração está dentro do teu, pois tu és minha vida, tu és minha respiração, és em fim o meu tudo em minha vida”. Adotando a expressão tu és, Abdias deixa claro o significado dela para ele, dando uma conotação de entrega total que denota uma existência agregada a outro ser, ficando apenas na intensidade entre eles.

Timbaúba 13 de abril de 1946

Prezada noiva saúde e mil felicidades é o que desejo-te junto aos teus.

Minha filha, tendo recebido tua carta no dia 7 deste, e estando trabalhando fora, hoje foi que tive ocasião de te responder, pela qual peço mil desculpas. Minha filha, vai o meu registro e a carteira de identidade, filhinha você pague o casamento e o resto é seu. Olhe, eu pedi licença e se chegar no dia 18 eu chegarei aí no dia 20 como prometi, se Deus quiser, para conversar

pessoalmente com o sr. Basto. Outro sim, as saudades são demais. Tenho sofrido muito por tu não estar ainda comigo, mas, está sim o nosso dia, se Deus quiser, se aproximando. Sem outro assunto, aceita um efusivo beijo do teu inesquecível noivo que muito te quer. Lembranças a todos que por mim perguntar, como também a Jaira. Peço que entregue esta a teu pai.

Sem mais, por agora, o teu e sempre teu, Abdias B. da Silva

Enquanto nas cartas Abdias tem se mostrado muito mais voltado para a relação particular do casal, na carta datada de 13 de abril de 1946, ele envolve outras pessoas que passaram a fazer parte da relação dos dois, a exemplo de senhor Bastos, Jaira e, ainda, pede que ela comunique a confirmação do casamento ao seu pai e envia-lhe os recursos para custear os banhos cartoriais, tornando possível a realização do sonho de ambos, o casamento.

Timbaúba 4 de maio de 1946

Fraternais saudades tua filhinha, tendo recebido tua memorável e feliz carta, a qual me deixou deveras regozijado por saber que vais passando bem.

Sim, o papel não vai agora por que eu estou trabalhando fora de Timbaúba com 4 léguas, não se incomode que está chegando o dia da nossa felicidade, se Deus quiser. Dê lembranças a todos que por mim perguntar e de minha parte. Beijo-te e abraço-te do íntimo do meu peito, do teu ausente noivo que muito te ama e te adora, Abdias B. da Silva

Após quase dez meses de enamorar-se e aproximando-se do enlace do jovem casal, Abdias passa a adotar tratamentos mais íntimos para com a noiva, cujo contato era apenas por meio das cartas. Deixa de chamá-la de filha, referindo-se a ela como filhinha, e explicita: “não se incomode que está chegando o dia da nossa felicidade, se Deus quiser [...] Beijo-te e abraço-te do íntimo do meu peito, do teu ausente noivo que muito te ama e te adora”. O missivista passa a adotar a palavra amor, no sentido de paixão, que, de acordo com Rocha (2008, p. 111), “[...] a paixão amorosa é uma forma *sui generis* e toda especial de amor”.

Castelo Branco (2014), discorrendo sobre o amar na perspectiva lacaniana considera que o amor possui a capacidade de transformar aquele que ama em alguém que direciona sua falta ao outro. Para o autor (2014, p. 88),

[...] a relação amorosa transmite uma incompletude que é colmatada pela promessa de união que o próprio amor oferece. Amar é oferecer em exposição à falta que o marca, é dar uma ausência que pede, ou melhor, demanda, [...] demanda que é sempre, por definição, demanda de amor.

Nesse sentido, torna-se necessário o sujeito reconhecer-se como incompleto que busca no outro um ser em si. Nessa caminhada, Abdias deixa transparecer buscar em Edite parte de seu ser.

4 ENVELOPANDO AS CARTAS: GUARDANDO-AS NO ARQUIVO

Fanatismo

Minh'alma, de sonhar-te, anda perdida
Meus olhos andam cegos de te ver!
Não és sequer razão de meu viver,
Pois que tu és já toda a minha vida!
Não vejo nada assim enlouquecida...
Passo no mundo, meu Amor, a ler
No misterioso livro do teu ser
A mesma história tantas vezes lida!

Tudo no mundo é frágil, tudo passa...
Quando me dizem isto, toda a graça
Duma boca divina fala em mim!

E, olhos postos em ti, vivo de rastros:
"Ah! Podem voar mundos, morrer astros,
Que tu és como Deus: princípio e fim!..." .

(ESPANCA, 1923)

O primeiro norte deste artigo foi o de associar a forma discursiva das cartas sob a perspectiva teórica da escrita de si na concepção de Foucault (1992), ou seja, cada um de nós escreve, registra as ações e os movimentos de sua alma, no sentido do seu interior como forma de dar-se a conhecer. Nesse ato de escrita parece descortinar-se uma relação de complementariedade, um quase atenuante da solidão. Por outro lado, associamos a este ato de confissão registrado em uma materialidade, a qual foi concebida neste texto como espaço de recordação.

Um espaço que materializa memórias individuais e coletivas situadas no tempo e espaço da relação de uma paixão amorosa, revelado por meio de suas expressões mais sublimes. Dentre as muitas possibilidades de uma escrita de si, ver-se, neste caso, uma paixão diante de uma passividade. Isso se dá, talvez, em razão de não termos as cartas escritas por Edite. Por conseguinte, vemos a paixão amorosa apenas ofertada por Abdias que a cada ato confessional desprendia-se de si, tornando Edite parte intrínseca de si mesmo num estado de fascinação autoengendrada capaz de expor formas de pensar e

relacionar-se, mesmo com saudade do amor que lhe acometera, tudo escrito no misterioso livro do teu ser, como acentua Florbela Espanca no poema *Fanatismo*.

Por outro lado, as cartas se enunciam como escritas íntimas, nas quais se revelam, nas linhas e entrelinhas de cada palavra, circunscrevendo no tempo e espaço uma força motriz que forma o espiral de amor.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Brenda Alves de. **Informações epistolares:** memórias em envelopes. 2014. 188f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em:
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3952>. Acesso em 26 de agosto de 2018.

ANDRADE, Brenda Alves de; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Confissões extraordinárias: memórias em epístolas infantis. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 16, 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, 2015.

ARAÚJO, Pedro Galas. **Trato desfeito:** o revés autobiográfico na literatura contemporânea brasileira. 2011. 107 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em:
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/9975?mode=full>. Acesso em 26 de agosto de 2018.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. **Cartas e escritas.** 2000. 147f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

CARVALHO, Paulo César de. **Fragmentos epistolares de um discurso amoroso:** elementos para uma análise semiótica do estatuto do gênero carta de amor. 2005. 265f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em:
<https://repositorio.usp.br/item/001468403> Acesso em: 16 de out. 2018.

CASTELO BRANCO, Felipe. Sobre o amor e suas falhas: uma leitura da melancolia em psicanálise. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p.85-98, 2014. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982014000100006. Acesso em: 05 de nov. de 2018.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 2
 COX, Richard J. **Arquivos pessoais:** um novo campo profissional, leituras, reflexões e reconsiderações. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2017.

ESPANCA, Florbela. **Livro de Sóror Saudade.** Lisboa: Tipografia A Americana, 1923.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Vega: Lisboa, 1992. (Coleção Passagens)

G1 PERNAMBUCO. **Série da Globo NE lembra a transição da época das cartas para a internet.** Disponível em:
<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/04/serie-da-globo-ne-lembra-transicao-da-epoca-das-cartas-para-internet.html> Acesso em: 13 de nov. de 2018

GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES; Paulo Mesquita; PEIXOTO, Pedro Abreu. **Arquivos de família:** organização e descrição. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), 1996

LEMINSKI, Paulo. **Melhores poemas.** São Paulo, Global Editora, 1996.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Pesquisa qualitativa: possibilidades nas organizações aprendentes. In: BRENNAND, Edna Gusmão de Goés (Org.) **Gestão Aprendente:** cenários convergentes. João Pessoa: Editora UFPB, 2017. p.379-428.

OLIVEIRA, Reinaldo José de; OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. Origens da segregação racial no Brasil. **Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM**, v. 29, 2015, Publicado el 18 junio 2015. Disponível em:
<http://journals.openedition.org/alhim/5191>. Acesso em: 13 de nov. de 2018.

PESSOA, Fernando. **Ode de Ricardo Reis.** São Paulo: Ática, 1994.

RILKE, Rainer Maria. **Cartas a um jovem poeta.** Tradução de Pedro Sussekind. São Paulo: L&PM, 2006. (Coleção L&PM Pocket)

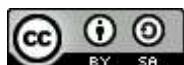
ROCHA, Zeferino. **Freud novas aproximações.** Recife: Editora da UFPE, 2008.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas.** São Paulo: Nova Aguilar, 1994.

Recebido/ Received: 01/05/2020

Aceito/ Accepted: 21/05/2020

Publicado/ Published: 27/05/2020



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0)